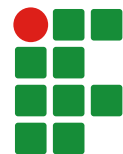


Relatório
de

GESTÃO 2021



**INSTITUTO
FEDERAL**
Amapá

Documento elaborado em atendimento à Portaria 13.623/2019,
da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

Macapá-AP
Março de 2021

**Plano de Centralização de Contratações
Públicas do Instituto Federal do Amapá**

REITORIA

Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida

REITORA

Ana Paula Almeida Chaves

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Diogo Branco Moura

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Victor Hugo Gomes Sales

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Romaro Antônio Silva

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Karina Pingarilho Paschoalin

PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Marco Rogério da Silva Pantoja

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

André Lima Martins

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Patrícia Paranhos Barbosa

DIRETORA DE INTEGRIDADE

UNIDADES

José Leonilson Abreu da Silva Júnior

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PORTO GRANDE

Lucilene de Sousa Melo

DIRETORA-GERAL DO CAMPUS LARANJAL DO JARI

Márcio Getúlio Prado de Castro

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS MACAPÁ

Marlon de Oliveira do Nascimento

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SANTANA

Eliel Cleberson da Silva Nery

DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO OIAPOQUE

Orian Vasconcelos

COORDENADOR DO C.R. EaD PEDRA BRANCA DO AMAPARI

**Plano de Centralização de Contratações
Públicas do Instituto Federal do Amapá**

COMISSÃO

Portaria nº 315/2020 – GAB/RE/IFAP de 10 de fevereiro de 2020 – Alteração
Portaria nº 448/2021 – GA/RE/IFAP.

Ana Paula Almeida Chaves

PRESIDENTE DA COMISSÃO

MEMBROS

Karina Pingarilho Paschoalin

Diogo Branco Moura

José Leonilson Abreu da Silva Júnior

Lucilene de Sousa Melo

Márcio Getúlio Prado de Castro

Marlon de Oliveira do Nascimento

MENSAGEM DA DIRIGENTE MÁXIMA DA UNIDADE

A gestão da coisa pública com justeza, zelo e transparência, aplicando os recursos públicos de forma a atender bem às necessidades de todas as pessoas que dela precisem, é o principal alicerce que sustenta a atuação do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amapá (Ifap). Instituição esta presente na capital do estado, Macapá, e em outros cinco municípios, a saber: Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande e Santana.

A todas essas cidades o Ifap, que é uma instituição membro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, oferta o acesso à educação profissional e tecnológica, em diferentes níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento humano e socioeconômico.

Nossa organização administrativa conta com a Reitoria e cinco pró-reitorias, sendo elas: a Pró-Reitoria de Ensino (Proen), a Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proeppi), a Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan), a Pró-Reitoria de Administração (Proad) e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep).

Foi com essa estrutura geral que nossa instituição enfrentou e superou um dos anos mais difíceis de sua ainda recente história, que foi o ano de 2021, sobre o qual se refere o presente relatório. Embora muitos fatores inerentes ao mencionado ano pudessem ter nos levado a uma retração institucional no que se refere às ações necessárias para que nossos objetivos e metas pudessem ser alcançados, nossa instituição, através da atuação de seus servidores, formulou estratégias para enfrentar o cenário de calamidade e ofertar serviços de qualidade para a comunidade em suas áreas finalísticas.

Podemos, de forma breve, elencar aqui alguns desafios característicos desse contexto: a continuidade da suspensão das atividades presenciais em razão da pandemia do novo coronavírus, a retração orçamentária, a diminuição do número de alunos matriculados e a impossibilidade de reposição/ampliação da força de trabalho nos casos de remoção/desligamento/falecimento de servidores. Esses foram apenas alguns exemplos de desafios enfrentados e contornados pelo Ifap no ano de 2021.

Considerando que a missão primordial de nossa instituição é a oferta de ensino e que isso precisou ser feito, como se sabe, em um contexto de distanciamento social obrigatório, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o inédito ensino remoto emergencial. Essa nova forma de ensinar/aprender, no entanto, afetou de forma diversa nossa comunidade de alunos. Uma das peculiaridades do Ifap é destinar 50% de suas vagas do ensino médio integrado a estudantes que cursaram todo seu ensino fundamental em escolas públicas. Isso faz com que a instituição atenda um amplo público com restrições de acesso à estrutura necessária para acompanhar a rotina do ensino remoto emergencial. Nesse sentido, houve a necessidade de reformulação da lógica de concessão de diversos auxílios assistenciais estudantis, para que a continuidade na oferta de ensino pudesse acontecer de modo que fosse possível manter o acesso pleno e a qualidade deste na modalidade remota.

Diante de tamanho desafio, nossos servidores compuseram equipes multidisciplinares que elaboraram, publicaram e executaram editais responsáveis pela concessão de 2.609 auxílios em diferentes ações, um incremento de 60,6% no número de auxílios implementados quando comparamos esses números com os do ano anterior. Destacamos que 60% desses auxílios visaram a inclusão digital de nossos alunos de menor poder aquisitivo.

Sendo assim, os principais resultados alcançados no eixo Ensino foram a manutenção da oferta de aulas na forma remota e a concessão de auxílios destinados à aquisição de pacotes de dados e à aquisição de dispositivos eletrônicos para viabilizar que nossos estudantes de baixa renda tivessem as condições necessárias para acompanhar as dinâmicas do ensino remoto emergencial.

Um aspecto que criou certas dificuldades para uma resposta institucional mais ágil ao quadro social que se descortinou foram as constantes alterações no regramento que baliza a atuação das instituições federais de ensino. O próprio Ministério da Educação (MEC) passou por reestruturações internas com sérias crises e trocas de ministros que, em certa medida, tornaram algumas tomadas de decisão mais lentas. Apesar disso, o Ifap disponibilizou à sociedade 1.780 vagas distribuídas entre 55 cursos. Nesse aspecto, os números de 2021 também superaram positivamente os apresentados pela instituição no ano de 2020. Indicadores como a oferta de vagas e número de cursos ofertados atestam isso.

No fomento à Pesquisa, nosso programa de bolsas de iniciação científica ofertou 24 bolsas para nossos estudantes através de 3 (três) editais. Já a Pós-Graduação articulou nova parceria para a realização de um mestrado interinstitucional (Minter), fruto da aproximação do Ifap com a Universidade de Brasília (UnB), para a oferta de Mestrado em Direito, cuja turma foi composta por servidores do Ifap e do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP).

Nas ações de Extensão, tão importantes para que a instituição alcance públicos não diretamente a ela vinculados, nossos estudantes foram destaque em competições virtuais de robótica. Nelas, em sete ocasiões, o Ifap foi premiado. O Programa Institucional de Robótica, aprovado pelo Conselho Superior (Consup), nasceu nesse contexto desafiador representado pelo ano de 2021. Ele é um documento estratégico para que mais avanços nessa área possam ser alcançados por estudantes e professores de nossa instituição, como nossa participação no Projeto Robótica Espacial (iniciativa pedagógica da UnB e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com apoio técnico da Agência Espacial Brasileira).

Em síntese, esses são alguns pontos sobre os quais jogamos luzes que os destacaram do todo apenas como forma de prefaciá-lo este documento. Em última instância, o que gostaríamos de enfatizar ao recuperar aqui todos esses dados é o trabalho de incontáveis horas de diversos servidores públicos que foram desafiados em suas respectivas carreiras e atribuições a superar adversidades em prol da boa educação pública.

O Ifap, em 2021, permaneceu oferecendo serviços públicos de qualidade à população do estado do Amapá, sempre buscando aprimorar seu relacionamento com ela, principalmente através da criação e do uso de plataformas digitais como principal ferramenta de comunicação. Destaque-se aqui que nossa instituição possui, nos canais conhecidos como “redes sociais”, as maiores audiências quando comparamos com outras instituições de ensino do estado. Fato esse consolidado com o uso intensivo desses ambientes no contexto da pandemia. Tudo isso buscando efetivar o princípio constitucional da publicidade aos projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão, pilares da educação profissional e tecnológica.

Por fim, esperamos que os dados apresentados neste Relatório de Gestão noticiem, com clareza e concisão, para o público em geral, as atividades desenvolvidas por nossa instituição e as perspectivas de futuro para a manutenção e expansão do Ifap enquanto instituição de ensino.

Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida

Reitora do Instituto Federal do Amapá



SUMÁRIO

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	12
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	12
1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	12
1.2.1 COMPOSIÇÃO DA ALTA GESTÃO	13
1.3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	13
1.3.1 INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA	14
1.4 MODELO DE NEGÓCIOS	15
1.5 CADEIA DE VALOR	15
1.6 AMBIENTE EXTERNO	16
1.7 DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES	16
2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	19
2.1 ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCOS	19
2.2 MATRIZ DE RISCO	20
2.3. PRINCIPAIS RISCOS IDENTIFICADOS	20
2.4 OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	20
3. GOVERNANÇA ESTRATÉGICA E DESEMPENHO	23
3.1 ESTRATÉGIA	23
3.1.1 PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, COM ESPECIFICAÇÃO DE PLANOS PARA IMPLEMENTAR PRIORIDADES	23
3.2 APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DA UPC DE GERAR VALOR	24
3.3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS	24
3.3.1 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS	28

3.4 DA OUVIDORIA E DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI)	29
3.4.1 OUVIDORIA	29
3.4.2 SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)	30
3.4.2.1 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS QUANTO AO PROCESSO DE TRABALHO	30
3.4.2.2 PEDIDOS POR TIPO DE RESPOSTA	30
3.4.2.3 RECURSOS	30
3.4.2.4 PERFIL GERAL DOS SOLICITANTES	30
3.4.2.5 ORIGEM DE SOLICITAÇÕES POR ESTADO	31
3.4.2.6 INFORMAÇÕES MAIS DEMANDADAS	31
3.4.2.7 PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO	32
3.4.3 TRANSPARÊNCIA ATIVA	32
3.4.3.1 PLANO DE DADOS ABERTOS	33
3.5. AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO	35
3.5.1 AUDITORIA INTERNA	35
3.5.2 CORREIÇÃO	37
3.5.2.1 PRINCIPAIS RESULTADOS OBSERVADOS EM RELAÇÃO À ATIVIDADE DE CORREIÇÃO NO ÂMBITO DO IFAP	38
3.6 RESULTADOS E DESEMPENHO DE GESTÃO	39
3.6.1 RESULTADOS ALCANÇADOS ANTE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AS PRIORIDADES DA GESTÃO	39
3.6.1.1 ENSINO	39
3.6.1.1.1 VISÃO GERAL E CADEIA DE VALOR	39
3.6.1.1.2 COMPETÊNCIAS	40
3.6.1.1.2 COMPETÊNC	40
3.6.1.1.4 PRIORIDADES ESTABELECIDAS PARA O EXERCÍCIO 2021	41

3.6.1.1.5 AÇÕES, PROJETOS E PROGRAMAS EM 2021	41
3.6.1.1.6 UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)	47
3.6.1.1.7 RISCOS NA CADEIA DE VALOR	47
3.6.1.2 PESQUISA E EXTENSÃO	49
3.6.1.2.1 VISÃO ORGANIZACIONAL	49
3.6.1.2.2 PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO	50
3.6.1.2.3 CADEIAS DE VALOR	50
3.6.1.2.4 AÇÕES, PROJETOS, PROGRAMAS E RESULTADOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO	52
3.6.2 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO OU AÇÕES DA UPC	65
3.6.2.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	65
3.6.2.1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	66
3.6.2.1.2 DESAFIOS	67
3.6.2.1.3 AÇÕES FUTURAS	67
3.6.2.2 GESTÃO DE CUSTOS	67
3.6.2.2.1 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES DE CUSTEIO E INVESTIMENTO	68
3.6.2.3 GESTÃO DE PESSOAS	69
3.6.2.3.1 CONFORMIDADE LEGAL	69
3.6.2.3.2 MECANISMOS DE CONTROLE ADOTADOS NA GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS E NA GESTÃO DE PESSOAS	69
3.6.2.3.3 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	69
3.6.2.3.4 ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS	72
3.6.2.3.5 DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL	73
3.6.2.3.6 ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO POR DESEMPENHO E TREINAMENTO	74
3.6.2.3.7 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	75

3.6.2.3.8 SOBRE O PORTAL DO SERVIDOR	76
3.6.2.4 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	76
3.6.2.4.1 CONFORMIDADE LEGAL	76
3.6.2.4.2 PERFIL DOS GASTOS COM LICITAÇÕES E CONTRATOS	76
3.6.2.4.3 PRINCIPAIS CONTRATOS DE FUNCIONAMENTO	77
3.6.2.4.4 AÇÕES FUTURAS	77
3.6.2.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	77
3.6.2.5.1 CONFORMIDADE LEGAL	77
3.6.2.5.2 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS	77
3.6.2.5.3 MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES E DESFAZIMENTO DE ATIVOS	78
3.6.2.5.4 PRINCIPAIS DESAFIOS	78
3.6.2.5.5 AÇÕES FUTURAS	78
3.6.2.6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	78
3.6.2.6.1 CONFORMIDADE LEGAL	78
3.6.2.6.2 MODELO DE GOVERNANÇA DE TI	78
3.6.2.6.3 MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI	79
3.6.2.6.4 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI	79
3.6.2.6.5 PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR	79
3.6.2.6.6 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	80
3.6.2.6.7 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS	80
4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	82
4.1 DECLARAÇÃO DA PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO	82
4.2 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTÁRIAS	83

4.2.1 MACROPROCESSO: GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	83
4.2.1.1 ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	83
4.2.1.1.1 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS	83
4.2.1.1.2 IMPACTO OBSERVADO	83
4.2.1.1.3 CAUSAS OU IMPEDIMENTOS PARA ALCANCE DAS METAS	83
4.2.1.1.4 MEDIDAS TOMADAS PARA ENFRENTAMENTO	83
4.2.1.1.5 RISCOS IDENTIFICADOS	83
4.2.1.1.6 DESAFIOS FUTUROS	84
4.2.2 MACROPROCESSO: GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	84
4.2.2.1 ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	84
4.2.2.1.1 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS	84
4.2.2.1.2 IMPACTO OBSERVADO	84
4.2.2.1.3 CAUSAS OU IMPEDIMENTOS PARA ALCANCE DAS METAS	84
4.2.2.1.4 MEDIDAS TOMADAS PARA ENFRENTAMENTO	84
4.2.2.1.5 RISCOS IDENTIFICADOS	84
4.2.2.1.6 DESAFIOS FUTUROS	85
4.2.3 MACROPROCESSO: GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA OBJETIVO ESTRATÉGICO: BUSCAR A EFICIÊNCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA DO IFAP.	85
4.2.3.1 ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	85
4.2.3.1.1 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS	85
4.2.3.1.2 IMPACTO OBSERVADO	85
4.2.3.1.3 CAUSAS OU IMPEDIMENTOS PARA ALCANCE DAS METAS	85
4.2.3.1.4 MEDIDAS TOMADAS PARA ENFRENTAMENTO	85
4.2.3.1.5 RISCOS IDENTIFICADOS	86

4.2.3.1.6 DESAFIOS FUTUROS	86
4.2.4 MACROPROCESSO: GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS	86
4.2.4.1 ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS	86
4.2.4.1.1 Principais Resultados Alcançados	86
4.2.4.1.2 IMPACTO OBSERVADO	86
4.2.4.1.3 CAUSAS OU IMPEDIMENTOS PARA ALCANCE DAS METAS	86
4.2.4.1.4 MEDIDAS TOMADAS PARA ENFRENTAMENTO	87
4.2.4.1.5 RISCOS IDENTIFICADOS	87
4.2.4.1.6 DESAFIOS FUTUROS	87
4.3 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	87
4.3.1 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	87
4.3.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR	90
4.3.3 NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL	90
4.3.3.1 IMOBILIZADO	91
4.3.3.1.1 BENS MÓVEIS	92
4.3.3.1.2 BENS IMÓVEIS	92
4.3.3.1.3 REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	92
4.3.3.1.4 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES REALIZADOS EM CONTRAPARTIDA NO IMOBILIZADO	92
4.3.3.2 INTANGÍVEL	93
4.3.3.2.1 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – IMPAIRMENT	93
4.3.3.3 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	93
4.3.3.4 FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	94
4.3.4 NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	95

4.3.4.1 RECEITA	95
4.3.4.2 DESPESAS	95
4.3.4.3 RESTOS A PAGAR	96
4.3.5 NOTA EXPLICATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	97
4.3.6 NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO FINANCEIRO	98
ANEXOS	101

VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL E
AMBIENTE EXTERNO

CAPÍTULO 1

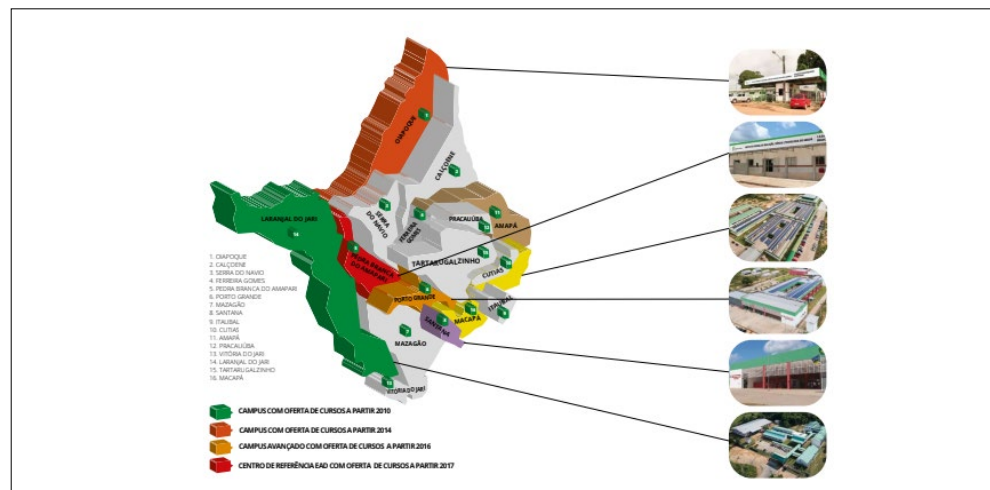
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

O Instituto Federal do Amapá (Ifap) foi criado pela Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, vinculado ao Ministério da Educação, sendo uma autarquia de regime especial de base educacional humanística e técnico-científica, cuja autonomia reflete explicitamente a sua natureza jurídica, a sua prerrogativa de criação e extinção de cursos e a emissão de diplomas nos limites de sua área de atuação territorial.

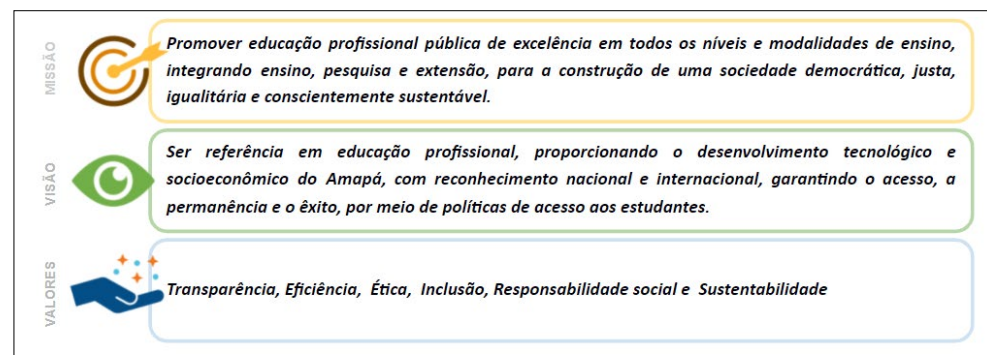
O Ifap é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, é equiparado às universidades federais.

Figura 1 – Distribuição das unidades do Ifap no estado do Amapá.



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifap, 2022.

Figura 02 – Missão, Visão e Valores do Ifap.



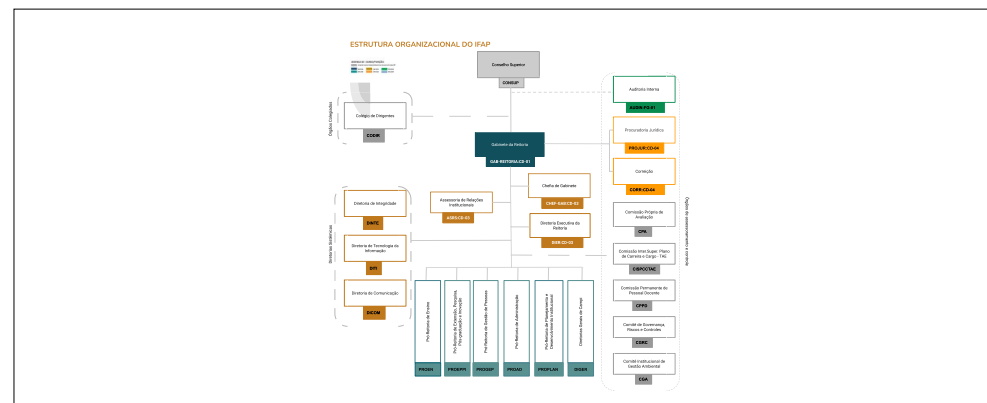
Fonte: Ifap, 2020.

1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Ifap é composto por sete unidades: Reitoria (com sede em Macapá), *Campus Macapá*, *Campus Santana*, *Campus Porto Grande*, *Campus Laranjal do Jari*, *Campus Avançado Oiapoque* e Centro de Referência em Educação a Distância Pedra Branca do Amapari.

A Reitoria possui cinco pró-reitorias e três diretorias sistêmicas, conforme organograma abaixo:

Figura 03 – Organograma Geral do Ifap.



Fonte: Ifap 2022

1.2.1 COMPOSIÇÃO DA ALTA GESTÃO



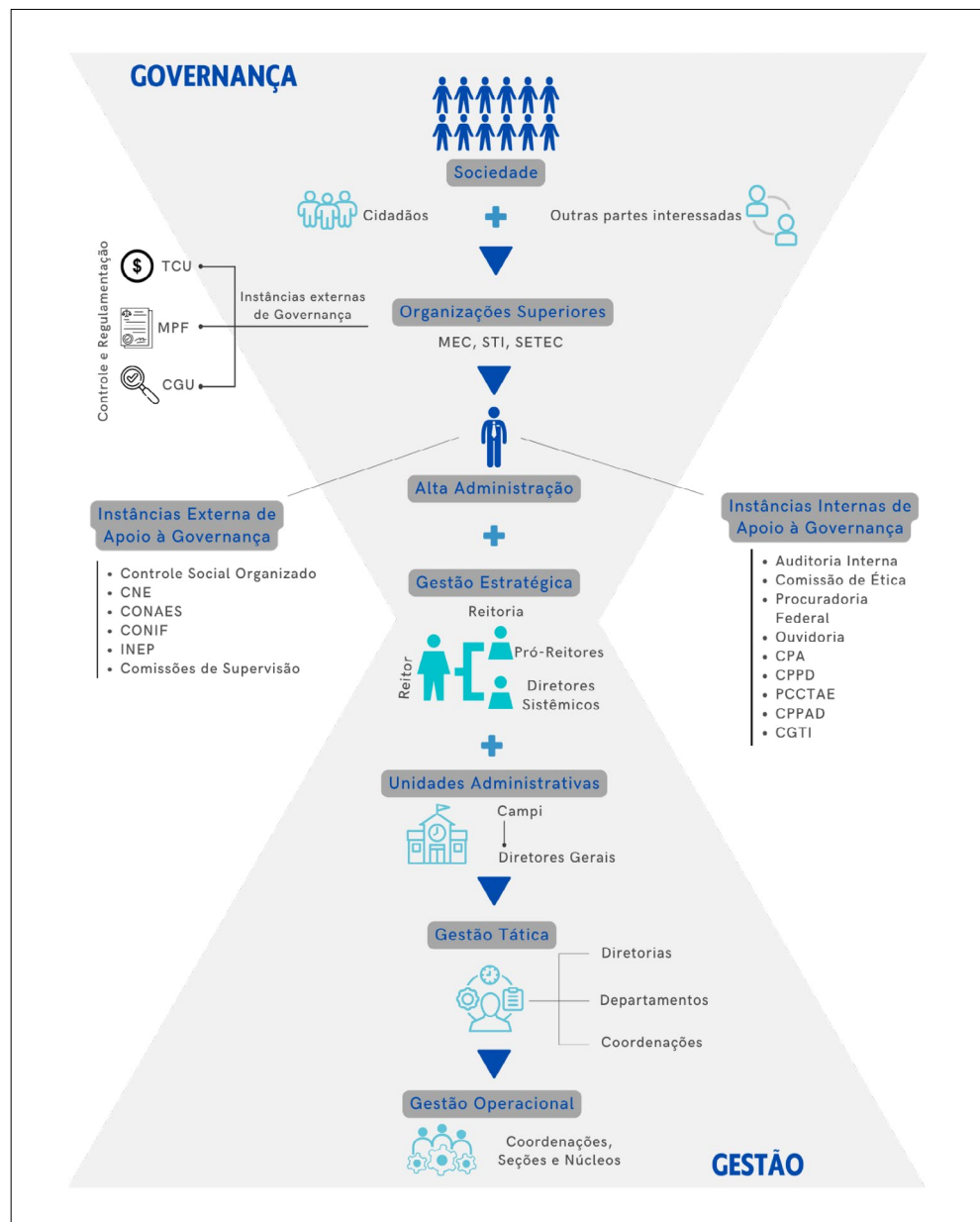
1.3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O Sistema de Governança do Ifap baseia-se na Lei nº 11.892/2008. Os institutos federais se organizam em estrutura multicampi e cada campus é administrado por um diretor-geral. O Ifap tem como órgãos superiores responsáveis pela sua administração o Colégio de Dirigentes (Codir) e o Conselho Superior (Consup), ambos presididos pela reitora, e como órgão executivo da administração central a Reitoria, que é gerenciada por cinco pró-reitores e três diretores sistêmicos.

O Conselho Superior é o órgão deliberativo e consultivo máximo da instituição. É composto por integrantes da comunidade interna (estudantes, professores, técnicos administrativos e diretores-gerais dos campi) eleitos por seus pares, e por segmentos ligados à sociedade civil, à educação profissional e tecnológica e ao setor produtivo, tendo a reitora como presidente. O Consup reúne-se a cada dois meses e trata de assuntos relativos a políticas institucionais, prestação de contas, orçamento anual, eleições internas, entre outros.

Com a finalidade de cumprir a missão e os objetivos institucionais, o Ifap adota um modelo de gestão de excelência, visando promover mudança e/ou inovação na melhoria de seus processos, com foco nos resultados para a sociedade. Desta forma, a Estrutura de Governança do Ifap baseia-se em seu Estatuto, Regimento Interno da Reitoria, Regimento Geral e Regulamentações Internas que norteiam as atividades das instâncias de controle, relacionando-as com as instâncias externas de apoio a essa governança e gestão.

Figura 04 – Estrutura de Governança do Ifap.



Fonte: Ifap 2022

1.3.1 INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

I) Órgãos Superiores da Administração

- Conselho Superior (Consup), de caráter consultivo e deliberativo; e
- Colégio de Dirigentes (Codir), de caráter consultivo.

II) Órgão Executivo e de Administração Geral

- Reitoria;
- Pró-Reitoria de Administração (Proad);
- Pró-Reitoria de Ensino (Proen);
- Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proeppi);
- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep); e
- Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan).

III) Diretorias Sistêmicas

- Diretoria de Comunicação (Dicom);
- Diretoria de Integridade (Dinte); e
- Diretoria de Tecnologia da Informação (Diti).

IV) Órgãos de Assessoramento e Controle

- Auditoria Interna (Audin);
- Procuradoria Jurídica (Projur);
- Correição;
- Procuradoria Institucional (Proin);
- Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- Comissão Institucional Superior de Plano de Carreira e Cargo – TAE (CISPCCTAE);
- Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
- Comitê de Governança, Risco e Controle (CGRC); e
- Comitê Institucional de Gestão Ambiental.

V) Órgãos de Atividade Finalística

- a) Diretorias-Gerais dos *campi*;
- b) Diretoria do *Campus* Avançado Oiapoque; e
- c) Coordenadoria do Centro de Referência em EaD Pedra Branca do Amapari.

1.4 MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios do Ifap descreve os principais recursos investidos na instituição em 2021, as atividades finalísticas realizadas, bem como os resultados alcançados e os impactos gerados.

Figura 05 - Modelo de Negócios



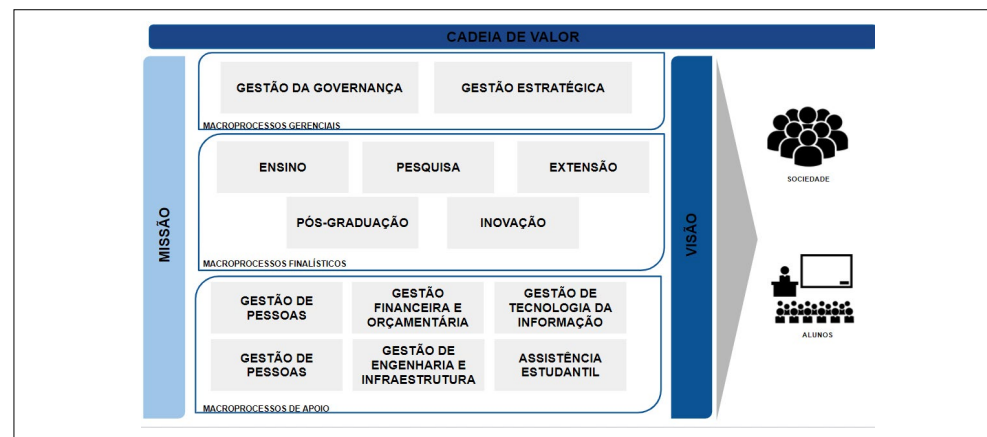
Fonte: Ifap, 2022.

1.5 CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor do Ifap é composta por macroprocessos gerenciais, macroprocessos finalísticos e macroprocessos de suporte. Os macroprocessos gerenciais direcionam a evolução da instituição por meio de planejamento estratégico e controle. Os macroprocessos finalísticos estão associados às atividades-fim da instituição. São os processos que agregam valor diretamente para os beneficiários do ensino, da pesquisa e da extensão. Os macroprocessos de suporte são os que sustentam as atividades primárias, fornecendo recursos, tais como informação, comunicação, tecnologia, recursos humanos, infraestrutura, bens e serviços, assistência estudantil e outras funções de apoio.

O valor gerado para os alunos é a formação e qualificação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com estreita aproximação e articulação entre os setores produtivos e a sociedade, e esta, consequentemente, recebe em seu meio cidadãos capazes de difundir e aplicar conhecimento e inovação para o desenvolvimento social, econômico e cultural.

Figura 6 – Cadeia de Valor Ifap.



Fonte: Ifap, 2022.

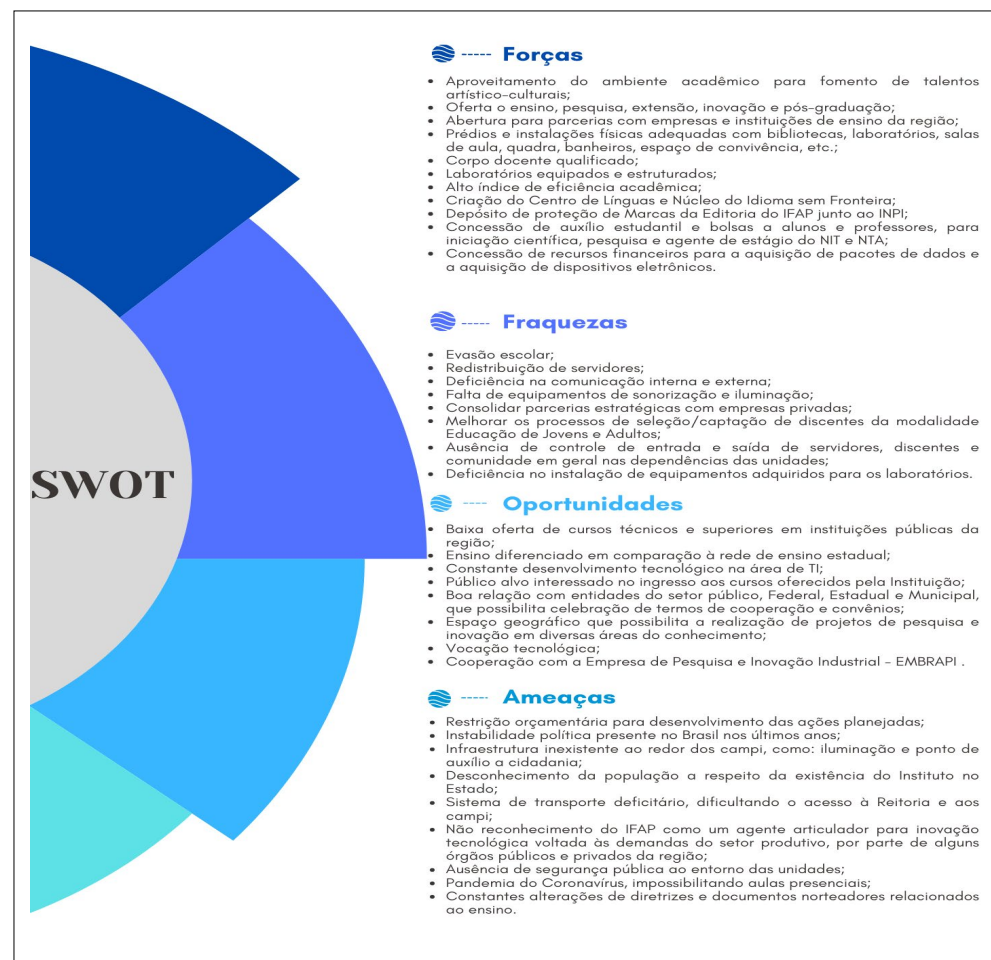
1.6 AMBIENTE EXTERNO

O Ifap atua em seis municípios do estado do Amapá ofertando educação básica, superior e profissionalizante, atuando juntamente com o oferecimento de ensino, pesquisa, extensão, inovação e pós-graduação, sendo uma instituição dinâmica, em constante sintonia com os diversos setores do processo socioeconômico, promovendo a atualização sistemática dos servidores e do currículo, modernizando continuamente a sua estrutura física e organizacional, incentivando a realização da pesquisa científica e tecnológica e, principalmente, garantindo o atendimento à diversidade de sua comunidade.

Uma das principais finalidades do Ifap também é estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à formação e qualificação de cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, na perspectiva, sobretudo, do desenvolvimento socioeconômico local e regional. Desta forma, a análise de ambiente é um esforço organizado e dirigido ao conhecimento que se tem do funcionamento do Ifap, sua relação com as instituições públicas, privadas, governos, prefeituras, “sistema S”, Poder Legislativo e sociedade civil, que busca esmerar o desempenho de todos os fatores inerentes ao desenvolvimento da instituição – pessoas, produtos e/ou serviços, relações mercadológicas, estrutura organizacional, ordem financeira – com o objetivo de melhorias de produtos, processos e serviços.

Durante o processo de análise do ambiente de uma organização, é necessário que esta identifique de forma clara e objetiva todos os seus pontos fortes, pontos fracos e pontos a melhorar. Diante desse cenário, é possível identificar quais fatores que ensejaram no atingimento de metas e objetivos e quais aqueles que de alguma forma impactaram nos resultados da instituição. Desta forma, podemos destacar, por meio da *matriz swot*, os principais aspectos externos que oportunizam ou ameaçam o cumprimento da visão institucional, bem como os aspectos internos positivos ou negativos que impactam nos resultados da gestão.

Figura 7 – Matriz Swot.



Fonte: Ifap, 2022.

1.7 DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Os temas tratados neste relatório relatam sobre as principais atividades do Ifap que impactam diretamente nos valores gerados para a sociedade, que são: ensino, pesquisa, pós-graduação, inovação e extensão.

O Ifap, atendendo ao que está disposto no art. 39 da Lei nº 9.394/96, incluído pela Lei nº 11.741/2008, no que se refere à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como ao que determina sua Lei de Criação (Lei nº 11.892/2008), busca garantir a relação das dimensões trabalho, ciência e tecnologia com a oferta de educação profissional técnica de nível médio, em todos os seus níveis, formas e modalidades, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e educação de nível superior com cursos de tecnologia, bacharelado e licenciatura, além de programas especiais de formação pedagógica.

A gestão do Ifap é responsável pelo atingimento dos objetivos estratégicos, sendo a instância de governança que determina a materialidade dos

conteúdos a serem apresentados no Relatório de Gestão. Tal determinação se baseia: I) nos conteúdos estabelecidos pelos normativos nos órgãos de controle; II) nas atividades que requerem maior esforço institucional (seja por meio de investimento financeiro e/ou de pessoal) e; III) na estrutura do planejamento anual, que prevê as atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano e que serão objeto de análise sobre os resultados no relatório.

Dessa forma, os resultados alcançados são um desdobramento do Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023), por meio do plano de ação anual e em conformidade com a Instrução Normativa (IN) – TCU 84/2020, Decisão Normativa (DN) – TCU 187/2020 e do Guia para a elaboração do relatório de gestão na forma de relatório integrado.

OPORTUNIDADES,
RISCOS,
PERSPECTIVAS E

CAPÍTULO 2

2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

No ano de 2021, o Ifap deu continuidade ao Processo de Maturidade dos Planos de Gestão de Risco, Plano de Integridade e estruturação da Diretoria de Integridade (Dinte).

Figura 8 - Ações realizadas em 2021.



Fonte: Ifap, 2022.

Através do tratamento da demanda do questionário Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Pública (IGG 2021) foi possível obter uma visão macro do Ifap, direcionando de forma clara e assertiva os trabalhos que deverão ser desenvolvidos levando em consideração o aperfeiçoamento da gestão de riscos e controles internos e o aperfeiçoamento dos perfis de governança, buscando a maturidade da governança pública no Ifap.

2.1 ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCOS

As três linhas de defesa utilizadas na Gestão de Riscos do Ifap foram propostas pelo *The Institute of Internal Auditors* (IIA), que apresenta o gerenciamento eficaz de riscos e controles exercendo uma maneira simples de compreensão, o que facilita na melhora da comunicação entre os envolvidos na gerência e controle do risco devido à clareza entre a responsabilidade de cada agente no processo.

Figura 9 - Linhas de defesa do Ifap..



Fonte: Ifap, 2022.

2.2 MATRIZ DE RISCO

A Matriz de Riscos ou Matriz de Probabilidade e Impacto é uma ferramenta de gerenciamento de riscos que permite identificar e analisar quais são os riscos que devem receber mais atenção, de acordo com o levantamento dos macroprocessos e seus processos.

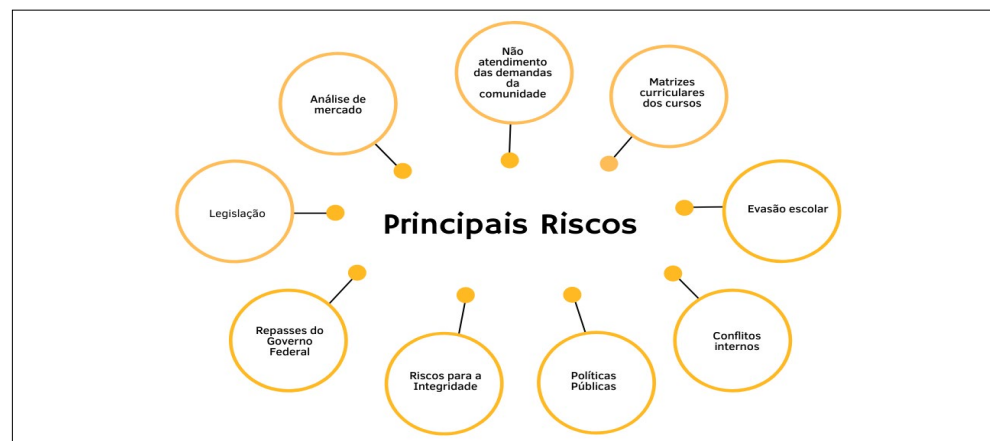
Tabela 01 – Matriz de Risco.

IMPACTO	MUITO ALTO 10	10 RM	20 RM	50 RA	80 RE	100 RE
	ALTO 8	8 RB	16 RM	40 RA	64 RA	80 RE
	MÉDIO 5	5 RB	10 RM	25 RM	40 RA	50 RA
	BAIXO 2	2 RB	4 RB	10 RM	16 RM	20 RM
	MUITO BAIXO 1	1 RB	2 RB	5 RB	8 RB	10 RM
		MUITO BAIXO 1	BAIXO 2	MÉDIA 5	ALTO 8	MUITO ALTA 10
PROBABILIDADE						

Fonte: Gestão de Riscos - Avaliação da Maturidade (TCU, 2018)

2.3. PRINCIPAIS RISCOS IDENTIFICADOS

Figura 10 - Principais riscos



Fonte: Ifap, 2022

2.4 OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Em 2021, foi dada continuidade na implementação da metodologia pelos processos finalísticos da instituição: ensino, pesquisa e extensão, sendo possível o alinhamento das reais necessidades e possibilidades para estruturação da governança e contribuição para o atingimento dos objetivos estratégicos explícitos no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, buscando tornar-se uma instituição capaz de desenvolver estratégias no tratamento dos riscos, por meio de um processo colaborativo e integrado.

O Ifap utilizou como ferramenta de planejamento estratégico a matriz SWOT e o método Balanced Scorecard (BSC), sendo possível destacar os principais aspectos externos que oportunizaram ou ameaçaram o cumprimento da visão institucional, bem como os aspectos internos positivos ou negativos que impactaram nos resultados da gestão.

Para o alcance dos objetivos estratégicos relacionados ao ensino, extensão, pesquisa e inovação, fez-se necessária a identificação de riscos, o que requereu a participação de servidores com conhecimento do processo e visão holística dos serviços da unidade nos seus diferentes níveis, utilizando a metodologia de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos, sendo possível a análise de ambiente e de fixação de objetivos; Identificação de eventos de riscos; Avaliação de eventos de riscos e controles; Resposta a riscos; e Informação, Comunicação e Monitoramento.

Através da metodologia utilizada, o Instituto assegurou que os responsáveis pela tomada de decisão tivessem acesso às informações de forma confiável quanto aos riscos aos quais a organização estava exposta, sendo possível o gerenciamento dos riscos de forma eficaz e eficiente em todo o Instituto.

Em 2022, o Ifap dará continuidade aos trabalhos levando em consideração as práticas de governança delineadas no iGG, o desenvolvimento das ações explícitas no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, utilizando

como instrumento de planejamento de curto prazo o Plano de Ação Anual, este diretamente ligado à missão institucional. Uma vez alcançados, os objetivos traçados conduzem a instituição para mais perto de atingir sua visão estratégica.

GOVERNANÇA,
ESTRATÉGICA E
DESEMPENHO

CAPÍTULO 3



**INSTITUTO
FEDERAL**
Amapá

3. GOVERNANÇA ESTRATÉGICA E DESEMPENHO

3.1 ESTRATÉGIA

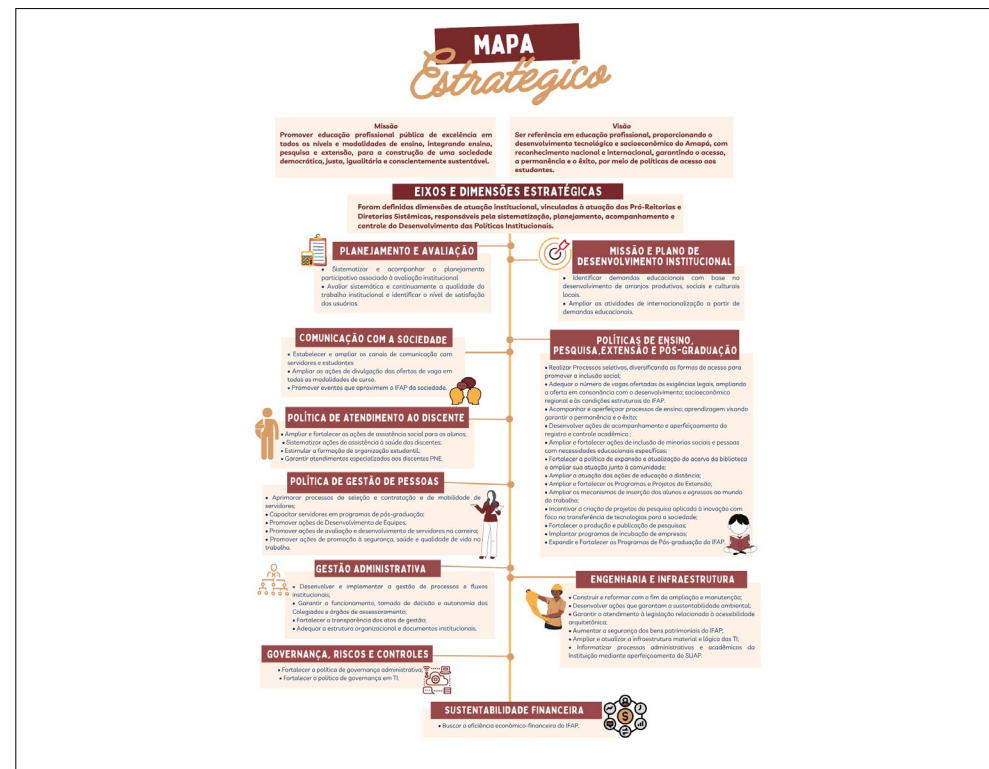
3.1.1 PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, COM ESPECIFICAÇÃO DE PLANOS PARA IMPLEMENTAR PRIORIDADES

A Estratégia consiste no plano que associa os objetivos, as políticas e as ações sequenciais de uma instituição de forma integrada. Dessa forma, o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do Amapá (Ifap) faz uso do Planejamento como um meio de alcançar sua visão de futuro e, para tanto, apresenta de forma organizada e sistematizada uma série de objetivos, metas e indicadores de desempenho e também pelas demandas sociais e especificidades locais que criam necessidades futuras. Ao estabelecer metas e compromissos, o planejamento certifica a Instituição de suas responsabilidades em garantir o acesso à educação de qualidade enquanto direito fundamental da sociedade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifap para o período de 2019 a 2023, além de se constituir um documento de exigibilidade legal, se constitui como um instrumento norteador dos anseios e expectativas da sociedade e expressa seu compromisso com o propósito maior da instituição. Representa ainda o resultado do esforço de toda a comunidade que o compõe para expressar e registrar na sua história suas realizações e pretensões no momento passado, no presente e no futuro. Para subsidiar a construção do PDI, os resultados da avaliação das ações institucionais ao longo do tempo devem ser considerados. Assim, ao se delinear as pretensões futuras do Instituto, utiliza-se como balizador os eixos e dimensões propostos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), assim como os resultados apurados pela Comissão Interna de Avaliação da Educação Superior, a CPA, por meio da avaliação institucional.

No intuito de direcionar as ações estratégicas do Ifap, foram definidas 13 dimensões de atuação institucional, vinculadas à atuação das pró-reitorias e diretorias sistêmicas, responsáveis pela sistematização, planejamento, acompanhamento e controle do desenvolvimento das políticas institucionais. O quadro abaixo apresenta a relação entre os eixos e dimensões institucionais do Ifap. É importante enfatizar que, dadas as peculiaridades e dinâmicas do Instituto, em função de sua lei de criação e demais normativas, assim como suas características organizacionais, as dimensões propostas pelo Ifap são ampliadas para dar conta de abraçar estas especificidades.

Figura 11 – Mapa estratégico



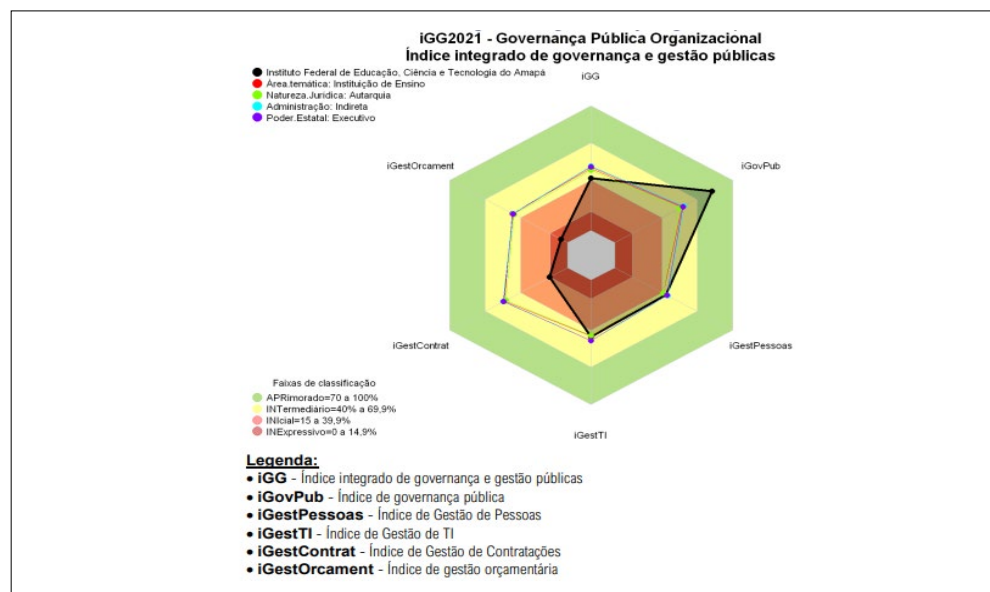
Fonte: Ifap, 2022

3.2 APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DA UPC DE GERAR VALOR

O Tribunal de Contas da União (TCU) vem realizando, sistematicamente, levantamentos para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança. A partir de 2017, o TCU unificou quatro levantamentos de governança (pessoas, TI, contratações e governança pública) realizados com foco nas organizações públicas, além de tornar o levantamento anual público, sendo parte integrante do processo de prestação de contas anuais.

Dessa maneira, a figura abaixo demonstra o resultado do Ifap na Governança Pública Organizacional - Índice Integrado de governança e gestão públicas em 2021, partindo de um questionário de autoavaliação com a participação de 378 organizações públicas.

Figura 12 – Perfil de Governança e Gestão Pública.



Fonte: Levantamento de Governança e Gestão Pública – TCU, 2021.

Tabela 2 - Indicadores dos questionários de autoavaliação.

Indicador	Valor
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	41,7%
iGovPub (índice de governança pública)	82,3%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	65,8%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	43,3%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	42,4%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	45,6%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	31,0%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	15,3%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentária)	25,2%
iGestOrcament (índice de capacidade em gestão orçamentária)	5,5%

Fonte: Levantamento de Governança e Gestão Pública – TCU, 2021.

3.3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS

Em 2021, a estrutura de governança institucional continuou apoiando e deliberando a respeito das mudanças no relacionamento com a sociedade e partes interessadas da instituição por conta do distanciamento social provocado pela pandemia de Covid-19. Este fator influenciou fortemente na continuidade da busca de novas estratégias para o diálogo da instituição com a sociedade. A nova realidade, que no ano anterior estimulou a busca incessante de diálogo através das TICs, neste ano, estabeleceu as plataformas digitais como principal ferramenta de comunicação daqui para frente, buscando efetivar o princípio constitucional da publicidade aos projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão, pilares da educação profissional e tecnológica.

Esse trabalho provocou um desdobramento da equipe de comunicação da Reitoria e dos campi para o monitoramento e gestão desses canais, procurando sempre atender às demandas da comunidade acadêmica, que, em grande parte do ano, teve atividades suspensas, e estimulando diversos setores a proporem ações que utilizassem os canais de comunicação e plataformas on-line, mantendo alunos e servidores ativos e conectados com a instituição no período da pandemia. Exemplo disso são:

- Transmissão de eventos acadêmicos no canal oficial do Youtube TV Ifap e na página oficial do Facebook.

Link: <https://www.youtube.com/channel/UCBWGVZUuSSQX3JTx3g9LkGw>

- Projeto de Saúde do Servidor SIASS/Progep: Vídeos e e-mails informativos e de conscientização quanto à prevenção de doenças.

- Links: <https://www.youtube.com/watch?v=xaEINXURXkw>

- <https://www.youtube.com/watch?v=dDteoC6hjIc&t=10s>

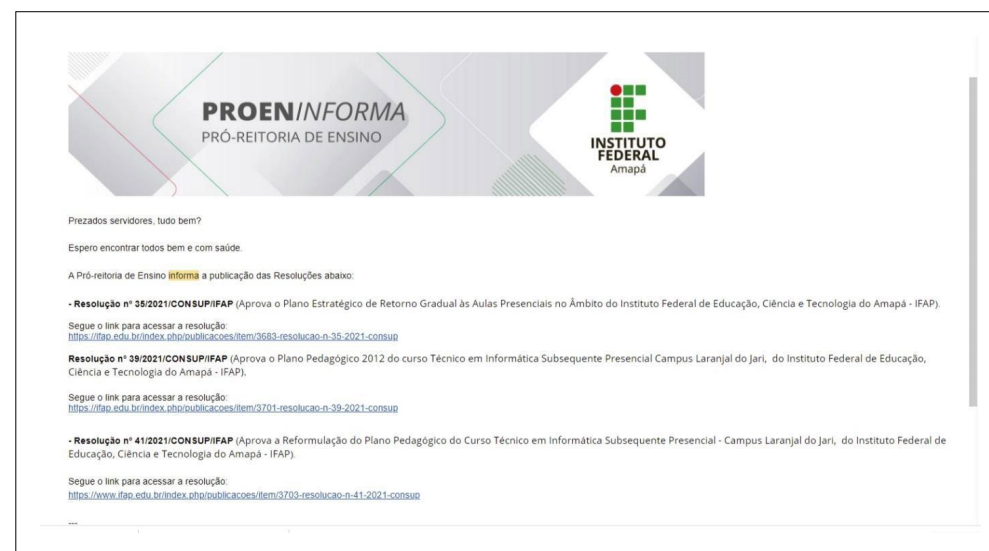
Figura 13 - Campanha Novembro Azul do Ifap.



Fonte: Ifap, 2022.

- Projeto E-mkt “Informa”: Disparo de e-mails informativos feitos pelas pró-reitorias e diretorias sistêmicas a respeito de assuntos de grande interesse dos servidores.

Figura 14 - Informativo Proen.



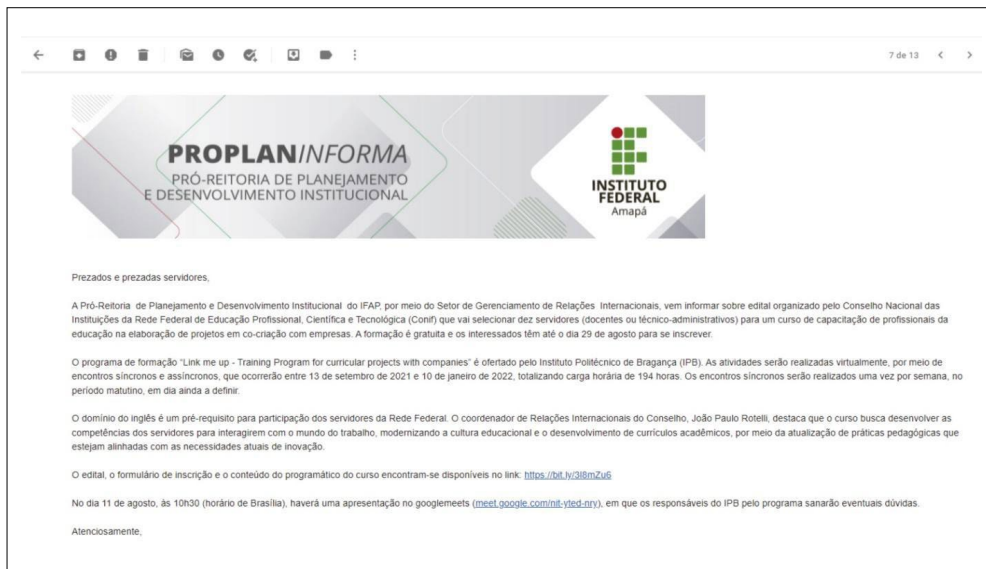
Fonte: Ifap, 2022

Figura 15 - Informativo Proeppi.



Fonte: Ifap, 2022

Figura 16 - Informativo Proplan.



Fonte: Ifap, 2022

- Convergência, interatividade e navegabilidade midiática: Os setores de jornalismo têm adotado cada vez mais a estratégia de fazer com que o usuário da informação consiga passar por vários canais de comunicação oficiais a partir de uma notícia apenas. Assim, este vê uma notícia nas redes sociais, é levado para o portal institucional onde tem acesso à informações detalhadas e pode concluir a interação através de um contato de e-mail ou telefone. Assim, gerou-se navegabilidade desse usuário nos canais oficiais, o que é primordial para se entender a efetividade de cada um deles.

- Criação do perfil institucional oficial no Instagram.
- Link: <https://www.instagram.com/ifapoficial/>
- Fortalecimento das redes sociais oficiais Facebook, Youtube e Twitter.
- Divulgação de editais de auxílio emergencial, auxílio-conectividade, editais de bolsas.

- Divulgação da campanha “Retorno Seguro”: Dando continuidade na campanha de combate ao coronavírus, o Ifap, através de seu Comitê de Crise e Enfrentamento, lançou o Programa “Retorno Seguro”, que consiste nas diretrizes gerais para planejamento e execução do retorno das atividades presenciais nas unidades do Ifap.
- Estreitamento da relação com a imprensa, dando ainda mais visibilidade às ações institucionais.
- Pesquisa de satisfação com a comunidade interna sobre os canais de comunicação institucionais, para obter dados sobre a efetividade, alcance e interesse de cada público com cada canal.

Figura 17 - Pesquisa de satisfação sobre os canais de comunicação do Ifap

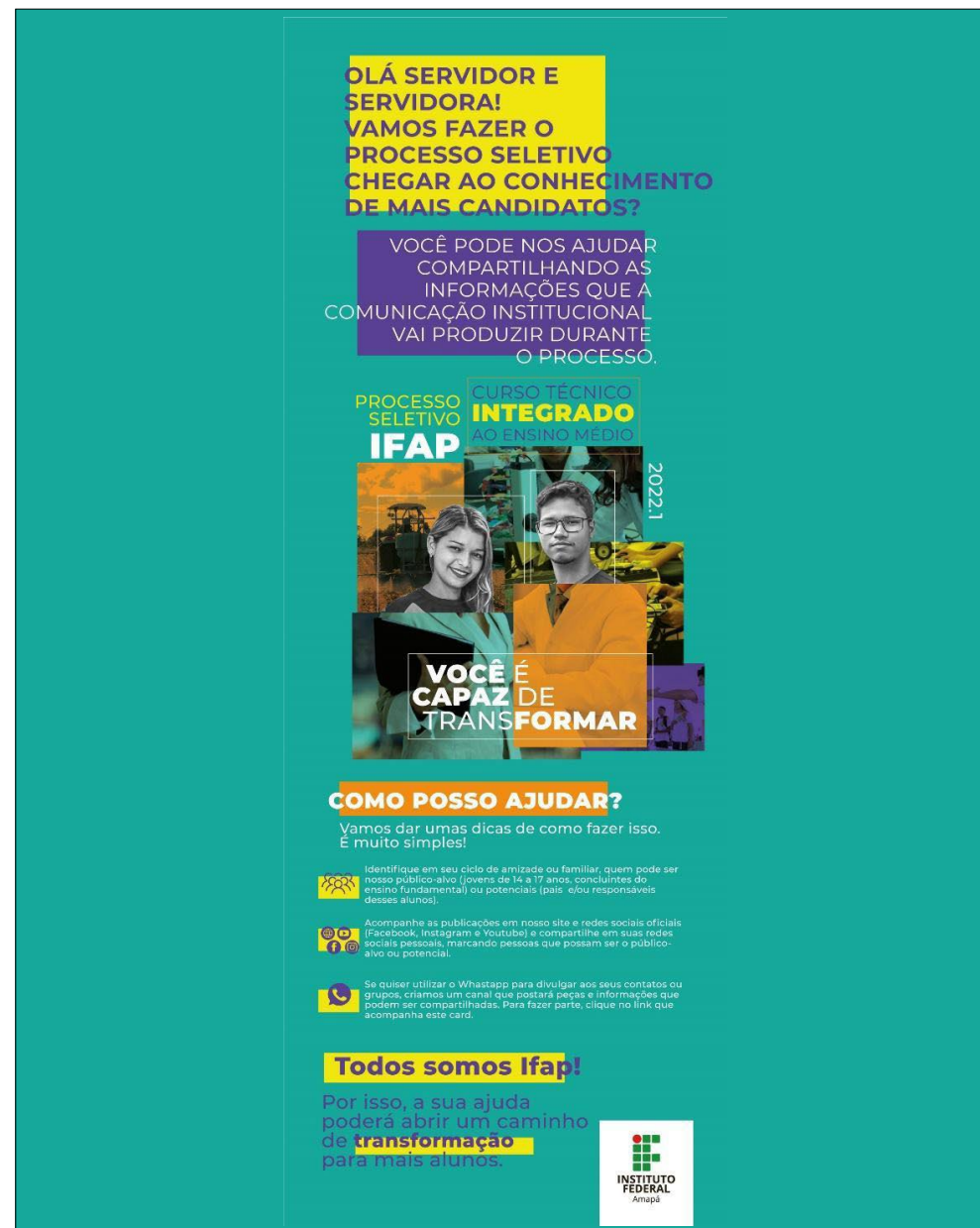




Fonte: Ifap, 2022.

- Piloto de lista de transmissão no Whatsapp para envio de informações sobre o PS Integrado 2022.1: a lista reuniu servidores que tinham interesse em ajudar na divulgação do processo via app Whatsapp, recebendo informações e peças de divulgação para divulgação em seus grupos e contatos particulares.

Figura 18 - Piloto de lista de transmissão no Whatsapp.



Fonte: Ifap, 2022

Figura 19 - Objetivos estratégicos, plano de curto prazo e resultados alcançados.



Fonte: Ifap, 2022.

3.3.1 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

Figura 20 - Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas



Fonte: Ifap, 2022.

3.4 DA OUVIDORIA E DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI)

O Ifap apresentou uma evidente manutenção dos requisitos de transparência ativa em 2021, além de estar sem omissões com os pedidos de acesso à informação, mesmo com as dificuldades enfrentadas por mais um ano da pandemia da Covid-19.

O avanço é notório, contudo, a autoridade de monitoramento da LAI sugere alguns ajustes e padronização a serem realizados na revisão e atualização dos dados abertos e de transparência ativa, que devem ser monitorados permanentemente pelos setores responsáveis.

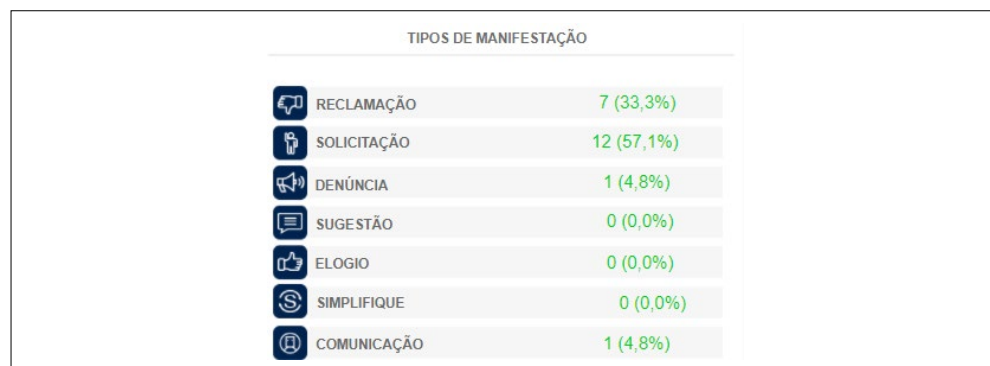
É evidente a ação da alta gestão na conscientização dos gestores e demais responsáveis sobre a importância da transparência no que se refere à atualização periódica das informações que constam no menu “Acesso à Informação”, assim como no portal de Dados Abertos da instituição.

Isso pode ser visto nos resultados abaixo.

3.4.1 OUVIDORIA

Foram recebidas 21 manifestações de 01/01/2021 até o dia 13/12/2021, distribuídas por tipos de manifestação, conforme a figura abaixo:

Figura 21 - Tipos de manifestações



Fonte: Ifap, 2022

a) Do grau de satisfação

Figura 22 - Do grau de satisfação.



Fonte: Ifap, 2022

b) Do tempo médio de resposta

Conforme a figura abaixo, o tempo médio de resposta em 2021 para as manifestações de Ouvidoria foi de 6,9 dias, tendo sido respondidas dentro do prazo 95% da demanda e 5% fora do prazo.

Figura 23 - Do tempo de resposta



Fonte: Ifap, 2022

3.4.2 SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)

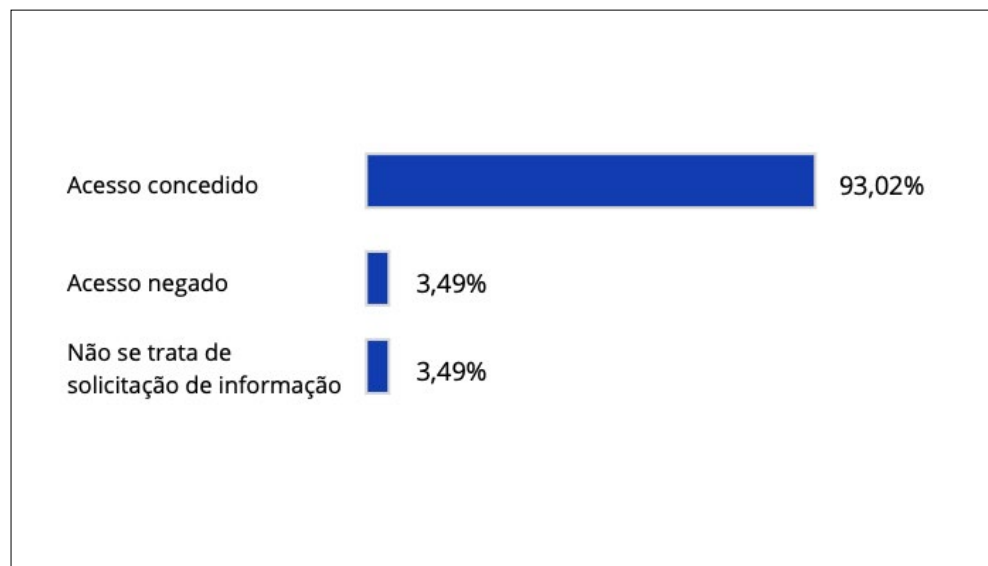
Com engajamento nas redes sociais, conseguimos aumentar o acesso ao site da instituição. A maioria das solicitações é de teor específico.

3.4.2.1 PROVIDÊNCIAS ADOTADAS QUANTO AO PROCESSO DE TRABALHO

Relevante mudança adotada com relação ao fluxo de trabalho diz respeito à comunicação com os outros setores e unidades do Ifap, que antes, independente do grau de complexidade para a formulação da resposta, o que é previamente analisado pelo SIC-Ifap, era realizada unicamente por Memorando/Ofício, e agora, para efeitos de eficiência da comunicação e economia de serviços e material, está sendo feita via e-mail, o que agiliza efetivamente o procedimento para solução do pedido de informação.

3.4.2.2 PEDIDOS POR TIPO DE RESPOSTA

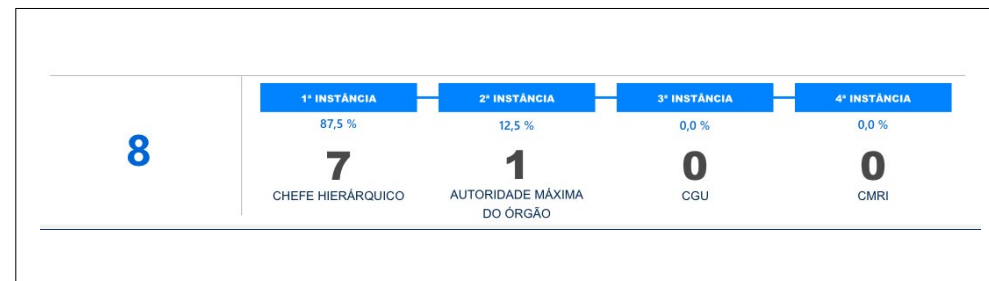
Gráfico 1 - Pedidos por tipo de resposta



Fonte: Ifap, 2022

3.4.2.3 RECURSOS

Figura 24 - Recursos



Fonte: Ifap, 2022

Todos os recursos foram respondidos.

3.4.2.4 PERFIL GERAL DOS SOLICITANTES

Figura 25 - Perfil Geral dos solicitantes

TIPO DE SOLICITANTE	
Pessoa física	68,60%
Não Informado	31,40%

Fonte: Ifap, 2022

Figura 26 - Escolaridade.

ESCOLARIDADE	
Mestrado/Doutorado	9,30 %
Pós-graduação	19,76 %
Ensino superior	11,62 %
Não informado	59,32 %

Fonte: Ifap, 2022

Figura 27 - Gênero

GÊNERO	
Masculino	27,90 %
Feminino	13,95 %
Não informado	58,15 %

Fonte: Ifap, 2022

Figura 28 - Profissão.

POR PROFISSÃO	
Servidor público federal	25,88 %
Professor	3,52 %
Estudante	3,52 %
Outra	2,35 %
Servidor público estadual	1,17 %
Profis. Liberal/autônomo	1,17 %
Empresário/empreendedor	1,17 %
Pesquisador	1,17 %
Não informado	60,05 %

Fonte: Ifap, 2022

3.4.2.5 ORIGEM DE SOLICITAÇÕES POR ESTADO

Figura 29 - Origem de Solicitações por Estado.

ESTADO	QUANTIDADE DE PEDIDOS POR LOCALIDADE
AP	01
BA	01
CE	01
DF	02
MG	06
PA	05
PE	03
PR	02
RJ	02
RN	01
RS	03
SE	01
SP	01
Não informado	57

Fonte: Ifap, 2022

3.4.2.6 INFORMAÇÕES MAIS DEMANDADAS

Figura 30 - Informações mais demandadas.

INFORMAÇÕES MAIS DEMANDADAS	
Outros em Administração	52,94%
Ensino	35,29%
Concurso	11,77%

Fonte: Ifap, 2022

3.4.2.7 PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO

Figura 31 - Pesquisa de Satisfação



Fonte: Ifap, 2022

3.4.3 TRANSPARÊNCIA ATIVA

Em 2021, o Ifap dedicou-se arduamente a concluir os itens de Transparência Ativa. Foi, novamente, um trabalho da Autoridade de Monitoramento em conjunto com as pró-reitorias, diretorias sistêmicas do Ifap e outros setores, inclusive dos campi.

Foi mantido o menu lateral “Acesso à Informação” na página principal do site do Ifap, conforme orientações constantes no Guia de Transparência Ativa para Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal, em concordância com o disposto no Decreto nº 7.724/2012.

Neste menu, foi inserido em 2021 o submenu “Proteção de Dados Pessoais no Ifap”, seguindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade.

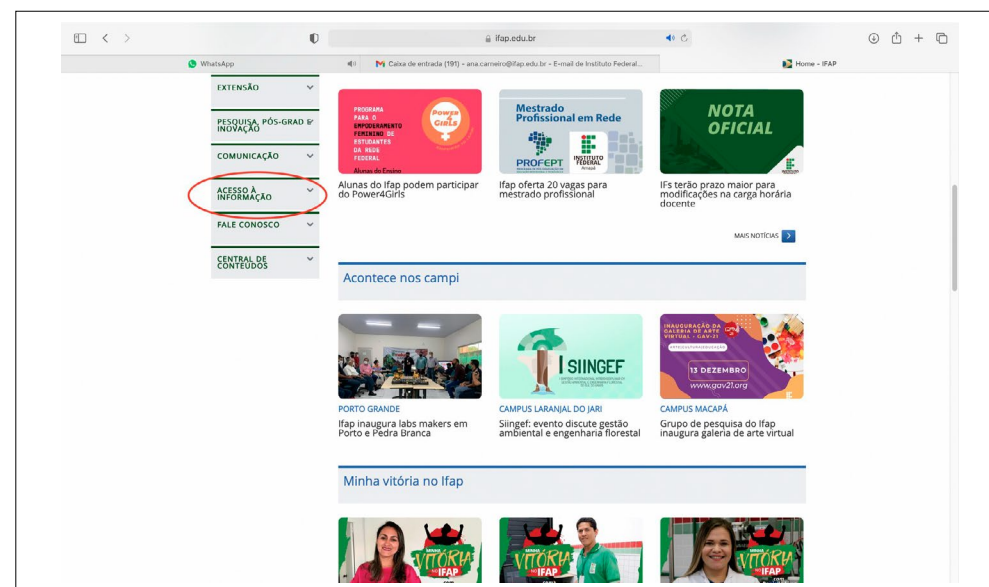
A comprovação da execução do trabalho de transparência ativa pode ser verificada nas imagens abaixo:

Figura 32 - Página home do Portal institucional.



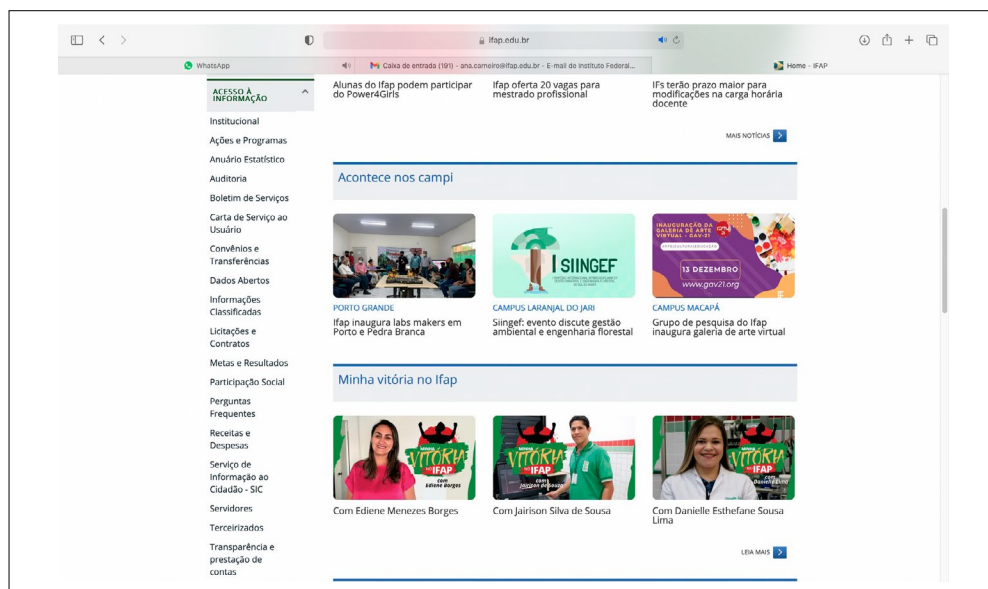
Fonte: Ifap, 2022

Figura 33 - Destaque Menu lateral “Acesso à Informação”.



Fonte: Ifap, 2022

Figura 34 - Menu lateral “Acesso à Informação” estendido com os 18 submenus.



Fonte: Ifap, 2022

3.4.3.1 PLANO DE DADOS ABERTOS

O Ifap, por meio deste documento, propõe-se a publicizar as ações, estratégias e iniciativas para a abertura de dados sob sua responsabilidade, visando o aumento da transparência e do acesso às informações públicas, de forma institucionalizada e sistematizada, em conformidade com a legislação vigente.

A vigência do atual Plano de Dados Abertos (PDA) é de 7 de agosto de 2020 a 7 de agosto de 2022. Este encontra-se publicado em: <https://ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/3068-resolucao-n-43-2020-consup>.

Dado o exposto, o PDA norteará as ações de disponibilização de dados abertos no âmbito do Ifap e será divulgado à sociedade por meio de sua publicação no site <http://dados.ifap.edu.br/>, que foi disponibilizado na rede em 2020. O

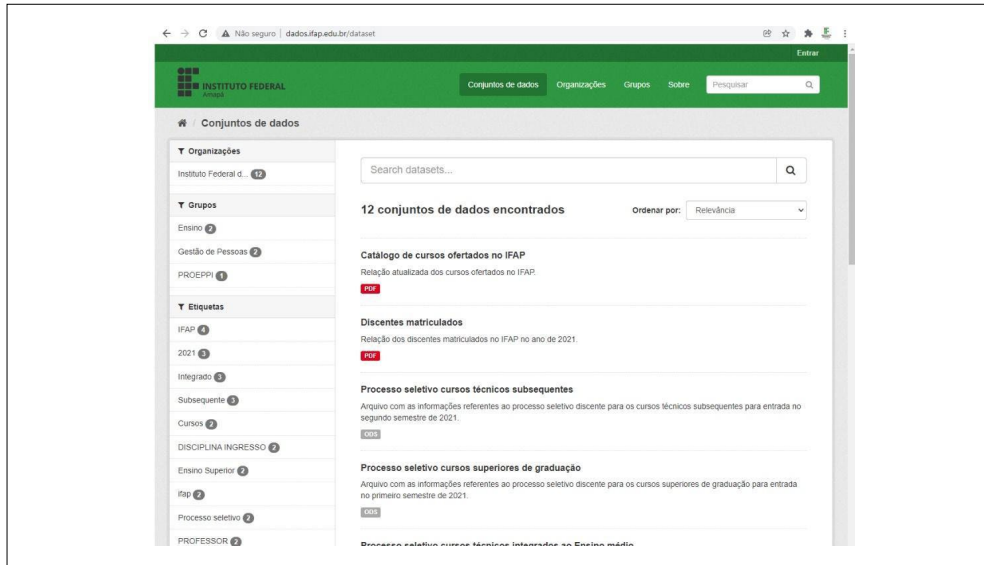
portal também pode ser acessado através do endereço <https://ifap.edu.br/index.php>, no menu lateral “Acesso à Informação”, submenu “Dados Abertos”.

Figura 35 - Página inicial portal dados.ifap.edu.br



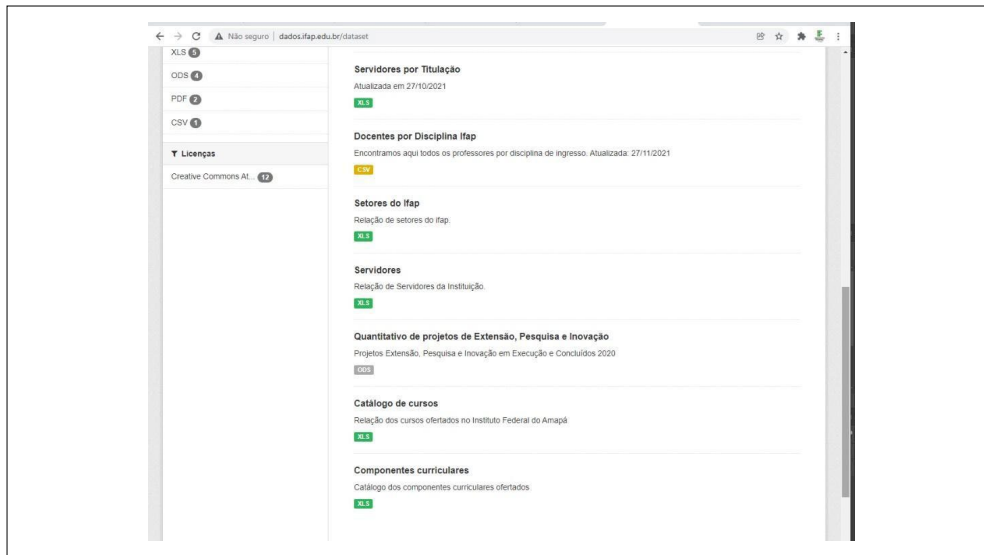
Fonte: Ifap, 2022

Figura 36 - Menu “Conjunto de dados”.



Fonte: Ifap, 2022

Figura 37 - Menu “Conjunto de dados”.



Fonte: Ifap, 2022

O relatório de implementação da LAI 2021, no âmbito do Ifap, pode ser acessado através do link: <https://ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/4048-relatorio-anual-de-implementacao-da-lei-de-acesso-a-informacao-lei-n-12-527-2011-ano-referencia-2021>.

Figura 37 - Menu “Conjunto de dados”.

Formas de participação cidadã em processos de decisão

Em 2021, O Instituto Federal do Amapá teve a participação dos cidadãos em importantes processos de tomadas de decisão na instituição. Abaixo, estão relacionados os processos, suas formas, objetivos e divulgação.

<p>CPA Comissão Própria de Avaliação</p> <p>Forma: Consulta pública, por questionário pela comunidade interna e externa. Objetivo: Autovaravaliar as ações de ensino, pesquisa e extensão para auxiliar os gestores em suas tomadas de decisão e aprimorar os produtos e serviços ofertados à comunidade. Divulgação: Matéria no site institucional, postagem nas redes sociais e envio de e-mail para servidores. Materiais: <ul style="list-style-type: none"> https://ifap.edu.br/index.php/mais-noticias/ifap-realiza-pesquisa-de-autovalacao-institucional </p>	<p>Criação de Seção Sindical</p> <p>Forma: Formulário eletrônico feito por Professores e técnicos administrativos do Instituto Federal do Amapá (Ifap). Objetivo: reunir os servidores da instituição e representá-los em ações como as campanhas salariais, negociações por melhores condições de trabalho, percentais em convênios, entre outras causas fundamentais para seu desenvolvimento profissional. Divulgação: Matéria no site institucional. Materiais: <ul style="list-style-type: none"> https://ifap.edu.br/index.php/mais-noticias/servidores-do-ifap-articulam-criacao-de-secao-sindical </p>	<p>Eleição CPA</p> <p>Forma: Votação via Suap. Objetivo: eleger os novos membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Divulgação: Matéria no site institucional, envio de e-mail aos servidores e postagens nas redes sociais. Materiais: <ul style="list-style-type: none"> https://ifap.edu.br/index.php/mais-noticias/ifap-publica-edital-para-eleicao-da-cpa </p>
<p>Arraia Virtua do Ifap</p> <p>Forma: Inscrição e votação via formulário. Objetivo: eleger as miss capira do Ifap no evento virtual realizado no canal do YouTube do Ifap. Divulgação: Matéria no site institucional, envio de e-mail aos servidores e postagens nas redes sociais. Materiais: <ul style="list-style-type: none"> https://ifap.edu.br/index.php/mais-noticias/arruma-a-tua-rupa-sumano-arrua-virtua-acontecera-no-dia-6-de-julho-na-tv-ifap </p>	<p>CPA Avaliação Institucional 2021</p> <p>Forma: Consulta pública, por questionário pela comunidade interna e externa. Objetivo: Autovaravaliar as ações de ensino, pesquisa e extensão para auxiliar os gestores em suas tomadas de decisão e aprimorar os produtos e serviços ofertados à comunidade. Divulgação: Matéria no site institucional, postagem nas redes sociais e envio de formulário para o e-mail para servidores. Materiais: <ul style="list-style-type: none"> https://ifap.edu.br/index.php/mais-noticias/cpa-promove-auto-avaliacao-dos-cursos-superiores-do-ifap-e-30-11 </p>	<p>Política de Inovação do Ifap</p> <p>Forma: Consulta pública para contribuições a partir da minuta feita pela comissão. Objetivo: construção coletiva da Política de Inovação, documento que vai definir a gestão de transferência de tecnologia e geração de inovação para o ambiente produtivo. Divulgação: Matéria no site institucional, postagem nas redes sociais. Materiais: <ul style="list-style-type: none"> https://ifap.edu.br/index.php/mais-noticias/ifap-realiza-construcao-coletiva-da-politica-de-inovacao </p>
<p>Processo de Consulta Pública para o Plano de Retorno das aulas presenciais</p> <p>Forma: Consulta pública, por formulário pela comunidade interna e externa. Objetivo: gerar dados e captar a percepção e sugestões dos respondentes sobre assuntos relacionados as etapas do retorno às aulas presenciais na instituição, contribuindo-se também em um canal de participação de toda a sociedade civil neste planejamento. Divulgação: Matéria no site institucional, postagem nas redes sociais e live no canal do YouTube Tv Ifap. Materiais: <ul style="list-style-type: none"> https://ifap.edu.br/index.php/mais-noticias/ifap-realiza-consulta-publica-sobre-retorno-das-aulas-presenciais </p>	<p>Retórica Itinerante</p> <p>Forma: Inscrição e envio de perguntas, por formulário pela comunidade interna a partir das pautas pré-determinadas pelos setores participantes. Objetivo: estabelecer um contato mais próximo da Retórica com toda a comunidade escolar de suas seis unidades a fim de analisar os desafios do Ifap na pandemia e cenários futuros. Divulgação: Matéria no site institucional, postagem nas redes sociais, envio de e-mail aos servidores e reuniões transmitidas no canal do YouTube Tv Ifap, para inscrições. Materiais: <ul style="list-style-type: none"> https://ifap.edu.br/index.php/mais-noticias/projeto-retoria-itinerante-nova-edicao-em-agosto </p>	<p>Eleição para novos membros do Conselho Superior do Ifap</p> <p>Forma: Votação via Sistema Unificado de Administração Pública (Suap). Objetivo: eleger os novos membros das classes de professores, técnicos administrativos, estudantes e egressos para o compor o Conselho Superior do Ifap (Consup/Ifap) durante o biênio 2022-2023. Divulgação: Divulgação do processo foi realizada pelo site institucional, com publicações de notícia publicações de notícia, redes sociais oficiais. Materiais: <ul style="list-style-type: none"> https://ifap.edu.br/index.php/mais-noticias/eleicao-do-consup-prazo-para-inscricao-de-candidatos-termina-amanha-20-11 https://ifap.edu.br/index.php/mais-noticias/votacao-para-o-consup-do-ifap-inicam-amanha-28-11 https://ifap.edu.br/index.php/mais-noticias/ifap-realiza-apuracao-de-elecao-para-o-consup-com-transmissao-ao-vivo https://ifap.edu.br/index.php/mais-noticias/ifap-emposoa-novos-membros-do-consup </p>

Fonte: Ifap, 2022

3.5. AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO

3.5.1 AUDITORIA INTERNA

A atuação da unidade de Auditoria Interna (Audin) no exercício de 2021 foi baseada nas áreas e atividades planejadas no seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint). Seguem abaixo as respectivas atividades e suas situações: realizada e em execução.

Tabela 02 - Atividade da Auditoria Interna.

Atividade	Descrição	Situação
Elaboração do Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna/2022	-	Realizada
Elaboração do Relatório Anual de Atividade de Auditoria Interna/2020	-	Realizada
Elaboração do Relatório de Gestão do exercício de 2020	-	Realizada
Assistência aos órgãos de controle (CGU e TCU)	-	Realizada
Instituir formalmente um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ)	-	Realizada
Monitoramento das recomendações emitidas pela Auditoria Interna	-	Em execução
Ajuste dos normativos internos da Audin	-	Realizada
Capacitação da equipe de auditoria (previsto 72h)	-	Realizada
Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios	Verificar a legalidade, a legitimidade, a eficácia, a eficiência e a economicidade na gestão orçamentária e financeira.	Realizada
Avaliação da Gestão dos benefícios concedidos aos Estudantes	Verificar o cumprimento dos normativos internos, o cumprimento da legislação vigente e os controles internos existentes.	Realizada
Avaliação do cumprimento dos requisitos relativos à transparência nos relacionamentos com fundações de apoio avaliação das ações de transparência promovidas pelo Ifap	Avaliar o cumprimento dos requisitos relativos à transparência nos relacionamentos com fundações de apoio, conforme orientação do Acórdão nº 1178/2018 – TCU/Plenário.	Realizada
Avaliação das ações de transparência promovidas pelo Ifap	Avaliar se os critérios mínimos suficientes para o atendimento da Lei nº 12.527/2011, no que tange à divulgação de seus atos, independentemente de requerimento.	Realizada

Fonte: Ifap, 2022.

No exercício de 2021, foram previstas atividades de auditoria nas áreas de gestão orçamentária e financeira, gestão de ensino e controles de gestão. A seguir, será apresentada uma análise acerca da avaliação da auditoria interna que objetivou a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.

Na área de gestão orçamentária e financeira, foi realizada a atividade visando avaliar a regularidade dos processos licitatórios, com objetivo de verificar a legalidade, a legitimidade, a eficácia, a eficiência e a economicidade do contrato em prestação de serviço contínuo de limpeza e conservação. Para isso, foram analisados os processos nº 23228.0000307/2020-01 (processo de pagamento) e 23228.000556.2020-99 (processo de acompanhamento de execução): contrato n. 05/2020 (Limpeza e conservação do Campus Macapá).

Foi observado que a unidade adota procedimentos para gestão contratual, garantindo que o acompanhamento e fiscalização sejam adequados, e, assim, o contrato seja executado nas quantidades e requisitos de qualidade definidos. Tais mecanismos podem ser observados através do desmembramento dos processos de pagamento e fiscalização do contrato, o que torna o acompanhamento mais claro e transparente, dada a quantidade de documentos que necessitam serem juntados aos processos.

No entanto, constatou-se a fragilidade dos controles e fiscalização, o que leva a controles insuficientes utilizados no acompanhamento e na fiscalização da execução contratual, bem como a ausência de ações de capacitação para os fiscais técnicos, considerando que a consecução da excelência na atuação da fiscalização do contrato administrativo deve acarretar boa aplicação do dinheiro público, e o atendimento do interesse público, evitando dano ao erário e possível superexposição da Administração Pública perante a sociedade. No que tange à gestão de ensino, foi realizada a auditoria visando avaliar

a gestão dos benefícios concedidos aos estudantes no exercício 2020, com objetivo de verificar o cumprimento dos normativos internos, o cumprimento da legislação vigente e os controles internos existentes.

Foi observada a fragilidade dos controles internos e a carência de pessoal, verificando-se que os procedimentos adotados sofrem inadequação e o não cumprimento do que preconiza os normativos internos e externos, bem como não foi possível observar instrumentos de transparência pelo *campus*.

Diante do exposto, foi exarada à Pró-Reitoria de Ensino a recomendação de construir mecanismos de controle e a criação de indicadores para avaliação dos resultados dos Programas da Política de Assistência Estudantil de forma a mensurar sua efetividade e, ao *Campus Santana*: instituir controles internos que ofereçam melhor controle quanto à prestação de contas dos auxílios recebidos pelos estudantes; instruir a prestação de contas dos estudantes que tiveram sua prestação de contas incompletas ou não prestadas, referente aos meses de concessão do auxílio, estabelecendo prazo para tal, em caso de negativa de prestação de contas; emitir Guia de Recolhimento da União referente aos meses não prestados; reestruturar a equipe de acompanhamento da execução financeira dos programas de assistência estudantil; e criar mecanismo de transparência dos seus atos.

Quanto ao controle de gestão, foi realizada atividade de auditoria visando avaliar o cumprimento dos requisitos relativos à transparência nos relacionamentos com fundações de apoio, avaliação das ações de transparência promovidas pelo Ifap e avaliação das ações de transparência promovidas pelo Ifap.

No que diz respeito aos requisitos relativos à transparência nos relacionamentos com fundações de apoio, os exames ficaram comprometidos, considerando que o Ifap não desenvolveu nenhum projeto até aquela data com a fundação de apoio Facto. E em relação à avaliação das ações de transparência promovidas

pelo Ifap, foi realizada avaliação no site do Instituto e constatou-se que este adota critérios mínimos suficientes para o atendimento da Lei nº 12.527/2011 no que tange à divulgação de seus atos, independentemente de requerimento.

Em uma análise consolidada dos trabalhos de auditoria realizados durante o ano de 2021, foram exaradas recomendações, conforme tabela abaixo. As recomendações exaradas serão objeto de monitoramento no exercício 2022, e contêm no seu escopo a correção de falhas e o aperfeiçoamento dos processos de governança, de gerenciamento de risco e de controles internos.

Tabela 03 - Recomendações da Auditoria Interna.

Relatório	Unidade Auditada	Recomendação	Situação
01	Pró-Reitoria de Administração	Emitir um documento de orientação aos fiscais técnicos quanto ao recebimento dos materiais, utensílios de limpeza e equipamentos, solicitando que atem rigorosamente ao recebimento e conferência unitária de cada item recebido, mensal e anualmente (conforme edital).	Em monitoramento
		Emitir orientação técnica aos campi para que aperfeiçoem o processo de capacitação dos servidores designados como fiscais técnicos.	
02	Pró-Reitoria de Ensino e <i>Campus Santana</i>	Construir mecanismos de controle e a criação de indicadores para avaliação dos resultados dos Programas da Política de Assistência Estudantil de forma a mensurar sua efetividade.	Em monitoramento
		Instituir controles internos que ofereçam melhor controle quanto à prestação de contas dos auxílios recebidos pelos estudantes.	
		Instruir a prestação de contas dos estudantes que tiveram sua prestação de contas incompletas ou não prestadas, referente aos meses de concessão do auxílio, estabelecendo prazo para tal, em caso de negativa de prestação de contas, emitir Guia de Recolhimento da União referente aos meses não prestados.	
		Reestruturar a equipe de acompanhamento da execução financeira dos programas de assistência estudantil.	
		Criar mecanismo de transparência dos seus atos.	

Fonte: Ifap, 2022.

Tratando-se das atividades de monitoramento, a Auditoria Interna procura, através de suas recomendações, corrigir as inconsistências detectadas durante a realização de suas auditorias, porém, o não atendimento delas torna contínuas as falhas nos controles internos.

A maioria das recomendações é de fácil implementação pelas unidades auditadas, tendo em vista que exige o cumprimento da legislação, cláusulas contratuais, esclarecimentos ou medidas para corrigir erros no desenvolvimento de suas atividades.

A Audin, após a conclusão dos Relatórios de Auditoria, insere as recomendações no e-Aud (sistema de gestão da Atividade de Auditoria Interna Governamental) para acompanhamento e monitoramento.

Importante ressaltar que a Audin, ainda que em situação de excepcionalidade - suspensão das atividades administrativas presenciais em virtude da pandemia de Covid-19 -, contou com a receptividade dos servidores do Ifap, não ocorrendo nenhuma restrição na realização das auditorias em 2020.

A Auditoria Interna do Ifap, durante o exercício de 2021, visando ajustar seu Estatuto à Instrução Normativa da SFC nº 13, de 6 de Maio de 2020, que tem como objetivo estabelecer uma padronização mínima na organização e na atuação das Auditorias Internas dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, de forma que estas possam agregar valor com os resultados de seus trabalhos, aprovou o novo Estatuto da Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, através da Resolução nº 29, de 22 de junho de 2021, emitida pelo Conselho Superior (Consup).

Assim como aprovou, através da Resolução do Consup nº. 52, de 04 de no-

vembro de 2021, o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna (PGMQ), que tem por objetivo estabelecer atividades de caráter permanente destinadas a avaliar a qualidade, a produzir informações gerenciais e a promover a melhoria contínua da atividade de auditoria interna da Audin.

Por fim, a Audin, durante o exercício de 2021, visou consolidar o foco de sua atuação orientativa e preventiva para atender às necessidades da Instituição, e continuamente aprimorar suas ações de auditoria interna e, dentro das particularidades do ano de 2021, cumpriu devidamente suas competências regimentais ao assistir a organização na consecução de seus objetivos institucionais, através de suas recomendações.

3.5.2 CORREIÇÃO

O presente relatório tem por escopo registrar as atividades desenvolvidas por este Departamento Correccional (Decorr), no exercício do ano de 2021, no Ifap.

Preliminarmente, é de se verificar que o Decorr foi criado por meio da Portaria nº 1.311, de 02 de dezembro de 2020, visando a obtenção de resultados mais efetivos e consistentes na apuração de responsabilidade administrativa, dada a maior qualificação, em matéria correccional, com a implementação de uma estrutura adequada ao volume de feitos disciplinares instaurados e a instaurar, tendo o intuito de garantir a regularidade, a eficiência e a eficácia das atividades correccionais no âmbito do Ifap.

Nos termos do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, o Decorr

integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal como unidade seccional, responsável pelas atividades relacionadas à prevenção e apuração de ilícitos administrativos praticados por servidores públicos, bem como pelas ações de responsabilização administrativa de pessoas jurídicas, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015. Em atenção à Instrução Normativa CGU nº 14, de 14 de novembro de 2018, também se inserem nos objetivos da atividade correcional a contribuição para o fortalecimento da integridade pública e a promoção da ética e transparência na relação público-privada, mediante o apoio à identificação de riscos e vulnerabilidades à integridade.

O Departamento de Correição é uma estrutura dotada de autonomia e independência, sendo um órgão integrante da Reitoria, subordinando-se diretamente ao Reitor(a) em todas as matérias administrativas. Em sua atuação, o Decorr se baseia na legislação pertinente, especialmente na Lei nº 8.112/90, e em materiais de apoio, como o Manual de Processos Administrativos Disciplinares da Controladoria-Geral da União, visando aplicar o poder disciplinar e correcional do próprio reitor, a quem compete nomear as comissões no sentido de apurar faltas disciplinares.

3.5.2.1 PRINCIPAIS RESULTADOS OBSERVADOS EM RELAÇÃO À ATIVIDADE DE CORREIÇÃO NO ÂMBITO DO IFAP

O Ifap, por meio do Departamento de Correição, no ano de 2021, promoveu as ações necessárias no sentido de adequar as informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts, 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria

Geral da União (CGU), tendo alimentado o sistema CGU-PAD, no que tange aos Procedimentos Disciplinares.

A tabela abaixo descreve os resultados obtidos no ano de 2021 referentes aos Procedimentos Disciplinares no âmbito do Ifap.

Tabela 03 - Recomendações da Auditoria Interna

Descrição	Quantitativo
Total dos Processos Administrativos Disciplinares Ordinários concluídos	04
Total dos Processos Administrativos Disciplinares Sumários concluídos	10
Total das Sindicâncias Acusatórias concluídas	00
Total dos Termos de Ajustamento de Conduta – TAC celebrado	00
Total das aplicações de penalidades aos Servidores(as)	07
Total dos arquivamentos de Processos Administrativos Disciplinares	07
Total dos Procedimentos Disciplinares julgados	14

Fonte: Ifap, 2022.

Como principais resultados observados em relação à atividade correcional, no âmbito do Instituto Federal do Amapá, o Decorr promoveu as ações necessárias no sentido de adequar as informações quanto ao cumprimento das disposições dos artigos, 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da CGU, tendo alimentado o Sistema SISCOR no que tange aos procedimentos disciplinares, tais como: Sindicâncias, Processos

Administrativos Disciplinares e Termos de Ajustamento de Condutas (TAC). Além disso, no ano de 2021, o Decorr passou a gerenciar e a alimentar o sistema E-Pessoal do TCU, no que se refere aos indícios de acúmulos ilegal de cargos públicos praticados por Servidores do Ifap.

Em complemento às informações supracitadas, o Decorr e a Autoridade Julgadora do Ifap, a Reitora, elaboraram as Instruções Normativas nº 1/2021/DECORR/GAB/RE/IFAP e nº 2/2021/DECORR/GAB/RE/IFAP, que regulamenta a Atividade Correccional no Ifap e institui o Termo de Ajustamento de Conduta, respectivamente.

3.6 RESULTADOS E DESEMPENHO DE GESTÃO

3.6.1 RESULTADOS ALCANÇADOS ANTE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AS PRIORIDADES DA GESTÃO

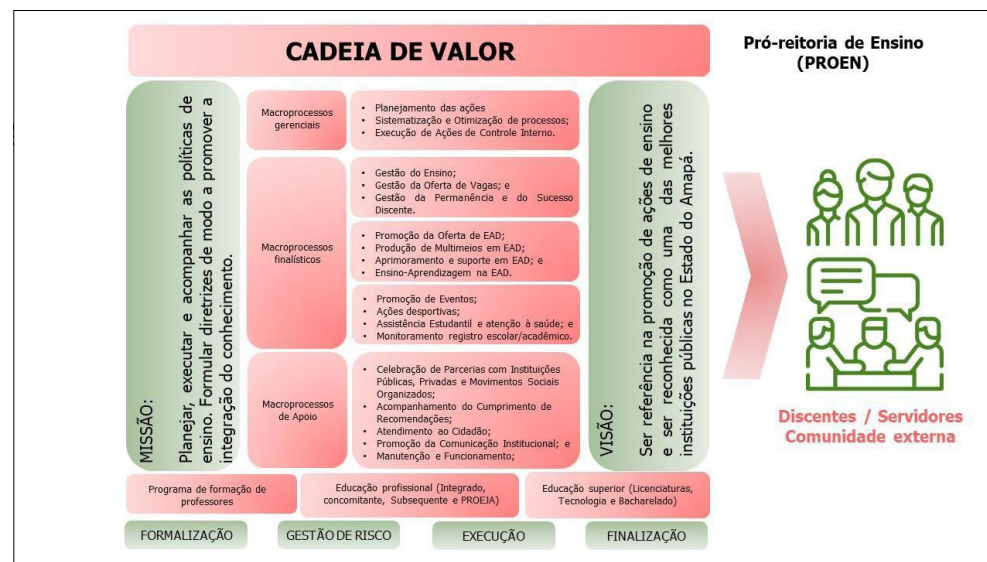
3.6.1.1 ENSINO

3.6.1.1.1 VISÃO GERAL E CADEIA DE VALOR

A Pró-Reitoria de Ensino (Proen) é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta e acompanha as ações e as políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão no âmbito do Ifap, em consonância com as diretrizes educacionais vigentes.

As ações de ensino desenvolvidas no Ifap se coadunam com o mundo do trabalho e com os diversos segmentos sociais, reafirmando o compromisso na continuidade e ampliação de ações que visam a consolidação do ensino em articulação indissociável com a pesquisa e a extensão. A figura 1 representa a cadeia de valor da Pró-Reitoria, considerando os macros desafios da oferta de ensino em todas as formas e modalidades nas unidades do Instituto.

Tabela 03 - Recomendações da Auditoria Interna



Fonte: PROEN, 2022.

A Proen é constituída pelos seguintes setores:

- Setor Administrativo;
- Setor Pedagógico;
- Diretoria de Processo Seletivo (DIPSE);
- Procuradoria Educacional Institucional (PEI);
 - Seção de Registro Escolar e Acadêmico (SERAE);
- Departamento de Ensino a Distância (DEaD);
 - Coordenação de Ensino a Distância (COEAD);
- Departamento de Assuntos Estudantis (DEAES);
- Seção de Permanência e Sucesso Discente (SEPESDI);
- Coordenação de Educação Profissional (COEP);
- Coordenação de Graduação (COGRAD).

3.6.1.1.2 COMPETÊNCIAS

De acordo com o Regimento Interno da Reitoria do Ifap, a Proen é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta e acompanha as ações e as políticas de ensino e de assistência estudantil, articuladas à pesquisa e à extensão no âmbito do Ifap, em consonância com as diretrizes educacionais vigentes.

Destacam-se entre suas competências:

I - Atuar no planejamento estratégico e operacional do Instituto Federal do Amapá, com vistas a subsidiar a definição das políticas na área de ensino dos campi;

II - Colaborar na definição de vagas, com as direções dos campi e supervisionar os processos seletivos para ingresso de alunos nos diversos campi da Instituição;

III - propor ao Conselho Superior o quantitativo de vagas e colaborar com a Comissão Permanente de Processo Seletivo no acompanhamento da publicação dos editais, dos processos seletivos para ingresso de alunos do ensino básico, técnico e de graduação, ouvidos os diversos campi da Instituição;

IV - Propor ao Conselho Superior a implementação das políticas e diretrizes voltada ao desenvolvimento da oferta da educação profissional técnica de nível médio e da educação superior de graduação, presenciais e EaD no âmbito do Instituto Federal do Amapá;

V - Acompanhar, conjuntamente com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) e Diretores dos Campi, o gerenciamento do banco de professor equivalente;

VI - Estabelecer e supervisionar a implementação das políticas e diretrizes voltadas ao desenvolvimento da oferta em todos os níveis e modalidades de ensino, no âmbito do Instituto Federal do Amapá;

VII - garantir identidade curricular e desenvolvimento de política e ação peda-

gógica própria, no âmbito do Instituto Federal do Amapá;

VIII - Promover e incentivar a avaliação e melhoria do projeto político pedagógico institucional;

IX - Sugerir atividades que visem à capacitação dos servidores;

X - Supervisionar as atividades que visem à capacitação do corpo docente;

XI - Delinear diretrizes e definir prioridades do Instituto Federal do Amapá na dimensão do ensino;

XII - Representar o Instituto Federal do Amapá nos fóruns específicos da área, quando se fizer necessário;

XIII - Propor e coordenar a execução de políticas de assistência estudantil no âmbito da instituição;

XIV - Presidir e coordenar a câmara de ensino;

XV - Sugerir a oferta de novos cursos, bem como solicitar o aperfeiçoamento dos já existentes;

XVI - elaborar o plano anual de trabalho e relatório anual de gestão;

XVII - zelar pela garantia da qualidade do ensino e executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas. Tabela 03 – Motivos para interposição de recursos.

3.6.1.1.2 COMPETÊNCIAS

Na tabela 5, são apresentados os servidores que responderam pela Proen durante o ano de 2021. Fonte: Ifap, 2021.

Tabela 05 – Servidores responsáveis durante o ano de 2021 pela Proen.

Servidores	SIAPE	Função	Período	E-mails
Victor Hugo Gomes Sales	1866478	Titular – Portaria 757/2020/GAB/IFAP	01/01 a 31/12/2021	proen@ifap.edu.br victor.sales@ifap.edu.br
Gilceli Chagas Moura	1816816	Substituto na ausência do titular	Nas férias e outras ausências	gilceli.moura@ifap.edu.br

Fonte: Ifap, 2021.

3.6.1.1.4 PRIORIDADES ESTABELECIDAS PARA O EXERCÍCIO 2021

Todas as prioridades estabelecidas para o exercício de 2021 levam em consideração o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Plano de Gestão da reitora professora Marialva Almeida, e estão dialogando diretamente com as políticas nacionais para o ensino e com orçamento disponibilizado através da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021.

Desde o início da pandemia da Covid-19, em março de 2020, entre todos os investimentos realizados, houve a continuidade do direcionamento de recursos financeiros para a concessão de auxílios para nossos alunos para a manutenção do ensino na forma remota por meio de atividades pedagógicas Não Presenciais (APNPs), sendo esse mediado ou não por uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Algumas mudanças significativas realizadas no ano de 2020 se mantiveram em 2021 no organograma da Proen, tais quais, a criação do Departamento de Processo Seletivo (DIPSE), do Departamento de Ensino a Distância (DEaD), do Departamento de Assuntos Estudantis (DEAES) e da Seção de Registro Acadêmico e Escolar, vinculada à Procuradoria e Pesquisa Educacional Institucional (PEI). Essas propiciaram uma melhor otimização e padronização das atividades que foram executadas em 2021 para a continuidade da implantação de políticas com vistas ao comprimento dos indicadores dispostos na Lei de Criação dos Institutos Federais, Lei nº 11.892/2008, e Termo de Acordo de Metas do Tribunal de Contas da União, bem como a oferta do ensino remoto durante a pandemia.

3.6.1.1.5 AÇÕES, PROJETOS E PROGRAMAS EM 2021

a) Editais de Assistência Estudantil

Desde 2018, as ações de assistência estudantil têm seus editais centralizados

na Proen com o objetivo de padronizar a forma de selecionar e adotar ações de assistência estudantil comuns no âmbito do Ifap para todas as unidades. A seleção ocorre de forma unificada, contudo, os pagamentos dos valores são de forma conjunta entre os campi/unidades e a Pró-Reitoria de Administração (Proad).

Em 2021, através de uma comissão multidisciplinar composta por servidores de todas as unidades do Ifap foram elaborados, publicados e executados editais que concederam 2.609 auxílios (Tabela 2) em diferentes ações, um incremento de 60,6% no número de auxílios implementados quando comparado ao ano de 2020.

Tabela 06 - Distribuição dos auxílios da Assistência Estudantil por campus/unidade e ações específicas

Auxílios	Laranjal do Jari	Macapá	Oiapoque	Porto Grande	Pedra Branca	Santana	
Auxílio-inclusão digital – aquisição de equipamentos de informática	100	285	-	64	-	172	
Auxílio-inclusão digital – Aquisição de Internet (Reabertura)	270	308	-	58	-	118	
Projeto alunos Conectados	121	82	10	16	11	98	
Auxílio-Proeja	28	25	-	25	-	-	
Auxílio Emergencial Convencional	-	11	-	1	-	1	
Auxílio-Atenção à Saúde	-	7	-	1	-	-	
Auxílio-recurso assistivo	-	3	-	-	-	-	
Empréstimo de computadores (2020/2021)	-	32	-	-	-	-	
Programa de Assistência estudantil 2021.2	Alimentação	30	329	33	-	-	107
	Moradia	-	17	-	6	12	-
	Material didático	98	-	05	20	20	69
Ajuda de custo (taxa de inscrição/hospedagem/alimentação) para eventos científicos (robótica) e esportivos (jogos olímpicos e paraolímpicos)	-	10	-	-	-	-	
Ajuda de custo – passagens de discentes para eventos científicos e esportivos	-	6	-	-	-	-	
Total	647	1.115	48	191	43	565	

Obs.: Ocorreram ainda atendimentos on-line dos profissionais de psicologia, serviço social, saúde e acompanhamento pedagógico aos alunos atendidos pela assistência estudantil, bem como palestras do serviço de saúde e psicologia com temáticas diversas. Fonte: IFAP, 2022.

b) Editais do Processo Seletivo discente para ingresso no Ifap

O processo seletivo discente para ingresso no Ifap vem sendo realizado desde o ano de 2018 pela Proen com o objetivo de otimizar os processos, bem como padronizar os planos de comunicação, direcionando-os a atingir o destinatário final com maior eficácia.

O Ifap procedeu a seleção dos alunos para ingresso da seguinte forma:

- Ingresso no primeiro semestre

- Cursos superiores de graduação (Licenciaturas, Tecnologias e Bacharelados) através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), processo realizado pela própria instituição através de comissão instaurada por portaria do Gabinete da Reitoria.

- Ingresso no segundo semestre

- Cursos técnicos Integrados ao Ensino Médio na modalidade PROEJA, que são realizados pela própria instituição através de comissão instaurada por portaria do Gabinete da Reitoria.

- Cursos técnicos na forma subsequente, que são realizados pela própria instituição através de comissão instaurada por portaria do Gabinete da Reitoria.

A seguir, demonstramos as vagas disponibilizadas nos editais, bem como os resultados atingidos em cada um. Menciona-se que todas as vagas foram preenchidas e que se observa um crescimento acima de 10% das procuras nos cursos no Ifap.

Tabela 07 - Ofertas de vagas no ano de 2021.

OFERTAS DE VAGAS NO ANO DE 2021			
Cursos	Nº de vagas	Nº de Cursos	Executado
Cursos técnicos de nível médio na modalidade Proeja	160	05	Processo Seletivo Integrado Proeja 2021.2 – Edital nº 08/2021/PROEN/IFAP
Matrículas especiais vestibulinho	-	-	Não executado devido à pandemia de Covid-19
Cursos técnicos de nível médio na forma subsequente	650	19	Processo Seletivo Integrado Proeja 2021.2 – Edital nº 07/2021/PROEN/IFAP
Cursos técnicos integrados ao ensino médio	450	15	Processo Seletivo Técnico Integrado 2021.1 – Edital nº 01/2021/PROEN/IFAP
Cursos superiores de graduação	520	16	Processo Seletivo Integrado Proeja 2021.2 – Edital nº 02/2021/PROEN/IFAP
Total	1780	55	-

Fonte: IFAP, 2022.

Para o ano de 2021 foi possível incrementar a oferta quando comparada ao ano de 2020, quando a pandemia estava em seu ápice, e esse incremento foi de 21,63%, ou seja, uma oferta de 385 vagas. A Proen, a partir do ano de 2021, visando otimizar os processos seletivos e ampliar a demanda global da oferta de cursos, começou a monitorar alguns indicadores relacionados, tais como:

- Relação candidato por vaga (RCV) = nº de inscrições / total de vagas.
- Índice Efetividade de oferta (IEF) = (nº de vagas ofertadas / nº de vagas previstas no curso PDI) x 100.

• **Indicadores do processo seletivo dos cursos superiores**

Tabela 08 - Processo seletivo de cursos superiores Campus Laranjal do Jari.

CAMPUS LARANJAL DO JARI - 160 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS	RCV	IEF
Bacharelado em Administração	40	40	546	40	13,65	100%
Licenciatura Ciências Biológicas	40	40	232	40	5,80	100%
Bacharelado em Eng. Florestal	40	40	461	40	11,52	100%
Tecnologia em Gestão Ambiental	40	40	181	40	4,53	100%
TOTAL	160	160	1420	160	8,88	100%

Fonte: IFAP, 2022.

Tabela 09 - Processo seletivo de cursos superiores *Campus Macapá*

CAMPUS MACAPÁ - 270 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS	RCV	IEF
Tecnologia em Alimentos	30	40	476	28	15,87	75%
Bacharelado Engenharia Civil	30	40	1173	31	39,1	75%
Licenciatura em Física	30	40	75	28	2,5	75%
Licenciatura em Informática	30	40	495	29	16,5	75%
Licenc. Letras - Português e Inglês	30	40	869	30	28,97	75%
Licenciatura em Matemática	30	40	185	29	6,17	75%
Tecnologia em Mineração	30	40	220	30	7,33	75%
Licenciatura em Química	30	40	151	30	5,03	75%
Tecnologia Redes de Comp.	30	40	487	30	16,23	75%
TOTAL	270	360	4131	265	15,31	75%

Fonte: IFAP, 2022

Tabela 10 - Processo seletivo de cursos superiores Campus Porto Grande.

CAMPUS PORTO GRANDE - 30 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS	RCV	IEF
Bacharelado em Eng. Agrônômica	30	40	127	30	4,23	75%
TOTAL	30	40	127	30	4,23	75%

Fonte: IFAP, 2022

Tabela 11 - Processo seletivo de cursos superiores *Campus Santana*.

CAMPUS SANTANA - 60 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS	RCV	IEF
Tecnologia em Comércio Exterior	30	40	194	31	6,47	75%
Tecnologia em Gestão RH	30	40	669	30	22,30	75%
TOTAL	60	80	1420	61	4,23	75%

Fonte: IFAP, 2022.

- Indicadores do processo seletivo dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

Tabela 12 - Processo seletivo dos cursos técnicos integrados do *Campus Laranjal do Jari*.

CAMPUS LARANJAL DO JARI - 150 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS	RCV	IEF
Técnico em Administração	30	40	91	30	3,03	75%
Técnico em Florestas	30	40	54	30	1,80	75%
Técnico em Informática	30	40	89	30	2,97	75%
Técnico em Logística	30	40	39	26	1,30	75%
Técnico em Meio Ambiente	30	40	49	23	1,63	75%
TOTAL	150	200	322	139	2,15	75%

Fonte: IFAP, 2022.

Tabela 13 - Processo seletivo dos cursos técnicos integrados do *Campus Macapá*.

CAMPUS MACAPÁ - 180 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS	RCV	IEF
Técnico em Alimentos	30	40	209	30	6,97	75%
Técnico em Edificações	30	40	169	30	5,63	75%
Técnico em Estradas	30	40	70	30	2,33	75%
Técnico em Mineração	30	40	100	30	3,33	75%
Técnico em Química	30	40	149	30	4,97	75%
Técnico em Redes de Comp.	30	40	407	30	13,57	75%
TOTAL	180	240	1104	180	6,13	75%

Fonte: IFAP, 2022.

Tabela 14 - Processo seletivo dos cursos técnicos integrados do *Campus Porto Grande*.

CAMPUS PORTO GRANDE - 60 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS	RCV	IEF
Técnico em Administração	30	40	62	30	2,07	75%
Técnico em Agropecuária	30	40	12	22	0,40	75%
TOTAL	60	40	74	52	1,23	75%

Fonte: IFAP, 2022.

Obs.: No curso Técnico em Agropecuária, no Processo Seletivo, o Campus realizou chamada pública para completar a turma.

Tabela 15 - Processo seletivo dos cursos técnicos integrados do *Campus Santana*.

CAMPUS SANTANA - 60 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS	RCV	IEF
Técnico em Comércio Exterior	30	40	111	31		75%
Técnico em Publicidade	30	40	167	36		75%
TOTAL	60	80	278	67	4,23	75%

Fonte: IFAP, 2022.

- Indicadores do processo seletivo dos cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade Proeja

Tabela 16 - Processo seletivo dos cursos técnicos integrados ao ensino médio modalidade Proeja - *Campus Laranjal do Jari*.

CAMPUS LARANJAL DO JARI - 30 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS	RCV	IEF
Técnico em Logística	30	40	24	Não houve matriculados*	0,80	75%
TOTAL	30	40	24	-	0,80	75%

Fonte: IFAP, 2022.

* O Campus Laranjal do Jari não fechou a turma com o mínimo de 50% das vagas pelo não comparecimento dos candidatos.

Tabela 17 - Processo seletivo dos cursos técnicos integrados ao ensino médio modalidade Proeja - Campus Macapá.

CAMPUS MACAPÁ - 30 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS	RCV	IEF
Técnico em Seg. do Trabalho	30	40	208	29	6,93	75%
TOTAL	30	40	208	29	6,93	75%

Fonte: IFAP, 2022.

Tabela 18 - Processo seletivo dos cursos técnicos integrados ao ensino médio modalidade Proeja - Campus Porto Grande.

CAMPUS PORTO GRANDE - 60 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS	RCV	IEF
Técnico em Administração	30	40	16	14	0,53	75%
Técnico em Agropecuária	30	40	9	2	0,30	75%
TOTAL	60	40	25	16	0,41	75%

Fonte: IFAP, 2022.

* Os alunos do curso Técnico em Agropecuária concordaram em se matricular no curso de Técnico em Administração para a viabilização da oferta do curso em Administração.

Tabela 19 - Processo seletivo dos cursos técnicos integrados ao ensino médio modalidade Proeja - Campus Santana.

CAMPUS SANTANA - 30 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS*	RCV	IEF
Técnico em Logística	30	40	57	7	1,90	75%
TOTAL	30	40	57	7	1,90	75%

Fonte: IFAP, 2022.

* O número de alunos matriculados não atingiu o mínimo de 50% para a oferta do curso. Dessa forma, a turma não foi criada.

Indicadores do processo seletivo dos cursos técnicos na forma subsequente

Tabela 20 - Processo seletivo dos cursos técnicos na forma subsequente do Campus Laranjal do Jari.

CAMPUS LARANJAL DO JARI - 200 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS	RCV	IEF
Técnico em Florestas	40	40	69	21	1,73	100%
Técnico em Informática	40	40	115	39	2,88	100%
Técnico em Informática (EaD)	40	40	97	34	2,43	100%
Técnico em Serv. públicos (EaD)	40	40	220	39	5,50	100%
Técnico em Meio ambiente (EaD)	40	40	118	35	2,95	100%
TOTAL	200	200	619	168	3,10	100%

Fonte: IFAP, 2022.

* O Campus Laranjal do Jari não fechou a turma com o mínimo de 50% das vagas pelo não comparecimento dos candidatos.

Tabela 21 - Processo seletivo dos cursos técnicos na forma subsequente do Campus Macapá.

CAMPUS MACAPÁ - 120 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS	RCV	IEF
Técnico em Edificações	30	40	321	27	10,7	75%
Técnico em Estradas	30	40	98	21	3,27	75%
Técnico em Mineração	30	40	216	25	7,20	75%
Téc. em Geoprocessamento (EaD)	30	40	256	29	8,53	75%
TOTAL	120	160	891	102	7,43	75%

Fonte: IFAP, 2022.

Tabela 22 - Processo seletivo dos cursos técnicos na forma subsequente do Campus Porto Grande.

CAMPUS PORTO GRANDE - 60 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS	RCV	IEF
Técnico em Administração	30	40	148	31	4,93	75%
Técnico em Agronegócio	30	40	19	23	0,63	75%
TOTAL	60	40	167	54	2,78	75%

Fonte: IFAP, 2022.

Tabela 23 - Processo seletivo dos cursos técnicos na forma subsequente do Campus Santana.

CAMPUS SANTANA - 120 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS	RCV	IEF
Técnico em Informática	40	40	421	34	10,53	100%
Técnico em Serviços Públicos	40	40	269	25	6,73	100%
Técnico em Finanças	40	40	230	33	5,75	100%
TOTAL	120	120	920	92	7,67	100%

Fonte: IFAP, 2022.

Tabela 24 - Processo seletivo dos cursos técnicos na forma subsequente do Campus Avançado Oiapoque

CAMPUS AVANÇADO OIAPOQUE - 90 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS	RCV	IEF
Técnico em Administração	30	40	68	29	2,27	75%
Técnico em Finanças	30	40	35	27	1,17	75%
Técnico em Recursos Humanos	30	40	64	32	2,13	75%
TOTAL	90	120	167	88	1,85	75%

Fonte: IFAP, 2022.

Tabela 25 - Processo seletivo dos cursos técnicos na forma subsequente do Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EAD DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI - 60 VAGAS						
CURSO	VAGAS	VAGAS PREVISTAS (PDI)	INSCRITOS	MATRICULADOS	RCV	IEF
Técnico em Administração	30	40	38	32	1,27	75%
Técnico em Finanças	30	40	197	33	6,57	75%
TOTAL	60	80	235	65	3,92	75%

Fonte: IFAP, 2022.

c) Programa Bolsa-Atleta

O Programa Bolsa-Atleta é um programa institucional implementado pelo Ifap no ano de 2019, construído por uma equipe multidisciplinar com vistas a fomentar discentes com alto potencial esportivo e em condição de vulnerabilidade social, como preconiza o Decreto nº 7.234/2010. O objetivo do Ifap é contribuir com o crescimento dos atletas do estado do Amapá e paralelamente melhorar os índices acadêmicos dos discentes.

Durante o ano de 2020, devido às atividades remotas e a impossibilidade de realização de atividades presenciais, essas requeridas pela boa execução das ações do programa através da prática orientada, não foram disponibilizadas bolsas, sendo essas preconizadas a serem integradas nas atividades do ano de 2022. Desta forma, foi publicado o edital nº 01/2022/PROEN/IFAP (23228.001382.2021-62) para a concessão de 50 bolsas-atleta para o ano de 2022, conforme demonstrativo abaixo:

Tabela 26 - Programa Bolsa-Atleta.

Programa Bolsa Atleta 2021/2022 – Edital 01/2022/PROEN/IFAP			
Discentes beneficiados	Nº de vagas*	Valor mensal	Qtde Meses
Discentes dos Cursos técnicos de nível médio	30	R\$ 350,00	12
Discentes dos Cursos de Graduação	20	R\$ 350,00	12
Total empenhado	50	R\$ 210.000,00	

Fonte: IFAP, 2022.

* 10% (dez por cento) das vagas serão destinadas às pessoas com deficiência. Não havendo preenchimento, serão remanejadas.

d) Programa de Práticas Pedagógicas Inovadoras

O Programa Institucional de Práticas Inovadoras Pedagógicas do Ifap, instituído em 2019 através das ações da Assistência Estudantil, tem por objetivo incentivar os discentes dos cursos de licenciatura dos campi Macapá e Laranjal do Jari em situação de vulnerabilidade social a executar propostas de melhorias de ensino que contribuam significativamente com as propostas metodológicas na educação básica. Durante o ano de 2020, devido às atividades remotas e a impossibilidade de realização de atividades presenciais, essas requeridas para o desenvolvimento da prática orientada que os projetos requerem e para não haver prejuízos, não foram disponibilizadas bolsas, sendo essas preconizadas a serem integradas nas atividades do ano de 2022. Desta forma, será publicado um edital (23228.001354.2021-45) para a concessão de 30 bolsas para o ano de 2022, conforme demonstrativo abaixo:

Tabela 27 - Programa de práticas pedagógicas inovadoras.

Programa de Práticas Pedagógicas Inovadoras – Edital a ser publicado				
Discentes beneficiados		Nº de vagas*	Valor mensal	Qtde Meses
Macapá	Discentes Licenciatura em Física	05	R\$ 400,00	12
	Discentes Licenciatura em Informática	05	R\$ 400,00	12
	Discentes Licenciatura em Letras/Português	04	R\$ 400,00	12
	Discentes Licenciatura em Matemática	04	R\$ 400,00	12
	Discentes Licenciatura em Química	04	R\$ 400,00	12
Laranjal do Jari	Licenciatura em Ciências Biológicas	08	R\$ 400,00	12
Total empenhado		30	R\$ 144.000,00	

Fonte: IFAP, 2022.

* 10% (dez por cento) das vagas serão destinadas às pessoas com deficiência. Não havendo preenchimento, serão remanejadas.

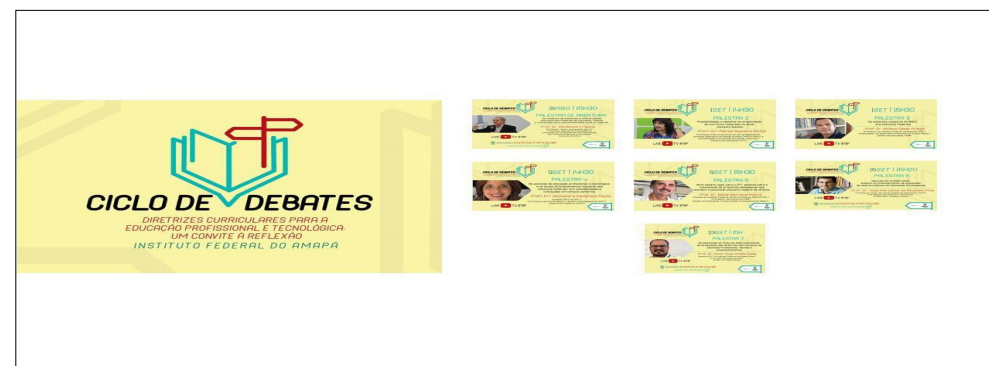
e) Ações de Desporto

Algumas ações presenciais previstas referentes à realização de atividades de desporto não foram executadas devido à suspensão das aulas presenciais em virtude da pandemia de Covid-19. Os bolsistas do programa bolsa-atleta adaptaram as atividades para a continuidade e manutenção do programa.

f) Eventos Institucionais

Os eventos não foram executados de forma presencial conforme acontecia anteriormente à pandemia. Contudo, foi realizado de forma virtual o I Ciclo de debates – Diretrizes curriculares para a educação profissional e tecnológica, um convite para a reflexão. O evento deu início à discussão interna na instituição sobre as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica homologadas pelo MEC através Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021.

Figura 40 - Diagrama das palestras realizadas durante a realização do evento.



Fonte: PROEN, 2022.

3.6.1.1.6 UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)

Desde o ano de 2018, a Proen e a Diretoria de Educação a Distância vêm ofertando vagas para os cursos de Licenciatura em Pedagogia e Formação Pedagógica com a finalidade de implementação de cursos de Educação a Distância nas unidades de Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca, Porto Grande, Santana e Macapá.

Em 2021, houve o lançamento do edital nº 12/2020/PROEPP/IFAP - Seleção de discentes para o curso de pós-graduação lato sensu Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, que teve as atividades mediadas pelos polos da Universidade Aberta do Brasil, totalizando 350 vagas.

3.6.1.1.7 RISCOS NA CADEIA DE VALOR

Diante dos macroprocessos finalísticos, para cada um, listamos os principais riscos.

- Assistência Estudantil - Seleção que contemple prioritariamente os discentes em situação de vulnerabilidade social, os riscos estão associados à não chegada da informação nos discentes que mais precisam, o que nos obriga a inserir um fator de esforço maior nos planos de comunicação.

- Processos Seletivos - Os principais riscos vinculados aos processos seletivos estão direcionados ao preenchimento das vagas e do acesso à informação, considerando que o estado do Amapá ainda tem problemas de acesso à internet e outros, bem como o desestímulo devido ao ensino remoto.
- Participação nos jogos - Considerando o afastamento social devido à pandemia de Covid-19.

a) Principais resultados

Os principais resultados alcançados durante o ano foram a manutenção da oferta do ensino na forma remota, a concessão de auxílios para a concessão de recursos financeiros para a aquisição de pacotes de dados e a aquisição de dispositivos eletrônicos. Os demais resultados teremos quando houver a consolidação dos dados na Plataforma Nilo Peçanha e resultados dos alunos no Enem.

b) Causas e impedimento para o alcance das metas

No ano de 2021, o fator preponderante para o não alcance das metas na pasta do Ensino está relacionado com as constantes alterações de diretrizes e documentos norteadores relacionados ao ensino, bem como a continuidade da suspensão das atividades presenciais devido à pandemia de Covid-19 e também a necessidade de reformulação para a concessão de diversos auxílios de assistência estudantil para a continuidade na oferta do ensino remoto.

c) Desafios e incertezas para o desempenho futuro

A instabilidade política presente no Brasil nos últimos anos, especificamente no cenário da educação, com as discussões de novas diretrizes, tais como a Reforma do Ensino Médio e a reformulação da Educação Profissional Tecnológica, que atingem diretamente o planejamento e proposta pedagógica do Ifap, que precisa, a cada nova política, rever todas as regulamentações internas e realizar adaptações para a manutenção da oferta do ensino.

Por outro lado, a pressão na oferta do ensino presencial frente à pandemia instalada de Covid-19 desde 2020, bem como os riscos eminen-

tes de contaminação de alunos, servidores e terceirizados mesmo havendo protocolos de biossegurança para um retorno seguro (a maioria dos nossos alunos utilizam transporte público, o qual não estamos vendo ações de cumprimento de protocolos de biossegurança, pois somente há ônibus lotados em todas as linhas no município). Assim, de nada adianta empenhar ações de controle sanitário nas dependências do Ifap se no meio do processo (transporte dos alunos) não há controles eficazes. Dessa forma, a escola será fonte de recontaminação e disseminação em grande escala, o que acarretará a sobrecarga no sistema de saúde dos municípios onde o Ifap está instalado.

A necessidade de flexibilização da Lei Complementar nº 173/2020, que veda aos órgãos contratações de novas despesas, o que impacta diretamente na contratação e nomeação de servidores para a educação, o que, devido à necessidade de redução de alunos por turma, acarretará em elevação significativa na carga horária e que, sem as contratações, seria inviável.

Outro fator refere-se ao orçamento, que necessita de aportes significativos para a manutenção do ensino, seja na forma remota, devido à necessidade de aquisição de equipamentos e auxílios para os alunos, seja na possibilidade de retorno parcial ou integral das aulas na forma presencial, para a manutenção dos protocolos de biossegurança, o que acaba por afetar diretamente as ações planejadas para o exercício e causam impacto na oferta final da educação no Ifap.

d) Considerações quanto ao exercício de 2021

O ano de 2021 continuou sendo um ano desafiador para todos os gestores que atuam com educação pública, gratuita e de qualidade no Brasil, especialmente pelas questões que envolvem a pandemia de Covid-19, disponibilidade orçamentária e pela extrema instabilidade nas políticas educacionais, que atingem diretamente as ações do fazer diário nas questões de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil.

Diante do exposto, acreditamos que seja essencial uma política pública orçamentária que garanta as condições mínimas de funcionamento para as instituições de ensino vinculadas à Rede Federal, a fim de que as

conquistas nas áreas de inovação, pesquisa e extensão possam ser contínuas e sem prejuízos para os avanços conquistados diante de muita luta e exaustão nas últimas décadas.

O Ifap conseguiu manter a oferta do ensino frente às diversidades relacionadas acima, bem como conseguiu ofertar novas vagas para o ingresso de discentes em nossos cursos nas diferentes modalidades e formas. Foi um ano em que os dirigentes de ensino puderam realizar a atualização no quadro de ofertas de vagas levando em consideração a infraestrutura de sala de aula disponível e a força de trabalho presente.

e) Indicadores

Os Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica cumprem o subitem 9.3.2 do Acórdão nº 2.267/2005-TCU/Plenário:

Acórdão n.º 2.267/2005-TCU/Plenário:

(...) 9.3. Recomendar à Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) que: (...) 9.3.2. inclua, no relatório de gestão das contas anuais, apreciação crítica sobre a evolução dos dados (indicadores e componentes) constantes do subitem 9.1.1 deste Acórdão, com base em análise consolidada das informações apresentadas pelas Ifets, destacando aspectos positivos e oportunidades de melhoria do sistema de rede de instituições federais de ensino tecnológico;

Considerando a importância das ações de governo na busca para a melhoria da qualidade da educação brasileira e no desenvolvimento social do País, são fundamentais a construção e a ampla utilização de medidas de desempenho que expressem o grau de alcance das metas e objetivos estabelecidos. Para tanto, é preciso o estabelecimento de indicadores que expressem a ampliação da oferta e a melhoria da eficiência e da eficácia das instituições federais de educação profissional, buscando o atendimento das metas estabele-

cidas nos planos de ações além dos indicadores já estabelecidos nos Acórdãos nº 2.267/2005 – TCU/Plenário, nº 104/2011 – TCU/Plenário e nº 2.508/2011 – TCU – 1ª Câmara.

Desta forma, para efeito da geração e análise dos indicadores para o relatório de gestão, os indicadores estabelecidos nos acórdãos devem ser gerados e analisados pelas Instituições da Rede Federal de Ensino de forma a possibilitar confiabilidade e comparabilidade. Para isso torna-se indispensável que a fonte de dados utilizada seja a mais fidedigna possível. Sendo assim, os indicadores são extraídos de fontes confiáveis, tais como:

Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP) e Plataforma Nilo Peçanha (PNP).

Considerando que vivenciamos no ano de 2021 os efeitos da pandemia que vem afetando a oferta de atividades nas instituições de ensino, fator que afeta drasticamente os indicadores institucionais, essa informação em especial ao ensino terá seus dados finalizados no ano de 2022. Dessa forma para o ano base de 2021 os indicadores não comporão o relatório de gestão, sendo esses indicadores da Rede Federal disponibilizados com amplo acesso ao público na Plataforma Nilo Peçanha após a conclusão do lançamento das informações do ano letivo de 2021, ação prevista a ser realizada no meses de março a abril, podendo ser consultado posteriormente o PNP 2022 (Ano base 2021) no link <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>.

3.6.1.2 PESQUISA E EXTENSÃO

3.6.1.2.1 VISÃO ORGANIZACIONAL

A Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Ifap (Proeppi) tem como objetivo o planejamento, a estruturação e o desenvolvimento das políticas de incentivo às atividades de extensão social e tecnológica, pesquisa científica e aplicada, inovação e propriedade intelectual e pós-graduação em toda rede formada pelos campi do Ifap. É o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e

políticas estratégicas e operacionais do Ifap com vistas a promover a definição das prioridades na área de extensão, pesquisa, pós-graduação e inovação dos campi; promove e garante o desenvolvimento da extensão, da pesquisa e da inovação como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento científico e tecnológico; incentiva o desenvolvimento de programações científicas, artísticas, culturais, sociais e desportivas envolvendo os campi; e viabiliza os mecanismos de acesso da sociedade às atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura organizacional da Proeppi é formada por um pró-reitor, um diretor-executivo, dois chefes de departamentos (pesquisa, pós-graduação e inovação e extensão, cultura e lazer), quatro coordenadores (ações empreendedoras, pós-graduação, extensão, desporto, cultura e lazer).

Assim, nossa equipe é bem diversificada, sendo: 8 docentes, 4 técnicos em assuntos educacionais, 6 assistentes de administração, 1 técnico em laboratório, 1 tradutor intérprete de línguas e 1 administrador.

3.6.1.2.2 PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

As ações presentes na Proeppi viabilizam a relação entre o Ifap, a comunidade externa, o setor produtivo e a divulgação das principais pesquisas e produtos elaborados no contexto acadêmico.

Através de suas atividades, também se objetiva alcançar a missão institucional do Ifap, conforme previsto na Lei nº 11.892/2008 (Lei de criação dos Institutos Federais). Nesta perspectiva, a atuação da Pró-Reitoria inclui o planejamento, fomento, execução e acompanhamento das políticas de extensão, pesquisa, pós-graduação, inovação e das principais publicações da Edifap, bem como coordenação, supervisão, operacionalização e avaliação das ações. Destacamos ainda que estimulamos e promovemos ações de pesquisa básica e aplicada alinhadas aos arranjos produtivos locais, buscando suprir as demandas socioeconômicas existentes no âmbito local, regional e nacional resguardadas através da difusão da cultura de propriedade intelectual e proteção da inovação, com o desenvolvimento de novas tecnologias através do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e de Tecnologia Assistiva (NTA).

Figura 41 - Principais áreas de atuação.



Fonte: IFAP, 2022.

3.6.1.2.3 CADEIAS DE VALOR

As ações de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação desenvolvidas no Instituto Federal do Amapá coadunam com o mundo do trabalho e com os diversos segmentos sociais, reafirmando o compromisso na continuidade e ampliação de ações que visam a consolidação da extensão em articulação indissociável com o ensino e a pesquisa.

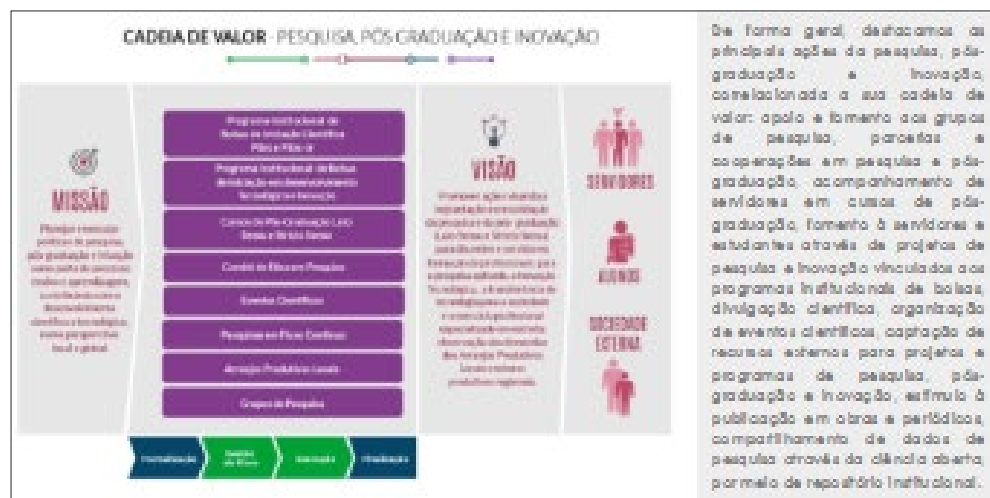
Através de suas cadeias de valor, a Proeppi organiza seus processos, observando os elos e como cada um deles pode gerar valor à sociedade.

A Cadeia de Valor é um instrumento básico da gestão por processos, uma representação lógica dos diversos processos da Proeppi em uma visão integrada que proporciona:

Alinhar a gestão estratégica com a execução Comunicar para o público interno e externo quais são os valores entregues pelo Ifap

- Declarar o conjunto de macroprocessos desempenhados, representando uma visão sistêmica
- Desta forma, reservamos este espaço para apresentar os principais processos considerando as áreas de atuação da Proeppi.

Figura 42 - Cadeia de Valor - Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.



Fonte: IFAP, 2022.

Figura 43 - Cadeia de Valor - Diretoria de Extensão.



Fonte: IFAP, 2022.

Figura 44 - Cadeia de Valor - Diretoria-Executiva



Fonte: IFAP, 2022.

Figura 45 - Cadeia de Valor - Edifap.



Fonte: IFAP, 2022.

3.6.1.2.4 AÇÕES, PROJETOS, PROGRAMAS E RESULTADOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

a) Pesquisa e pós-graduação

I. Prioridades estabelecidas no exercício

Em 2021, frente aos desafios enfrentados, a Proeppi, através do seu Departamento de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, priorizou a expansão de parcerias de modo a garantir a continuidade de projetos, programas, eventos e oferta de cursos lato sensu e stricto sensu. Nesse conjunto, alcançamos a oferta de vagas em cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, a manutenção dos programas institucionais de bolsas de iniciação científica para ensino médio e ensino superior, com destaque para a criação de novas modalidades de bolsas voltadas para estudantes que ingressaram na instituição através do sistema de cotas, bem como para estudantes vinculados aos grupos de pesquisa. Em parceria com o CNPq, demos continuidade à realização de eventos científicos, em formato on-line, com destaque para a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – 2021, com uma programação formada por 101 atividades e o público recorde superior a 5 mil participantes

II. Principais ações

Entre suas ações, destacamos os Programas de Pesquisa, que são conjuntos de ações voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico, com a participação de discentes e servidores do Ifap.

Figura 46 - Principais ações, projetos e programas nas áreas de pesquisa, pós-graduação e inovação.



Fonte: IFAP, 2022.

Na área de pós-graduação, o Ifap possui diversos cursos distribuídos em seus campi, como: Pós-Graduação lato sensu em Ensino de Química e Informática na Educação, oferecido no Campus Macapá, curso de Pós-Graduação lato sensu em Agroextrativismo e Desenvolvimento Regional, no Campus Laranjal do Jari, curso de Pós-Graduação em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, oferecido em parceria com a Universidade Aberta do Brasil, nos campi Macapá, Santana, Porto Grande, Laranjal do Jari, no Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari e no polo da UAB em Vitória do Jari, e Pós-Graduação stricto sensu Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, sediado no Campus Santana, programa construído em Rede que conta com a adesão de 38 instituições no Brasil.

Todos os cursos têm contribuído de forma significativa para a formação e desenvolvimento com ênfase na Educação Profissional no estado do Amapá. No exercício 2021, a Proeppi também realizou o V Simpósio de Pós-Graduação (SIMPOG), que aconteceu nos dias 5/10 e 6/10 de 2021 em formato on-line, durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. O evento contou com a audiência de 279 participantes no primeiro dia e 213 no segundo dia. Durante o evento, contamos com a contribuição de palestrantes de instituições parceiras, como a Universidade Estadual do Amapá, Secretaria de Educação de Rondônia, Embrapa e o Senac Amapá.

Com participação na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – 2021, alcançamos a captação de aproximadamente R\$ 24 mil através de duas propostas que englobaram atividades de todos os campi e Reitoria, num total de 101 ações, com público de 5 mil participantes.

Ainda, cresceu nas parcerias para oferta de qualificação de servidores e realizou diversas atividades de acompanhamento de servidores em cursos de pós-graduação, bem como em grupos de pesquisa que têm por objetivo congregar pesquisadores cujos projetos estão alinhados em um tema específico, abordado em diferentes linhas de pesquisa.

III. Principais Resultados Alcançados das áreas de pesquisa e pós-graduação

De forma geral, destacamos as principais ações da pesquisa e pós-graduação relacionadas à sua cadeia de valor: apoio e fomento aos grupos de

pesquisa, parcerias e cooperações em pesquisa e pós-graduação, acompanhamento de servidores em cursos de pós-graduação, fomento a servidores e estudantes através de projetos de pesquisa e inovação vinculados aos programas institucionais de bolsas, divulgação científica, organização de eventos científicos, captação de recursos externos para projetos e programas de pesquisa, pós-graduação e inovação, estímulo à publicação em obras e periódicos, compartilhamento de dados de pesquisa através da ciência aberta, por meio de repositório institucional.

Em 2021, com o programa de bolsas de iniciação científica, foram ofertadas 24 bolsas, distribuídas através de três editais.

Figura 47 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.



Fonte: IFAP, 2022.

Zelando pelo investimento em qualificação e capacitação de seus servidores técnicos administrativos e docentes, o Ifap, através da Proeppi, realiza estudos para a oferta de cursos de pós-graduação de modo a contribuir com esta meta institucional. Em 2021, teve início uma nova parceria para a realização de uma turma MINTER entre o Ifap e UnB para a oferta de Mestrado em Direito, voltado para os servidores do Ifap e Tribunal de Justiça do Amapá. Abaixo demonstramos nossos números alcançados em 2021:

Gráfico 02 - Oferta de qualificação de servidores Stricto Sensu.

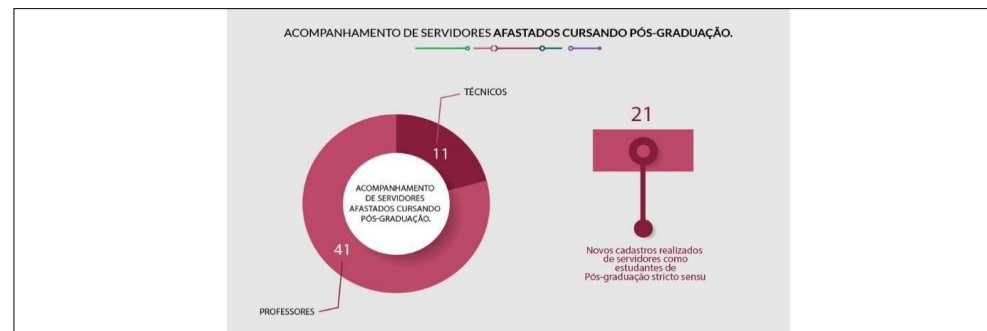


Fonte: IFAP, 2022.

A Proeppi também é responsável pelo monitoramento das atividades dos servidores afastados para realização de cursos stricto sensu. A ação busca apoiar o desenvolvimento das pesquisas e da qualificação profissional dos servidores, de modo a fortalecer a oferta dos serviços do Ifap nas atividades finalísticas relacionadas aos macroprocessos.

Os cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu contribuem para a verticalização do ensino, tendo em vista que as unidades possuem graduações que se inserem nas respectivas áreas.

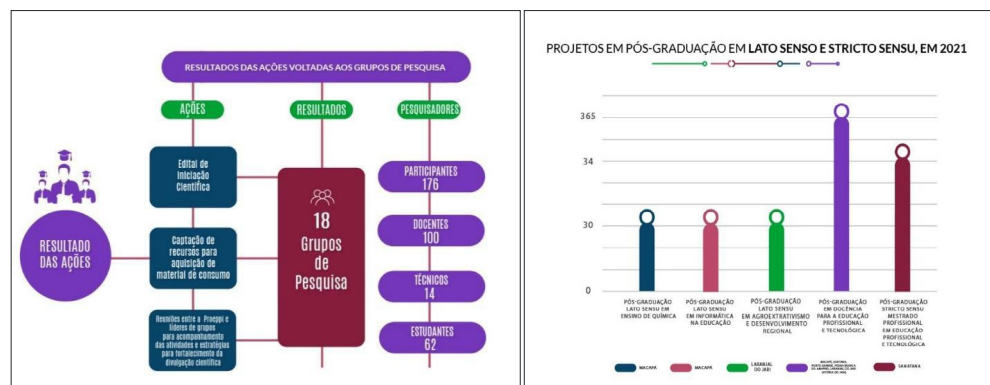
Figura 48 - Acompanhamento de servidores afastados cursando pós-graduação.



Fonte: IFAP, 2022.

Também destacamos as ações investidas em grupos de pesquisas, que têm por objetivo congregar pesquisadores cujos projetos estão alinhados em um tema específico, abordado em diferentes linhas de pesquisa, e também promover a cooperação técnica entre instituições e o setor produtivo no desenvolvimento de pesquisas e inovação tecnológica. Os grupos são essenciais para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, sejam elas em nível de iniciação científica para alunos dos cursos de ensino superior ou ensino técnico, e alunos de pós-graduação stricto sensu e lato sensu.

Figura 49 - Projetos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu e resultados das ações voltadas aos grupos de pesquisa.



Fonte: IFAP, 2022.

b) Extensão, cultura e arte

I. Prioridades estabelecidas no exercício

Durante o exercício 2021, a Proeppi, através do seu Departamento de Extensão, priorizou ações que puderam ser desenvolvidas de forma remota para a segurança sanitária dos servidores, como o lançamento de editais, eventos on-line e a articulação para o prosseguimento das atividades planejadas no retorno das atividades presenciais em 2022.

II. Principais ações

As ações do departamento de extensão, cultura e artes buscam unir as demandas sociais do estado do Amapá com as possibilidades acadêmicas e econômicas aqui presentes. Com a articulação entre a continuidade e o avanço das ações existentes na articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Figura 50 - Principais ações, projetos e programas nas áreas de extensão, cultura e arte.



Fonte: IFAP, 2022.

Entre os projetos, destacam-se em 2021 as atividades desenvolvidas com o Programa Institucional de Robótica, que é vinculado à Proeppi. A proposta do Projeto do Programa de Robótica vem para dar autonomia às atividades do programa e auxiliar no planejamento anual e/ou semestral.

Em 2021, o Programa Institucional de Robótica foi aprovado pelo Conselho Superior por meio da Resolução nº 14/2021. O projeto tem o intuito de nortear os caminhos de como o programa irá trabalhar dentro e fora do Ifap, bem como estabelecer as responsabilidades de seus coordenadores e listar metas a curto, médio e longo prazo.

As atividades estabelecidas pelo projeto estão baseadas no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, podemos encontrar diversos resultados nos diversos arranjos produtivos,

acadêmicos e sociais, sendo alguns deles: participação efetiva entre Ifap e comunidade em projetos de robótica e programação; disseminação de conhecimentos nas áreas tecnológicas; impulsionamento do Programa por meio de suas ações; Definições e atividades pré-planejadas para organização anual; continuidade anual das ações do programa; certificação e qualificação do pessoal docente e discente.

Com o programa, é possível desenvolver ainda: O projeto Robótica Espacial (iniciativa pedagógica da Universidade de Brasília (UnB) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com apoio técnico da Agência Espacial Brasileira); O Criativemaker: desenvolvendo soluções criativas e inteligentes no ambiente escolar através da robótica (tem como objetivo principal proporcionar aos estudantes uma experiência educativa com robótica que possa colaborar com sua formação cidadã, introduzindo-os em um projeto de iniciação tecnológica); o curso de Formação Inicial e Continuada em Robótica Educacional na Educação Básica, bem como incentivar a participação em eventos e competições da área da robótica.

Além da robótica, a extensão do Ifap aderiu ao programa IF Mais Empreendedor, programa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), que teve adesão do Ifap através da Proeppi. O programa consiste em ações voltadas ao atendimento, apoio e orientação a Micro e Pequenos Empreendedores (MPes) e aos Empreendedores Individuais (MEIs) por meio de ações de remodelagem de negócios afetados pela Pandemia da Covid-19.

O Ifap também incentiva ações voltadas especificamente ao público feminino, como é o caso do Empodera Mulher, que visa explorar qualidades criativas e empreendedoras das mulheres, oportunizando a elas acesso ao mercado de trabalho.

Por fim, e não menos importante, oferecemos como órgão de apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, e que tem por finalidade consolidar e democratizar o ensino de idiomas no Ifap, o Centro de Línguas, também vinculado à Proeppi.

Ao longo de 2021, através do Centro de Línguas, foi publicado o Edi-

tal nº 17/2021, que ofereceu sete bolsas para alunos atuarem como suporte às coordenações locais dos campi Macapá, Santana, Laranjal do Jari, Porto Grande, o Centro de Referência Pedra Branca do Amapari e o Campus Avançado Oiapoque. Além desse, realizou-se processo seletivo simplificado para discentes dos cursos FIC/EaD de Francês e Espanhol através do Edital nº 13/2021. Foram 120 vagas para o curso de Francês, sediado no Campus Porto Grande, e 30 vagas para o curso de Espanhol, sediado no Campus Macapá.

Atendendo a Chamada Pública para as instituições da Rede Federal publicada pelo Conif em 2021, o Centro de Línguas do Ifap aderiu ao Programa Português como Língua Adicional (PLA) ofertado em rede. Decorrente dessa adesão, houve a elaboração do PPC de Português como Língua Adicional (Resolução nº 37.2021/Consup). O curso de Português como Língua adicional em Rede em 2021.2 foi ofertado pelo Campus Porto Grande em parceria com Laranjal do Jari para estudantes colombianos.

Ainda, entre as principais ações de extensão, destacamos as atividades voltadas ao assessoramento e acompanhamento das ações dos Napnes e Neabis relacionadas à inclusão e diversidade, com o objetivo de fortalecer a política afirmativa de educação inclusiva e acessibilidade entre o Ifap e a comunidade. Constitui-se na implementação de ações indicadas pela Lei nº 10.639/03, que cita a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

O Setor de Ações Inclusivas e Diversidade (SETAID) é responsável por acompanhar de forma estratégica os Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) e o Núcleo de Estudo Afro-Brasileiro e Indígena do Ifap (NEABI), dando suporte contínuo nas atividades relacionadas às ações de parcerias, encaminhamentos e articulação de convênios com outras instituições; elabora projetos e implementa regulamentos e normativas que visam o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Política de Educação Inclusiva. Destaca-se a Resolução nº 6.2021, aprovada pelo Consup, que versa sobre a Normativa de Adaptação/Adequação Curricular para Pessoas com Necessidade Educacionais Específicas, beneficiando um total de 96 pessoas com deficiências que são atendidas pelos Napnes do Ifap, tais como: autismo, TDAH, surdo, cego, deficiência intelectual, deficiência visual, deficiência auditiva, dentre outras, conforme tabela abaixo:

Figura 51 - Total de alunos com necessidades educacionais específicas acompanhados pelos Napnes dos campi.



Fonte: IFAP, 2022.

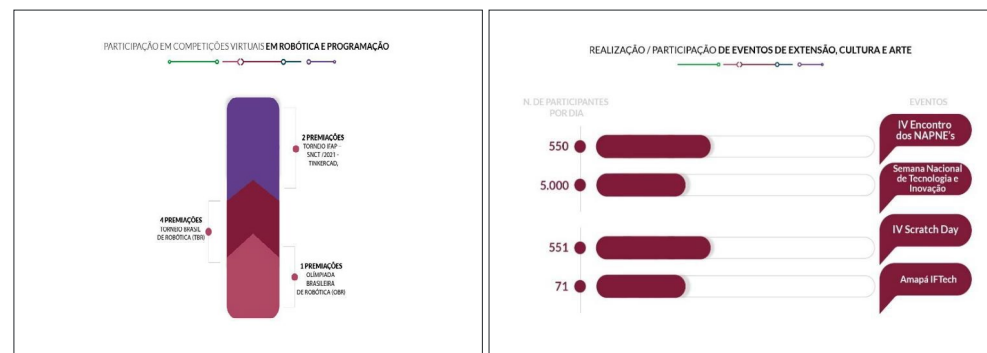
III. Principais Resultados Alcançados das áreas extensão, cultura e arte

Os principais resultados do Ifap na área de extensão estão divididos conforme os eixos do Plano de Ação 2021. É possível perceber progressos em diversos aspectos e resultados não muito satisfatórios em outros. Essa situação se configura devido às incertezas ocasionadas pelos constantes contingenciamentos de recursos orçamentários que afetam diretamente a oferta de bolsas e a execução de diversas atividades.

Inicialmente destacamos como resultado em 2021 as participações em competições virtuais em robótica, prestando ao Ifap o total de sete premiações.

Em 2021, o Ifap, através da extensão, promoveu três eventos e participou da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Os eventos foram:

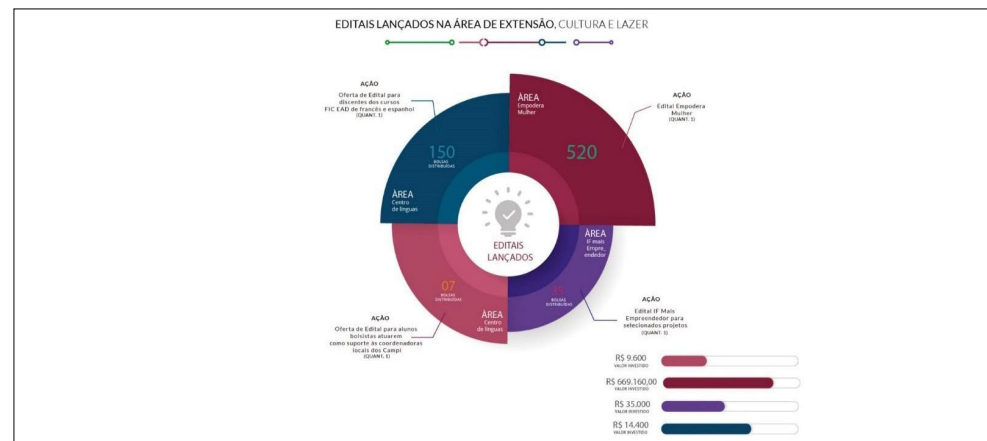
Figura 52 - Participação em competições virtuais em robótica e programação e realização de eventos de extensão, cultura e arte.



Fonte: IFAP, 2022.

Apesar da falta de estabilidade em relação à execução do orçamento, que limitou a possibilidade de assumir despesas, seja com lançamento de editais de seleção ou dispêndio da jornada de trabalho dos servidores com tais atividades, com as estratégias corretas foram oferecidas 712 bolsas, distribuídas em 4 editais. São eles:

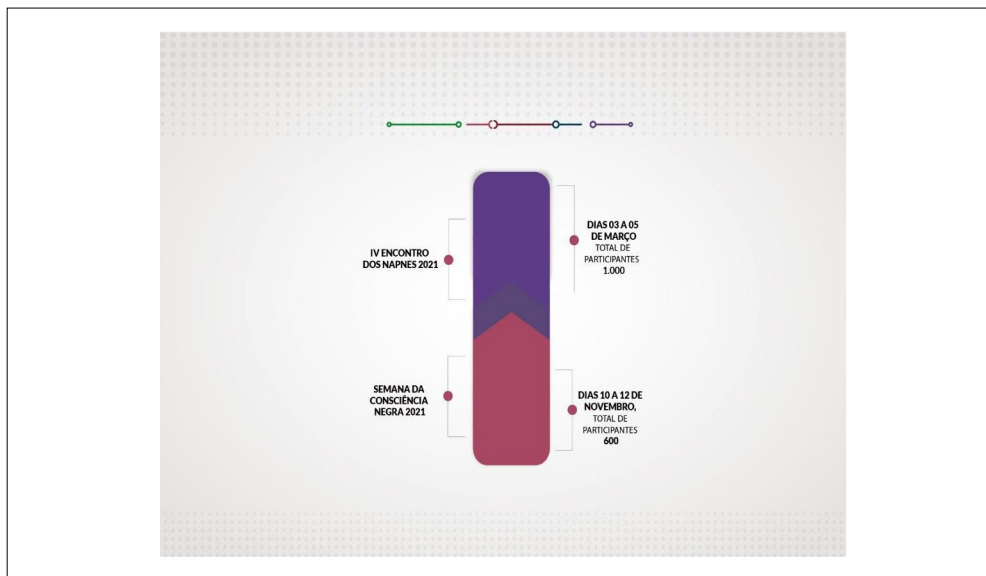
Figura 53 - Editais lançados na área de extensão, cultura e lazer.



Fonte: IFAP, 2022.

Através das ações de Ações Inclusivas e de Diversidade, foram realizados dois importantes eventos da agenda anual do Ifap: o IV Encontro dos Napnes e a Semana da Consciência Negra.

Figura 54 - Ações Inclusivas e de Diversidade.



Fonte: IFAP, 2022.

Através do Encontro Anual do Napne foi possível debater sobre as conquistas e desafios vivenciados por cada Napne das unidades do Ifap. Essas experiências promovem trocas que se transformam em ferramentas formativas. O projeto teve como missão disseminar, discutir e promover a formação e integração de profissionais dos Napnes, estudantes e comunidade externa em relação à importância da educação inclusiva para o desenvolvimento do Amapá.

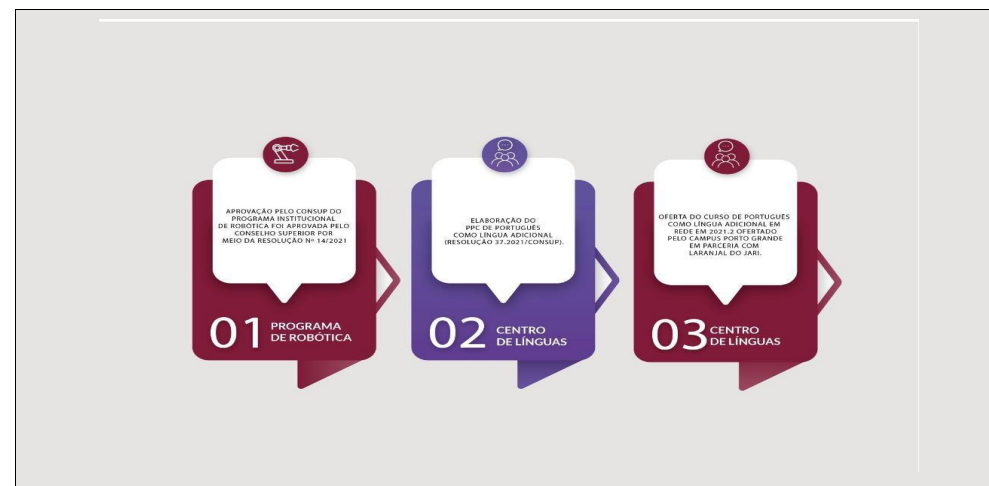
Já o evento Semana Nacional da Consciência Negra visa celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil, 20 de novembro. Essa data também faz parte de um conjunto de demarcações políticas e identitárias que vêm sendo conquistadas pelo povo negro, o que permite a abertura nos campos da educação formal e não formal para a construção de consciências e de práticas antirracistas que garantam a promoção da igualdade racial e étnica e a valorização de nossa diversidade cultural.

As ações de extensão desenvolvidas no Ifap coadunam com o mundo do trabalho e com os diversos segmentos sociais, reafirmando o compromisso

na continuidade e ampliação de ações que visam a consolidação da extensão em articulação indissociável com o ensino e a pesquisa.

No entanto, cabe ressaltar que 2021, assim como em 2020 (em decorrência da proliferação do novo coronavírus), foi um ano totalmente atípico e que o Brasil e o mundo precisaram ressignificar-se, e nos ambientes promotores de formação educacional não foi diferente. Nesse sentido, sofreremos significativo impacto para o desenvolvimento das ações planejadas para o período. Portanto, várias ações precisaram ser revistas e readequadas para atender às expectativas previstas na missão do Ifap. Ainda assim, em busca de oferecer sempre melhorias para sociedade, em um esforço conjunto construído com várias mãos, ainda destacamos neste exercício:

Figura 55 - Programa de Robótica e Centro de Línguas.



Fonte: IFAP, 2022.

c) Inovação tecnológica, ações empreendedoras e assistivas

I. Prioridades estabelecidas no exercício

A Diretoria-Executiva (Diexe) da Proeppi é o setor responsável pela atuação estratégica e pela administração dos projetos e ações que envolvam e assegurem a implementação das políticas de forma adequada. Em 2021, considerando que as atividades administrativas e docentes, assim como em 2020,

permaneceram de forma 100% remota, entre suas competências, priorizou-se a revisão e criação de regulamentações internas das áreas de atuação.

II. Principais ações

No exercício 2021, entre outras atividades, a Diexe focou em coordenar o processo de seleção de projetos concorrentes a editais e bolsas de extensão, pesquisa, pós-graduação e inovação. Também acompanhou os trabalhos remotos, bem como os relatórios de atividades, acompanhou e articulou, em conjunto com os demais departamentos, todas as atividades e programas desenvolvidos pela Proeppi, incentivou e apoiou as ações empreendedoras de extensão e pesquisa, ações do Núcleo de Inovações e Tecnologias, bem como as ações da Incubadoras de Projetos, incentivou a criação e o funcionamento de empresas juniores, que em 2021 teve sua primeira empresa formalizada, e acompanhou os trabalhos do Núcleo de Tecnologias Assistivas.

Figura 56 - Inovação tecnológica, tecnologia assistiva e ações empreendedoras.



Fonte: IFAP, 2022.

III. Principais Resultados Alcançados

Através da Coordenação de Ações Empreendedoras, no exercício de 2021, priorizou-se o fomento a editais, projetos e programas internos e externos da rede federal de educação. Focou-se no desenvolvimento de atividades com participantes de todas as unidades para concepção e pluralidade dos projetos, bem como para disseminação das ações empreendedoras nas unidades.

Capacitações, parcerias com o Sistema S (Sebrae e Senai) e eventos também foram estratégias prioritárias e decisivas para o alcance das metas estabelecidas. Em 2021, nessa área de atuação, destacamos:

Figura 57 - Principais ações na área de empreendedorismo.



Fonte: IFAP, 2022.

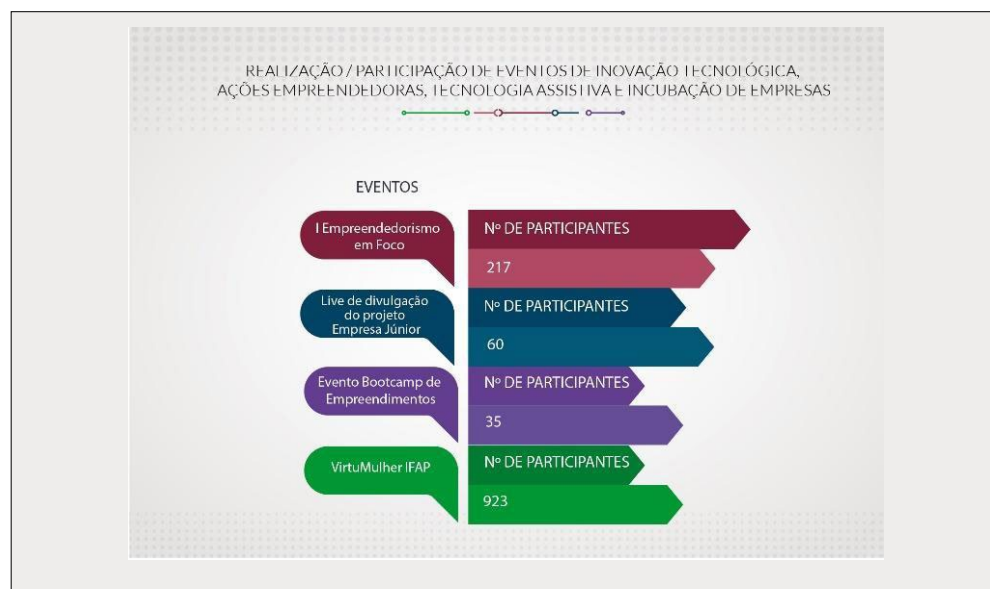
Em atenção ao Núcleo de Tecnologia Assistiva (NTA) do Ifap, que tem por finalidade fomentar ações de acessibilidade, ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento de produtos, recursos físicos e humanos, estratégias, metodologias, práticas e serviços visando a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social, em 2021, priorizou-se a revisão e reformulação da Resolução nº 83/2017, que traz como deve ser o seu trabalho dentro da comunidade acadêmica. Dentro da Resolução faltavam alguns dispositivos para

abranger mais o funcionamento do NTA, como, por exemplo: o público que norteia o NTA, as parceiras externas, a gestão do NTA, revisão das leis e o fluxo de tramitação. A ideia da reformulação do documento foi justamente com o intuito de alcançar um público maior e organizar de forma mais justa o NTA.

Ainda, atentos à importância da inovação tecnológica no contexto que vivemos, foi elaborada e aprovada a Política de Inovação do Ifap, que contou com uma comissão formada por 22 representantes de todos os campi e da Reitoria. A Política de Inovação alinha o Ifap ao marco legal nacional sobre propriedade intelectual, regulamentado pela Lei nº 10.973, de 2004, alterada pela Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, e regulamentada pelo Decreto nº 9.283, de 2018.

Assim, apesar da pandemia do coronavírus, que impôs uma reinvenção na vida das pessoas bem como no funcionamento de empresas e instituições, a Diexe, através de suas coordenações, realizou quatro eventos, que somados, alcançaram um público de 312 participantes.

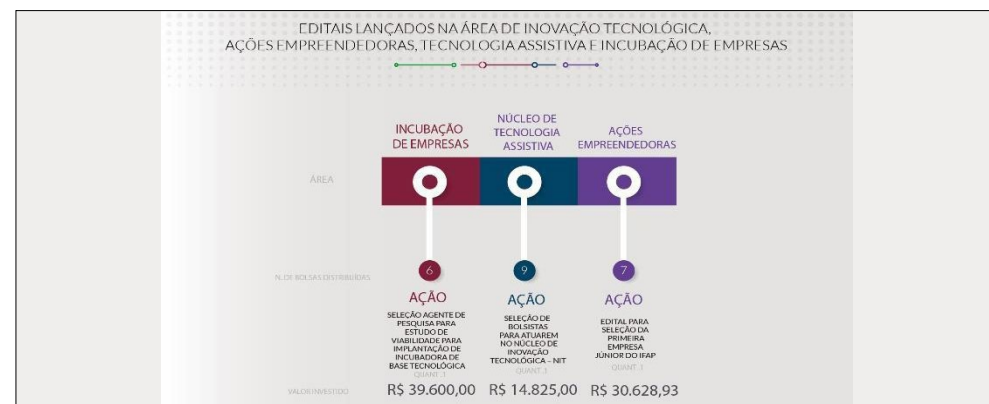
Figura 58 - Realização/participação de eventos de inovação tecnológica, ações empreendedoras, tecnologia assistiva e incubação de empresas.



Fonte: IFAP, 2022.

Da mesma forma, através de editais nas áreas de incubação de empresas, ações empreendedoras e inovação tecnológica, foram oferecidas 22 bolsas com um montante de R\$ 85.053,93.

Figura 59 - Editais lançados na área de inovação tecnológica, ações empreendedoras, tecnologia assistiva e incubação de empresas.



Fonte: IFAP, 2022.

Assim, dentre todos os esforços aplicados para manutenção das atividades e avanço das metas, destacamos, considerando suas importâncias para o bom andamento dos processos, as seguintes conquistas em 2021:

Figura 60 - Destaque em 2021.



Fonte: IFAP, 2022.

d) Editora do Ifap (Edifap)

I. Prioridades estabelecidas no exercício

A Proeppi, como importante setor estratégico do Ifap, tem como uma de suas atribuições desenvolver divulgação científica e tecnológica, assim como realizar e estimular a inovação através da pesquisa aplicada, capacitação e desenvolvimento da produção cultural, empreendedorismo e de ações de cunho científico e tecnológico. Nesse contexto, a Editora do Ifap (Edifap) tem o propósito central de editar e/ou coeditar, publicar e divulgar obras que interessam ao ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação, contribuindo com a socialização do conhecimento e a difusão científica.

A Edifap está em fase de estruturação, mas a projeção é de que, em breve, ela seja reconhecida nacionalmente e passe a comercializar suas obras.

Na Edifap, durante o exercício 2021, priorizou-se o processo editorial e a publicação de obras.

II. Principais ações

As ações da editora do Ifap consistem na realização de eventos de lançamento e impulsionamentos de obras publicadas pelo Ifap, bem como encontros e outros.

Considerando as ações realizadas, destacamos os lançamentos de quatro obras pela Edifap, entre elas o livro: Ifap - 10 Anos de Trajetória, Desafios, Progresso Científico, Tecnológico e Educacional no Amapá. Além de chamada pública, edital e produção de cartilha, o Ifap ainda realizou, através de sua editora, com apoio de outras instituições, o V Encontro Nacional dos Editores da Rede Federal.

III. Principais Resultados Alcançados pela Edifap

Figura 61 - Ações da editora do Ifap.



Fonte: IFAP, 2022.

e) A Proeppi e seus principais resultados em 2021

I. Objetivos X indicadores de desempenho

Os principais resultados da gestão estão divididos conforme os eixos do Plano de Ação 2021.

É possível perceber progressos em alguns aspectos e resultados não muito satisfatórios em outros. Essa situação se configura devido às incertezas ocasionadas pelos constantes contingenciamentos de recursos orçamentários que afetam diretamente a oferta de bolsas. A falta de estabilidade em relação à execução do orçamento limitou a possibilidade de assumir tais despesas, seja com lançamento de editais de seleção ou dispêndio da jornada de trabalho dos servidores com tais atividades. As informações estão inseridas na tabela abaixo, conforme as áreas de atuação da Proeppi:

Tabela 28 - Objetivos X indicadores de desempenho de extensão, cultura e arte.

ÁREA DE ATUAÇÃO	AÇÕES	Indicador (A/B=C)			Impacto Observado
		A (total alcançado)	B (Meta estabelecida)	C (ind. desempenho)	
Extensão, cultura e arte	Fomentar a realização de programas institucionais de extensão	3	4	75%	Melhoria das práticas de abordagem e execução dos programas, promovendo ações variadas e derivadas, em conjunto com todas as unidades, descentralizando o centro de controle e acompanhamento da execução, do Departamento para os setores responsáveis nos Campi; delegando competências e possibilidade de agregar iniciativas dos servidores lotados nessas unidades.
	Planejar, organizar e executar a realização de eventos de extensão, cultura e arte.	3	14	21%	Com a pandemia alguns eventos não puderam ser realizados. O IV Encontro dos NAPNE's, o Seminário Nacional de Tecnologia e Inovação e o IV Scratch Day ocorreram com o fomento da integração das unidades com as áreas de referência tecnológica de cada campus.

Fonte: IFAP, 2022.

Tabela 29 - Objetivos X indicadores de inovação tecnológica, ações assistivas e empreendedoras.

ÁREA DE ATUAÇÃO	AÇÕES	Indicador (A/B=C)			Impacto Observado
		A (total alcançado)	B (Meta estabelecida)	C (ind. desempenho)	
Inovação Tecnológica, ações assistivas e Empreendedoras	Edital Empresa Júnior	1	1	100%	Após a aprovação da resolução 75/2020 CONSUP/IFAP que regulamenta as atividades das empresas Juniores. Observou-se a abertura da primeira empresa Júnior do IFAP, bem como ampliação de ações de cunho empreendedor por meio da disseminação da cultura empreendedora.
	Promoção de Eventos com foco em Ações Empreendedoras	3	3	100%	Foram realizados o I Empreendedorismo em Foco com mais de 217 participantes. Foi realizada a Live de promoção e divulgação do Edital de empresa Júnior com mais de 60 participantes. Foi promovido o Bootcamp - Como pensar soluções para pequenos negócios em parceria com o Sebrae com a participação de 35 participantes.
	Ações de fomento ao empreendedorismo	4	5	80%	Participação em eventos, cursos e palestras com o objetivo de fortalecer a cadeia de valor das ações empreendedoras. Curso de formação de Líderes AMPROTEC; Eventos do Diálogos TEC. Formação de parcerias estratégicas como SEBRAE e SENAI. Participação em feiras. Participação em editais nacionais de fomento ao empreendedorismo (1º mais empreendedor).

Fonte: IFAP, 2022.

Tabela 30 - Objetivos X indicadores de pesquisa, pós-graduação e inovação.

ÁREA DE ATUAÇÃO	AÇÕES	Indicador (A/B=C)			Impacto Observado
		A (total alcançado)	B (Meta estabelecida)	C (ind. desempenho)	
Pesquisa, pós-graduação e inovação	Realização da SNCT 2021 (número de participantes)	5 mil	3 mil	166%	Expansão da divulgação científica
	Realização do Simpog 2021 (número de participantes)	492	400	123%	Expansão do nº de participantes da área de pós-graduação
	Novas parcerias e cooperação para cursos de pós-graduação	1	1	100%	Aumento do nº de servidores em curso de pós-graduação stricto sensu
	Cadastro de servidores em pós-graduação	21	15	140%	Aumento do nº de servidores em curso de pós-graduação stricto sensu
	Oferta de Bolsas de Iniciação Científica e Inovação	24	32	75%	Fortalecimento dos programas de bolsas com fomento institucional

Fonte: IFAP, 2022.

Tabela 31 - Objetivos X indicadores da Editora do Ifap.

ÁREA DE ATUAÇÃO	AÇÕES	Indicador (A/B=C)			Impacto Observado
		A (total alcançado)	B (Meta estabelecida)	C (ind. desempenho)	
Editora do IFAP	Incentivar e Publicar digitalmente livros técnicos, científicos e artísticos de destaque relevância de 10 obras durante o exercício 2021.	7 obras	10 obras	70%	Contribuir com o fortalecimento da pós-graduação, das pesquisas e dos estudos produzidos no âmbito do IFAP, bem como, por consequência, para a elevação da qualidade editorial da Editora do IFAP - Edifap.
	Promover eventos de divulgação/Lançamentos de livros a pós publicação.	4 eventos	10 eventos	40%	Capacitação de servidores, discentes e público externo do IFAP - Editoração e geral e divulgação das obras da Edifap.
	Abrir processos e realizar pagamentos de taxas do ISBN (International Standard Book Number) Padrão Internacional de Numeração de Livro), a fim de fornecer a identidade das publicações realizadas no exercício 2021.	7 taxas	10 taxas	70%	Atender as solicitações de registro de ISBN da UFSC junto à Agência Brasileira de ISBN, também tem importância fundamental na gestão de informações em bibliotecas.
	Manter o cadastro do IFAP como associado na ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos	1	1	100%	Contribuiu para a compreensão do processo editorial, visto que a associação à ABEC garante a participação da equipe editorial em alguns cursos. Além de possibilitar a contratação de identificadores digitais para as nossas publicações.

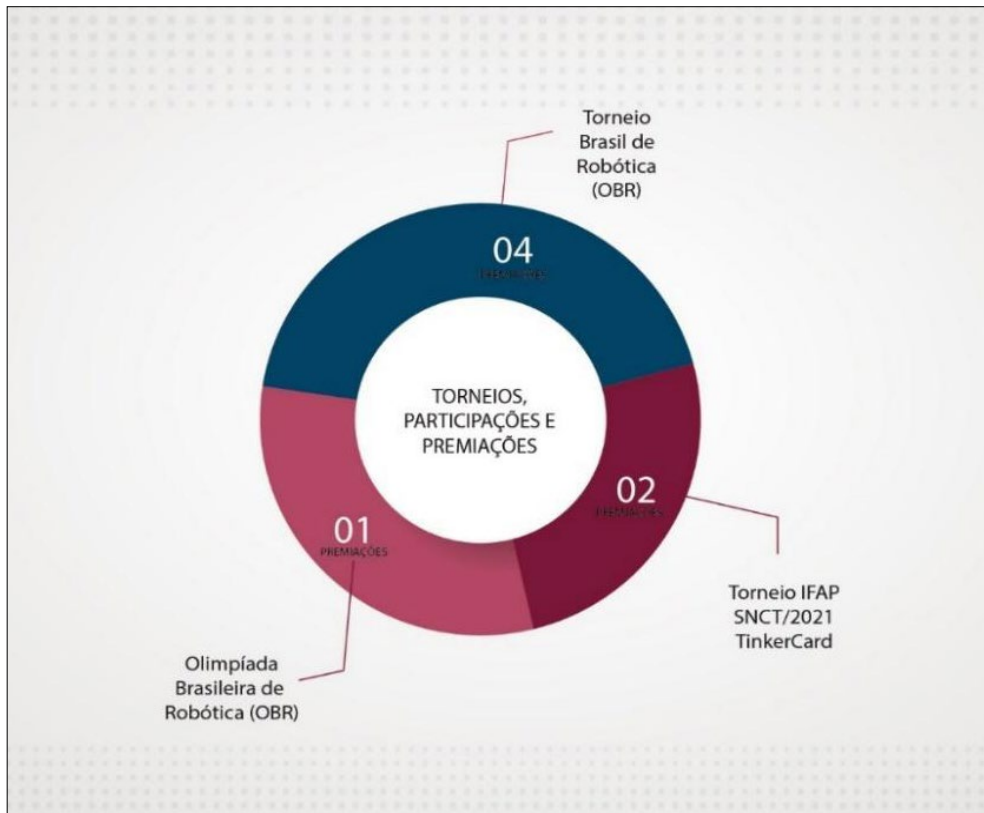
Fonte: IFAP, 2022.

II. Resultados e progressos alcançados em 2021 pela Proeppi

Neste tópico, apresentamos os resultados e números dos eixos somados às principais ações das áreas de extensão, pesquisa, pós-graduação, inovação tecnológica, ações empreendedoras, tecnologia assistiva e da Editora do Ifap, nas seguintes ações:

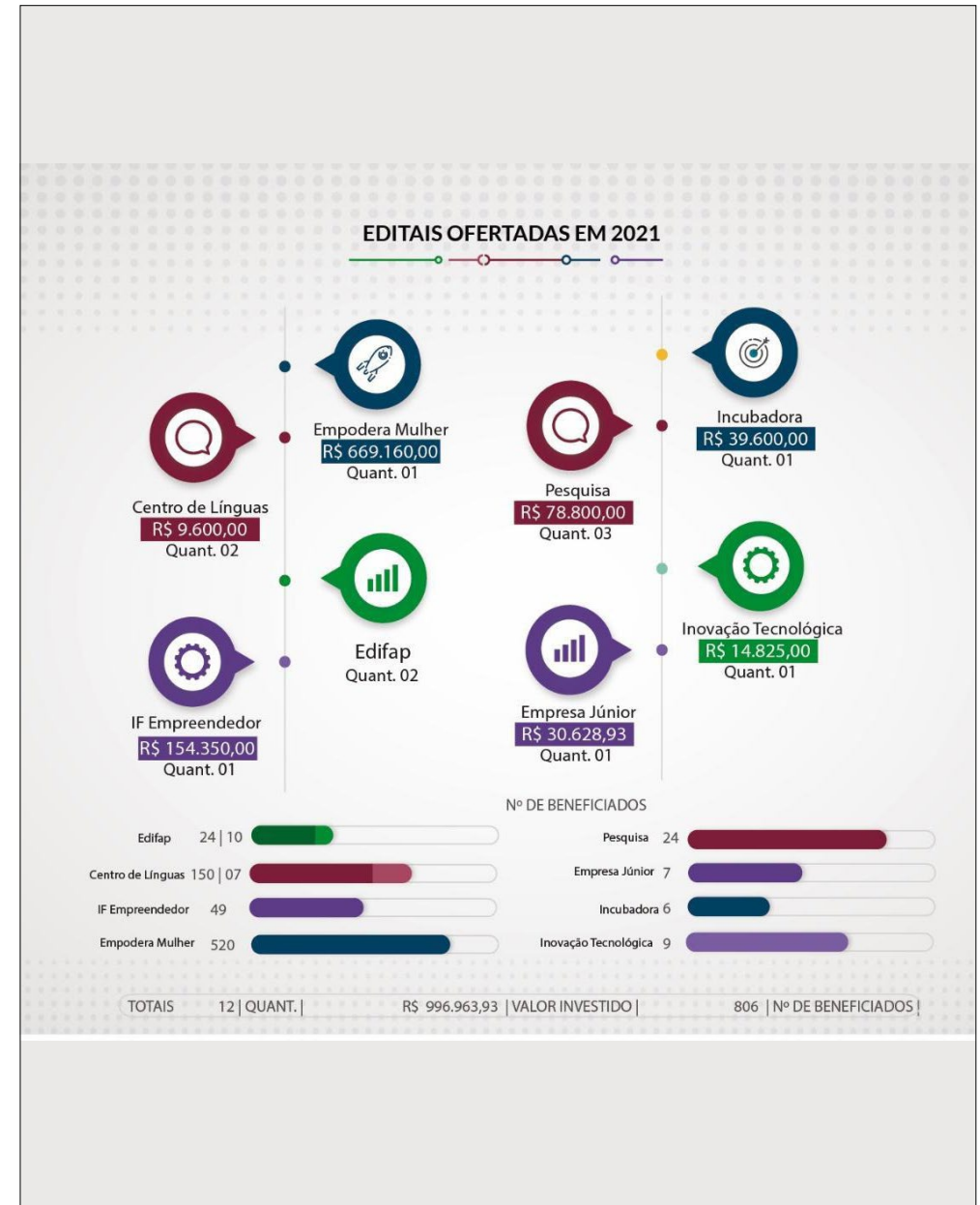
- Editais Ofertados
- Eventos Organizados
- Participações em torneios virtuais
- Número atual de pesquisadores do Ifap
- Outros destaques do exercício 2021

Figura 62 - Torneios, participações e premiações.



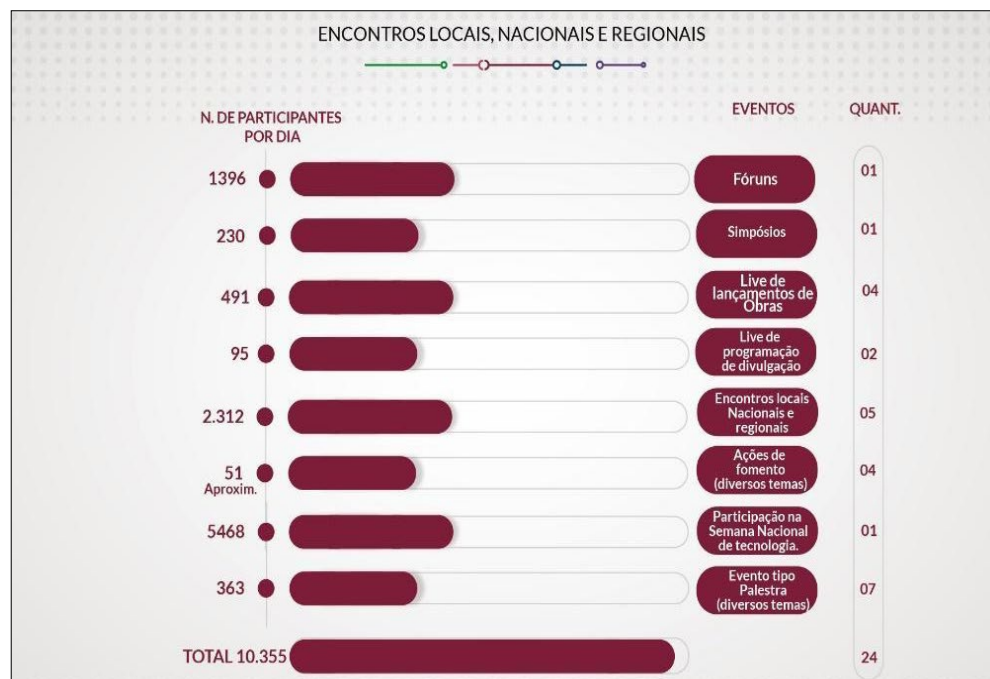
Fonte: IFAP, 2022.

Figura 63 - Editais ofertados em 2021.



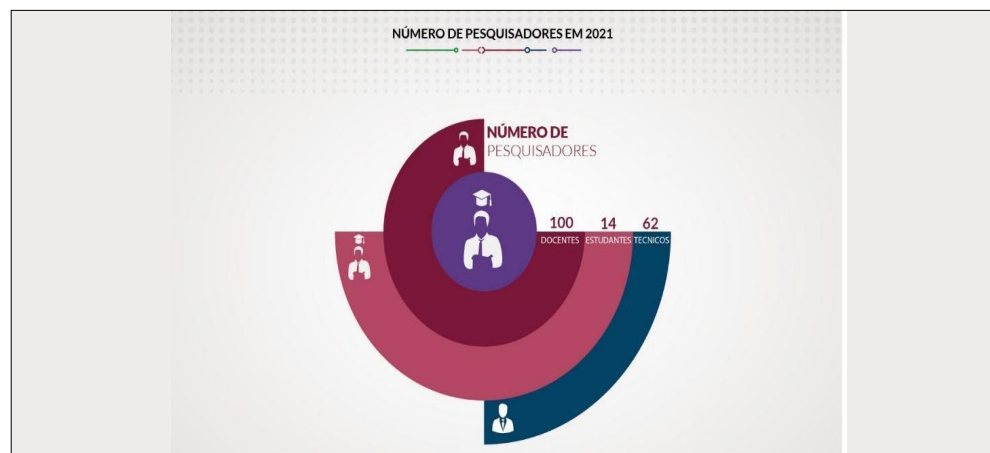
Fonte: IFAP, 2022.

Figura 64 - Encontros locais, nacionais e regionais.



Fonte: IFAP, 2022.

Figura 65 - Número de pesquisadores.



Fonte: IFAP, 2022.

Figura 66 - Outros destaques em 2021.



Fonte: IFAP, 2022.

III. Causas/impedimentos para o alcance dos objetivos e medidas tomadas para enfrentamento

Em 2021, as atividades de extensão, pesquisa e pós-graduação e inovação também sofreram impactos em razão da pandemia de Covid-19, provocando a suspensão parcial das atividades em diversas áreas, com reflexo sobre a obtenção de resultados e produtos.

Ademais, em razão da pandemia, alguns projetos e programas foram suspensos. O contingenciamento orçamentário, por sua vez, também impactou sobre a oferta de bolsas e auxílios ao pesquisador, bem como o reduzido número de servidores com atuação nos setores de pesquisa e pós-graduação.

Como superação e medidas de enfrentamento, realizamos reformulações de legislações internas para atender às especificidades do momento. Efetivou-se o mapeamento e reestruturação de projetos, programas e eventos. Além disso, fomentou-se o monitoramento das ações de pesquisa, pós-graduação e inovação através de procedimentos eletrônicos, conforme apresentamos:

Figura 67 - medidas tomadas na extensão, cultura e arte.



Fonte: IFAP, 2022.

Figura 68 - medidas tomadas na pesquisa, pós-graduação e inovação.



Fonte: IFAP, 2022.

Figura 69 - medidas tomadas.



Fonte: IFAP, 2022.

Figura 70 - medidas tomadas na Edifap.



Fonte: IFAP, 2022.

IV. Desafios remanescentes e próximos passos

A. Desafios Remanescentes

- Reformulação das políticas de pesquisa e extensão, de modo a acompanhar os desafios e necessidades das áreas, através de práticas curricularizadas;
- Expansão das linhas de fomento na pesquisa, extensão e inovação;
- Incentivo à oferta de novos cursos de pós-graduação;
- Fortalecimento das ações culturais, artísticas e de desporto;
- Incremento da oferta de MINTER e DINTER, de modo a elevar o número de servidores qualificados na instituição, proporcionando melhor desempenho das atividades e fortalecimento das carreiras.

B. Próximos Passos

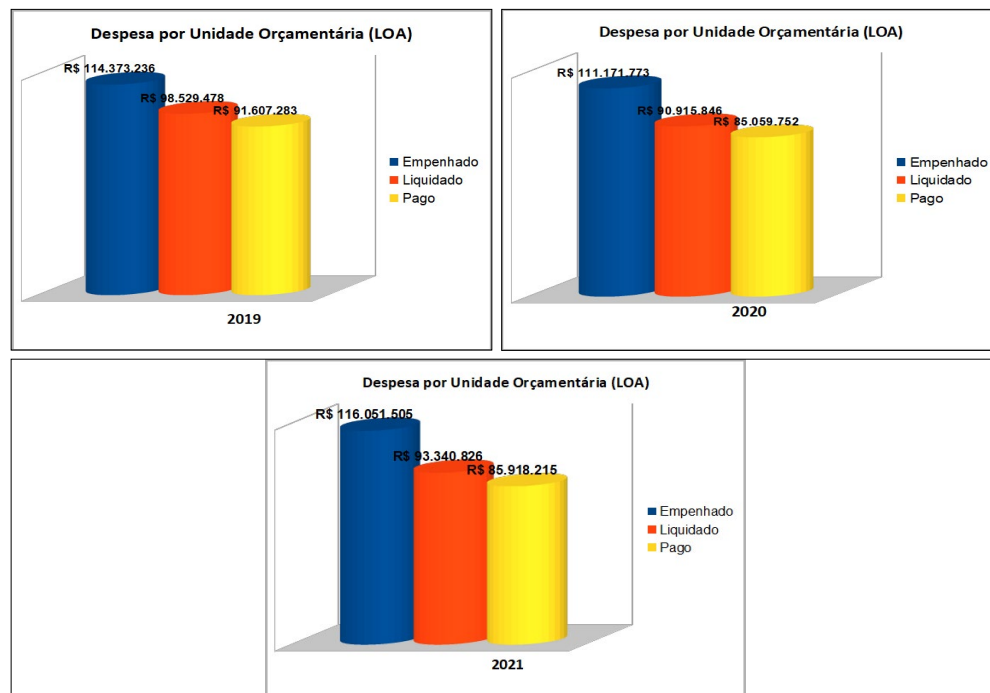
- Continuidade das ações de revisão e aprimoramento das políticas de pesquisa e extensão;
- Ações para captação de recursos financeiros externos através de agências e instituições;
- Formulação de programas e cooperações para oferta de MINTER e DINTER;
- Elaboração da Política de Cultura e Artes;
- Estudos de viabilidade para oferta de cursos de pós-graduação.

3.6.2 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO OU AÇÕES DA UPC

3.6.2.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

a) Perfil do Instituto Federal do Amapá

Gráfico 03 - Despesa por unidade orçamentária.



Fonte: IFAP, 2022.

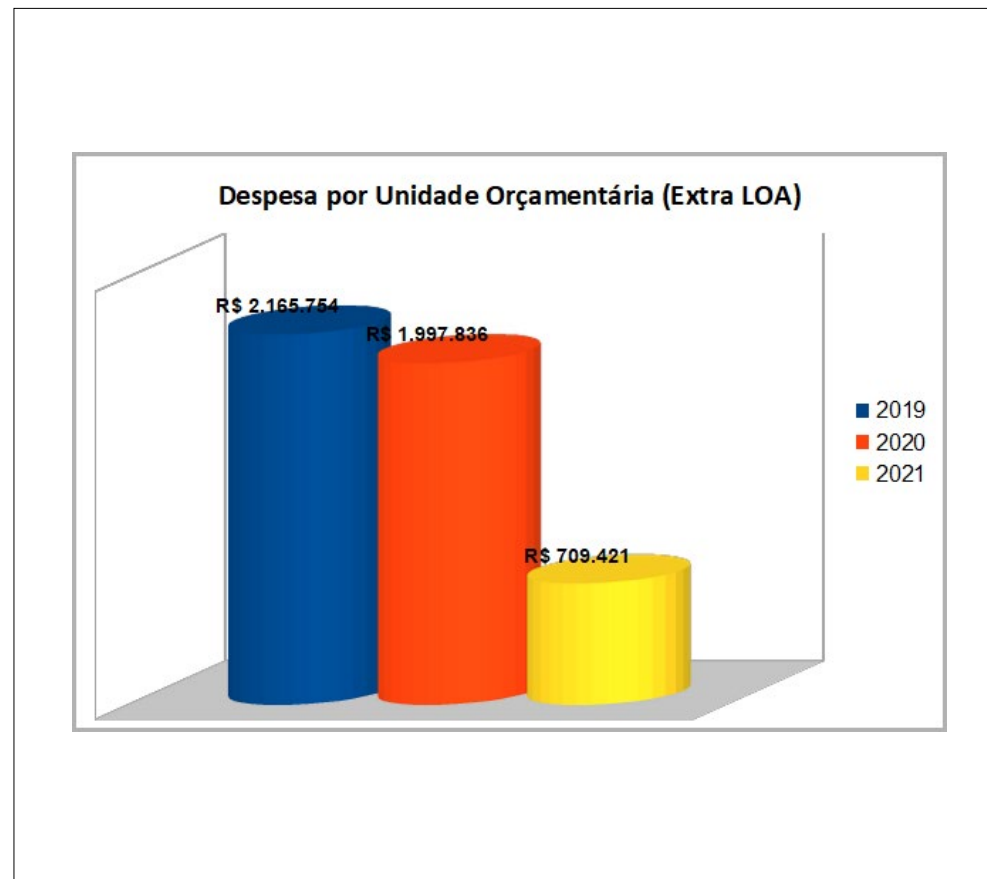
Na análise dos valores empenhados, liquidados e pagos, referente ao período de 2019-2021, relativo a recursos da Lei Orçamentária Anual (LOA), constata-se que as execuções orçamentárias quanto às liquidações das despesas representam os seguintes percentuais:

- Em 2019 o percentual encontrado foi de 86,15%
- Em 2020 o percentual encontrado foi de 81,78%
- Em 2021 o percentual encontrado foi de 80,43%

Em relação às execuções orçamentárias, quanto aos pagamentos das despesas, encontram-se os seguintes percentuais:

- Em 2019 o percentual encontrado foi de 80,10%
- Em 2020 o percentual encontrado foi de 76,51%
- Em 2021 o percentual encontrado foi de 74,03%

Gráfico 04 - Despesa por unidade orçamentária (Extra LOA).



Fonte: IFAP, 2022.

Na análise dos valores empenhados referente ao período de 2019-2021, relativo a recursos extraorçamentários, constata-se uma diminuição de 2019 a 2020, e uma diminuição no período de 2020 a 2021.

Os recursos extraorçamentários em referência são provenientes de Termos de Execução Descentralizada (TED).

Tabela 32 - Despesa por grupo e elemento de despesa (LOA) 2021.

	2019			2020			2021		
	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado	Liquidado	Pago
	1- Pessoal e encargos sociais	R\$ 78.446.961,72	R\$ 78.446.961,72	R\$ 72.626.594,96	R\$ 79.126.671,39	R\$ 77.429.382,65	R\$ 72.485.120,10	R\$ 83.069.101,02	R\$ 80.891.121,42
Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	R\$ 81.364.392,11	R\$ 81.364.392,11	R\$ 55.892.162,41	R\$ 62.249.839,34	R\$ 62.060.518,78	R\$ 57.209.116,38	R\$ 65.651.664,02	R\$ 65.496.710,34	R\$ 59.556.864,77
Obrigações patronais	R\$ 12.000.609,56	R\$ 12.000.609,56	R\$ 12.000.609,56	R\$ 12.789.969,00	R\$ 11.852.545,27	R\$ 11.852.545,27	R\$ 13.439.186,00	R\$ 12.268.131,87	R\$ 12.268.131,87
Contratação por tempo determinado	R\$ 2.559.387,26	R\$ 2.559.387,26	R\$ 2.334.076,01	R\$ 2.461.884,05	R\$ 2.274.084,55	R\$ 2.233.990,10	R\$ 1.760.000,00	R\$ 1.274.783,94	R\$ 1.268.023,26
Outros	R\$ 2.522.572,79	R\$ 2.522.572,79	R\$ 2.369.746,98	R\$ 1.624.979,00	R\$ 1.242.234,05	R\$ 1.189.468,35	R\$ 2.218.251,00	R\$ 1.851.495,27	R\$ 1.432.457,73
3- Outras despesas correntes	R\$ 25.718.546,80	R\$ 20.472.665,15	R\$ 18.910.407,24	R\$ 23.754.050,20	R\$ 13.485.463,03	R\$ 12.573.631,81	R\$ 21.538.043,25	R\$ 10.942.841,01	R\$ 9.987.054,06
Outros serviços de terceiros PJ	R\$ 5.133.867,35	R\$ 2.581.836,99	R\$ 2.542.541,62	R\$ 4.072.983,59	R\$ 788.598,88	R\$ 688.888,97	R\$ 3.750.484,56	R\$ 845.138,42	R\$ 589.788,19
Locação de mão-de-obra	R\$ 9.025.651,74	R\$ 8.637.714,26	R\$ 8.007.033,28	R\$ 9.125.974,84	R\$ 5.400.999,59	R\$ 4.983.051,59	R\$ 7.224.848,01	R\$ 3.605.837,54	R\$ 3.324.626,00
Auxílio-alimentação	R\$ 3.361.620,13	R\$ 3.361.620,13	R\$ 3.084.377,42	R\$ 2.112.048,00	R\$ 2.111.528,95	R\$ 2.111.528,95	R\$ 3.469.846,00	R\$ 3.351.095,68	R\$ 3.072.555,33
Auxílio financeiro a estudantes	R\$ 2.289.652,74	R\$ 1.557.350,71	R\$ 1.557.350,71	R\$ 3.148.690,22	R\$ 1.642.607,99	R\$ 1.641.887,99	R\$ 2.296.027,42	R\$ 823.189,81	R\$ 813.483,81
Outros	R\$ 5.907.754,84	R\$ 4.334.143,06	R\$ 3.719.104,21	R\$ 5.294.373,55	R\$ 3.561.727,62	R\$ 3.148.274,31	R\$ 4.796.837,26	R\$ 2.317.579,56	R\$ 2.186.620,73
4 – Investimentos	R\$ 9.304.915,89	R\$ 27.891,03	R\$ 27.891,03	R\$ 8.290.051,02	R\$ 999,90	R\$ 999,90	R\$ 11.279.781,46	R\$ 1.506.863,14	R\$ 1.404.084,59
Equipamentos e materiais permanentes	R\$ 8.285.300,03	R\$ 27.891,03	R\$ 27.891,03	R\$ 8.665.378,94	R\$ 999,90	R\$ 999,90	R\$ 5.916.905,05	R\$ 1.374.149,44	R\$ 1.271.370,89
Obras e instalações	R\$ 1.019.615,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.424.672,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.362.876,41	R\$ 132.713,70	R\$ 132.713,70
Outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00			
Total	R\$ 113.470.424,41	R\$ 98.947.517,90	R\$ 91.564.893,23	R\$ 111.170.772,61	R\$ 90.915.845,58	R\$ 85.059.751,81	R\$ 115.886.925,73	R\$ 93.340.825,57	R\$ 85.916.616,28

Fonte: IFAP, 2022.

Tabela 33 - Despesa por grupo e elemento de despesa (EXTRA LOA) 2021.

	2019			2020			2021		
	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado	Liquidado	Pago
	3- Outras despesas correntes	R\$ 424.320,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.047.037,60	R\$ 692.891,60	R\$ 692.891,60	R\$ 670.697,30	R\$ 8.400,80
Outros serviços de terceiros PF	R\$ 174.720,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 466.075,00	R\$ 236.587,50	R\$ 236.587,50	R\$ 124.400,80	R\$ 8.400,80	R\$ 8.400,80
Auxílio financeiro a estudantes	R\$ 249.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 283.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 580.962,60	R\$ 456.304,10	R\$ 456.304,10	R\$ 283.096,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4 – Investimentos	R\$ 1.741.433,65	R\$ 57.599,97	R\$ 0,00	R\$ 950.798,20	R\$ 65.470,00	R\$ 65.470,00	R\$ 38.723,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Equipamentos e materiais permanentes	R\$ 1.741.433,65	R\$ 57.599,97	R\$ 0,00	R\$ 950.798,20	R\$ 65.470,00	R\$ 65.470,00	R\$ 38.723,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Obras e instalações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 2.165.753,65	R\$ 57.599,97	R\$ 0,00	R\$ 1.997.835,80	R\$ 758.361,60	R\$ 758.361,60	R\$ 709.420,60	R\$ 8.400,80	R\$ 8.400,80

Fonte: IFAP, 2022.

Tabela 34 - Despesa por programa e ação orçamentária (LOA) 2021.

	Ação de Governo	Dotação Inicial	Dotação final	Empenhado	Liquidado	Pago
00PW	Contribuições a entidades nacionais sem exigência de programação específica	R\$ 19.605,00	R\$ 19.605,00	R\$ 19.605,00	R\$ 19.605,00	R\$ 19.605,00
181	Aposentadorias e pensões civis da união	R\$ 613.951,00	R\$ 882.135,00	R\$ 723.251,00	R\$ 723.251,00	R\$ 695.097,00
09HB	Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais	R\$ 12.839.186,00	R\$ 12.931.379,00	R\$ 12.839.186,00	R\$ 12.839.186,00	R\$ 11.915.177,00
2004	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	R\$ 610.366,00	R\$ 610.366,00	R\$ 610.366,00	R\$ 610.366,00	R\$ 534.101,00
20RG	Reestruturação e modernização de instituições federais de educação profissional e tecnológica	R\$ 11.200.212,00	R\$ 11.200.212,00	R\$ 10.910.872,00	R\$ 10.910.872,00	R\$ 1.088.930,00
20RL	Funcionamento de instituições federais de educação profissional e tecnológica	R\$ 13.762.119,00	R\$ 13.762.119,00	R\$ 13.659.636,00	R\$ 13.659.636,00	R\$ 5.078.146,00
20TP	Ativos civis da união	R\$ 67.714.343,00	R\$ 70.099.597,00	R\$ 69.506.664,00	R\$ 69.506.664,00	R\$ 61.915.203,00
212B	Benefícios obrigatórios aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	R\$ 4.694.711,00	R\$ 4.705.657,00	R\$ 4.694.711,00	R\$ 4.694.711,00	R\$ 3.841.782,00
2994	Assistência aos estudantes das instituições federais de educação profissional e tecnológica	R\$ 4.115.327,00	R\$ 4.115.327,00	R\$ 3.087.214,00	R\$ 3.087.214,00	R\$ 830.174,00
	Total	R\$ 115.569.820,00	R\$ 118.326.397,00	R\$ 116.051.505,00	R\$ 116.051.505,00	R\$ 85.918.215,00

Fonte: IFAP, 2022.

Tabela 35 - Despesa por programa e ação (Extra LOA) 2021.

	Ação de Governo	Dotação Inicial	Dotação final	Empenhado	Liquidado	Pago
21AR	Promoção e Defesa de Direitos para Todos	---	---	R\$ 82.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21B4	Fomento ao desenvolvimento e modernização dos sistemas de ensino de educação profissional e tecnológica	---	---	R\$ 561.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
20JO	Promoção e apoio ao desenvolvimento do futebol masculino e feminino e defesa dos direitos do torcedor	---	---	R\$ 56.619,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00
20U9	Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos	---	---	R\$ 8.400,80	R\$ 8.400,80	R\$ 8.400,80
	Total	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 709.420,60	R\$ 8.400,80	R\$ 8.400,80

Fonte: IFAP, 2022.

3.6.2.1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

A) Despesa por grupo e elemento de despesa (LOA)

Em relação aos valores empenhados referentes à LOA, constata-se que houve diminuição de 2019 a 2020 e crescimento de 2020 a 2021.

De 2020 a 2021, houve crescimento de orçamento empenhado de 4,24%.

No detalhamento dos valores empenhados segundo o grupo de despesa, elencam-se os seguintes resultados:

- De 2019 a 2020, o crescimento do orçamento empenhado das despesas com pessoal e encargos sociais foi de 0,60%, de outras despesas correntes foi de -1,73%, e de investimentos foi de -0,89%. Logo, o

crescimento de despesas com pessoal e encargos sociais teve destaque, superando o total de crescimento dos demais recursos empenhados, que teve diminuição total de -2,62%.

• De 2020 a 2021, o crescimento do orçamento empenhado das despesas com pessoal e encargos sociais foi de 3,55%, de outras despesas correntes teve diminuição de -1,99% e de investimentos, aumento de 2,69%. Logo, o crescimento de despesas com pessoal e encargos sociais teve destaque, superando o total de crescimento dos demais recursos empenhados, cujo total teve crescimento de 0,7% em comparação com 2020.

Conclui-se, dessa forma, que os valores empenhados com despesas de pessoal protagonizaram o crescimento no orçamento total.

b) Despesa por grupo e elemento de despesa (extraorçamentário)

Em relação aos recursos extraorçamentários, os valores empenhados apresentam o seguinte desempenho:

• De 2019 a 2020, houve decréscimo de valores empenhados, no percentual de -7,75%. Tal diferença se deu por dois aspectos relevantes: - recebimento de emenda de bancada que supriu grande parte das necessidades de recursos de investimento do Instituto; - estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), com início em março de 2020 e perdurando até a presente data, tendo como consequência a diminuição de gastos com despesas referentes a serviços e materiais no exercício 2020.

• De 2020 a 2021, houve um decréscimo de valores empenhados, no percentual de -64,49%. Tal diferença se deu por dois aspectos relevantes: - recebimento de emenda de bancada, superando em 100% o valor da emenda de bancada recebida no exercício 2020, que supriu grande parte das necessidades de recursos de investimento e de obras do Instituto; - estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), com início em março de 2020 e perdurando até a presente data, tendo como consequência a diminuição de gastos com despesas referentes a serviços e materiais no exercício 2021, considerando-se as atividades administrativas e educacionais ocorrendo predominantemente de forma remota.

3.6.2.1.2 DESAFIOS

- Sustentabilidade da instituição perante o pouco crescimento de recursos orçamentários em custeio.
- Diminuição do número de alunos matriculados, comprometendo o crescimento dos recursos recebidos pela LOA.

3.6.2.1.3 AÇÕES FUTURAS

- Aperfeiçoamento da gestão orçamentária para financiar o seu funcionamento, minimizando os seus custos com contratos de caráter continuado.
- Crescimento do número de alunos matriculados, mantendo-se o quantitativo de profissionais, na tentativa de crescimento dos recursos recebidos pela Lei Orçamentária Anual.
- Intensificação de desenvolvimento de projetos para obtenção de recursos para financiar programas educacionais.
- Realização de visitas/reuniões políticas visando a captação de recursos via Termo de Execução Descentralizada.

3.6.2.2 GESTÃO DE CUSTOS

Tabela 36 - Estimativa de custos por programa governamental.

Programa	Ação de Governo	Dotação Inicial	Dotação final	Empenhado	Liquidado	Pago	
0032 – Programa de gestão e manutenção do poder executivo	181	Aposentadorias e pensões civis da União	R\$ 613.951,00	R\$ 882.135,00	R\$ 723.251,00	R\$ 723.251,00	R\$ 695.097,00
	09HB	Contribuição da União, de suas autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	R\$ 12.839.186,00	R\$ 12.931.379,00	R\$ 12.839.186,00	R\$ 12.839.186,00	R\$ 11.915.177,00
	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	R\$ 610.366,00	R\$ 610.366,00	R\$ 610.366,00	R\$ 610.366,00	R\$ 534.101,00
	20TP	Ativos Civis da União	R\$ 67.714.343,00	R\$ 70.099.597,00	R\$ 69.506.664,00	R\$ 69.506.664,00	R\$ 61.915.203,00
	212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	R\$ 4.694.711,00	R\$ 4.705.657,00	R\$ 4.694.711,00	R\$ 4.694.711,00	R\$ 3.841.782,00
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	0056	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
910 – Operações especiais: Gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais	00PW	Contribuições a entidades nacionais sem exigência de programação específica	R\$ 19.605,00	R\$ 19.605,00	R\$ 19.605,00	R\$ 19.605,00	R\$ 19.605,00
5012 – Educação profissional e tecnológica	20RG	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	R\$ 11.200.212,00	R\$ 11.200.212,00	R\$ 10.910.872,00	R\$ 10.910.872,00	R\$ 1.088.930,00
	20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	R\$ 13.762.119,00	R\$ 13.762.119,00	R\$ 13.659.636,00	R\$ 13.659.636,00	R\$ 5.078.146,00
	2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	R\$ 4.115.327,00	R\$ 4.115.327,00	R\$ 3.087.214,00	R\$ 3.087.214,00	R\$ 830.174,00
Total			R\$ 115.570.820,00	R\$ 118.327.397,00	R\$ 116.051.505,00	R\$ 116.051.505,00	R\$ 85.918.215,00

Fonte: IFAP, 2022.

3.6.2.2.1 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES DE CUSTEIO E INVESTIMENTO

Ação 20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Produto: Projeto Viabilizado. **Especificação do Produto:** Considera-se projeto viabilizado o plano de trabalho elaborado por Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, Centros Federais de Educação Profissional e Colégio Pedro II, que tenha recebido recursos desta ação orçamentária. **Descrição da ação:** Apoio ou execução de planos de reestruturação e modernização na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para a ampliação e melhoria da oferta de cursos e a redução da evasão, por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de pequenas obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.

Ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Produto: Estudante Matriculado. **Especificação do Produto:** Considera-se estudante matriculado o estudante com matrícula na Instituição, no exercício, independentemente do ano de ingresso e da situação acadêmica. **Descrição da ação:** Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de reforma, adaptação, aquisição ou reposição de materiais, observados os limites da legislação vigente; aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de servidores em temas e

ferramentas de uso geral; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais atividades necessárias à gestão e administração da unidade.

Ação 2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Produto: Estudante assistido. **Especificação do Produto:** Considera-se Estudante assistido, o estudante matriculado na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, beneficiado com ações de assistência estudantil, na forma do regulamento. **Descrição da ação:** Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.

Ação 21B3 – Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Produto: Iniciativa apoiada. **Especificação do produto:** Considera-se Iniciativa apoiada programa ou projeto de educação profissional e tecnológica, extensão tecnológica, pesquisa aplicada e inovação; evento científico e cultural promovido; capacitação ofertada; bem como suporte à implementação da expansão e da reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica promovida com recursos desta ação orçamentária. **Descrição da ação:** Apoio a programas e projetos dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, Centros Federais de Educação Profissional, Colégio Pedro II e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, nas áreas de educação profissional e tecnológica, extensão tecnológica, pesquisa aplicada e inovação, de educação do campo e de elevação da escolaridade de jovens e adultos, inclusive por meio de oferta de bolsas para monitores, implementação e promoção de ações educativas, científicas e culturais; capacitação de docentes e técnicos-administrativos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; bem como apoio a iniciativas que visem à consolidação dos conhecimentos

com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a indissociabilidade entre pesquisa e extensão.

Ação 15R4 - Apoio à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Produto:** Projeto apoiado. **Especificação do Produto:** Considera-se projeto apoiado o plano de trabalho elaborado por Instituição Federal de Ensino que recebeu recursos desta ação orçamentária. **Descrição da ação:** Apoio à execução de planos de ampliação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da aquisição de materiais e equipamentos destinados às atividades finais, que proporcionem a expansão e por meio da ampliação da estrutura física, compreendendo serviços, obras e instalações.

3.6.2.3 GESTÃO DE PESSOAS

3.6.2.3.1 CONFORMIDADE LEGAL

O quadro de pessoal do Ifap é composto por duas carreiras distintas: de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e de Técnico Administrativo em Educação (TAE), estruturadas por suas leis específicas, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.112/90.

No âmbito da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), são observados precipuamente os ditames da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis federais, bem como a Lei nº 12.772/2012, que estrutura o plano de carreira do cargo de Professor EBTT, e a Lei nº 11.091/2005, que estrutura a carreira dos TAE.

São também observadas as normativas editadas pelo Ministério da Economia e pelo Ministério da Educação, além das notas técnicas emitidas pela própria Progep em matérias de sua competência, bem como as resoluções do Conselho Superior (Consup) do Ifap.

As tabelas de remunerações das carreiras TAE e professor EBTT estão descritas nas respectivas leis que regulamentam a carreira, respectivamente Lei nº 11.091/2005 e Lei nº 12.772/2012, descrevendo as classes, níveis e padrões e suas remunerações.

3.6.2.3.2 MECANISMOS DE CONTROLE ADOTADOS NA GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS E NA GESTÃO DE PESSOAS

Inicialmente, destaque-se que o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), utilizado por todo o executivo federal para gestão de pessoas e processamento da folha de pagamento, é automatizado e parametrizado com base na legislação e nos normativos vigentes, de forma a impedir que sejam realizados lançamentos sem fundamento legal.

Por conseguinte, os valores lançados manualmente em folha de pagamento são calculados com base em fórmulas pré-formatadas consoante os normativos que regem cada matéria como, por exemplo, substituição de funções gratificadas e cargos em comissão, valores proporcionais por progressões funcionais e benefícios pagos de forma retroativa.

A fim de haver maior controle sobre tais lançamentos manuais, o sistema Siape requer que seja realizada uma pré-autorização da rubrica, para posterior lançamento de valores na folha de pagamento, que, antes do efetivo pagamento, são submetidos à homologação, de forma que os diferentes níveis hierárquicos atuam para dirimir possíveis erros de lançamento.

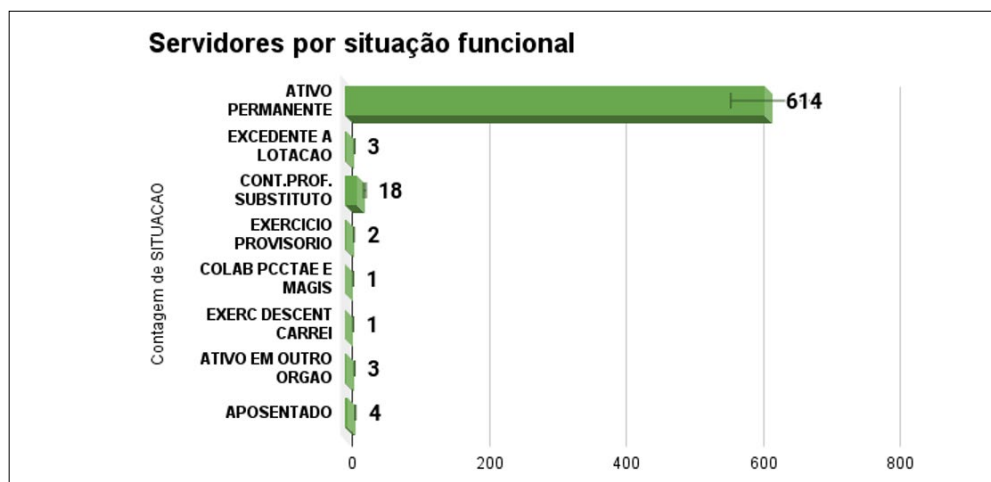
Além disso, também são realizados pela Progep conferências por amostragem dos lançamentos efetuados em cada folha de pagamento, sem prejuízo do trabalho realizado pela Auditoria Interna (Audin) e pelos órgãos de controle externo.

3.6.2.3.3 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho do Ifap é composta por um total de 646 pessoas, cuja situação funcional pode ser qualificada entre instituidores de pensão, aposentados, ativos, cedidos, colaboração técnica, professor substituto, estagiário, excedente a lotação, exercício descentralizado de carreira e exercício provisorio. Neste sentido, os gráficos e tabelas abaixo demonstram a distribuição dos servidores por situação funcional, por carreira, por gênero, por etnia, faixa etária, faixa salarial e por porcentagem de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos.

Quanto à situação funcional, o quadro de pessoal está assim distribuído:

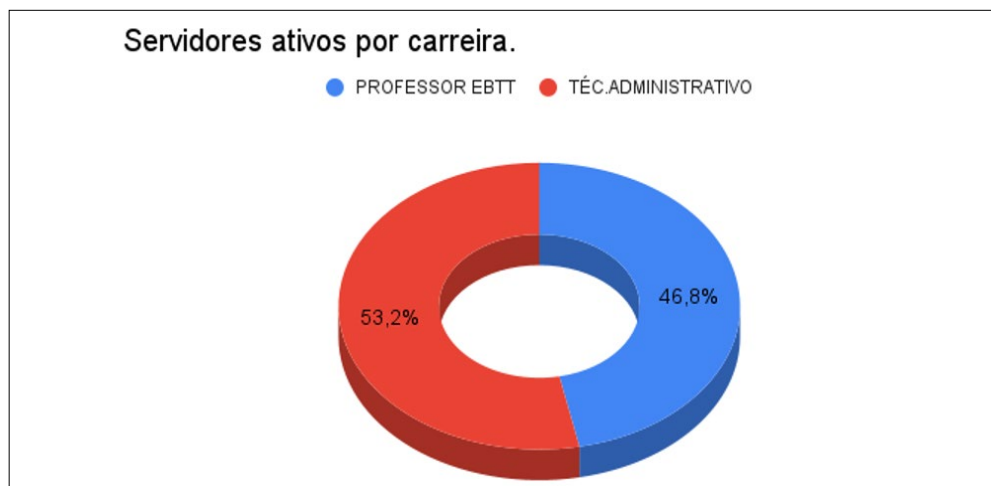
Gráfico 05 - Servidores por situação funcional.



Fonte: IFAP, 2022.

Em relação à carreira, os servidores ativos permanentes estão assim distribuídos:

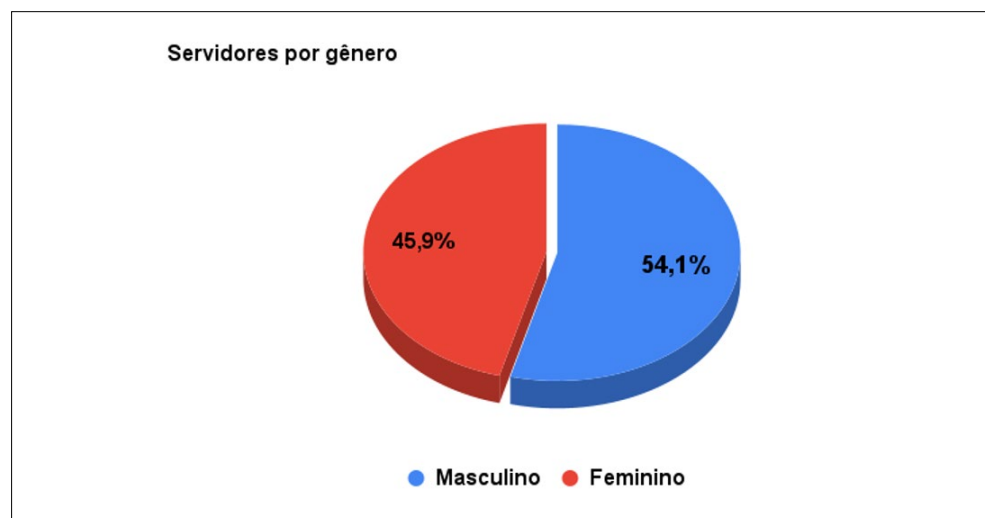
Gráfico 06 - Servidores ativos por carreira.



Fonte: IFAP, 2022.

Quanto ao gênero, o quadro de pessoal apresenta-se da seguinte forma:

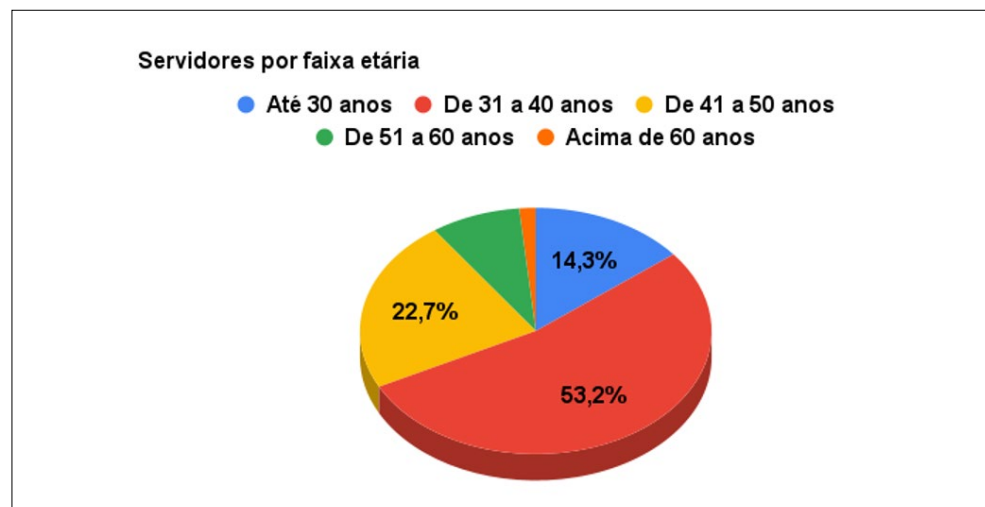
Gráfico 07 - Servidores por gênero.



Fonte: IFAP, 2022.

Quanto à faixa etária, os servidores estão assim distribuídos:

Gráfico 08 - Servidores por faixa etária.



Fonte: IFAP, 2022.

Quanto à unidade de exercício, o quadro de pessoal está assim distribuído:

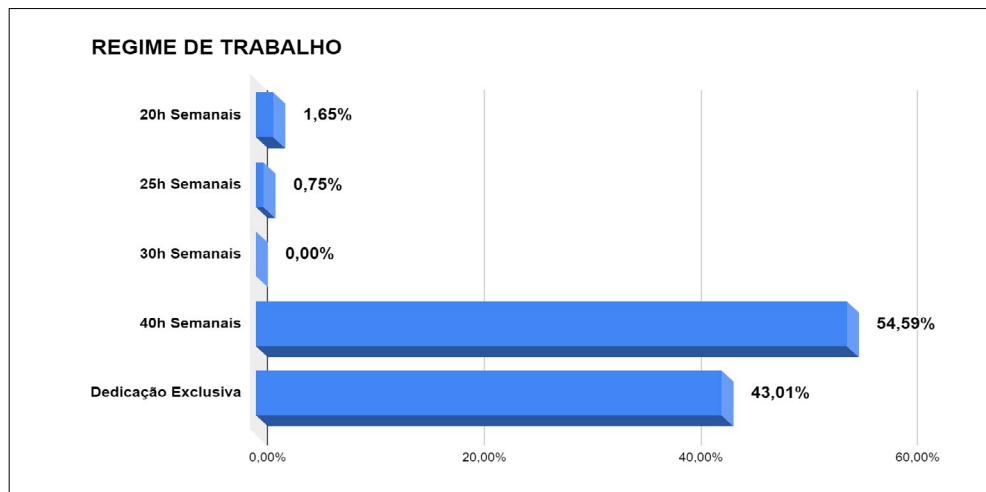
Gráfico 09 - Servidores por unidade de exercício.



Fonte: IFAP, 2022.

Quanto ao regime, o quadro de pessoal encontra-se assim dividido:

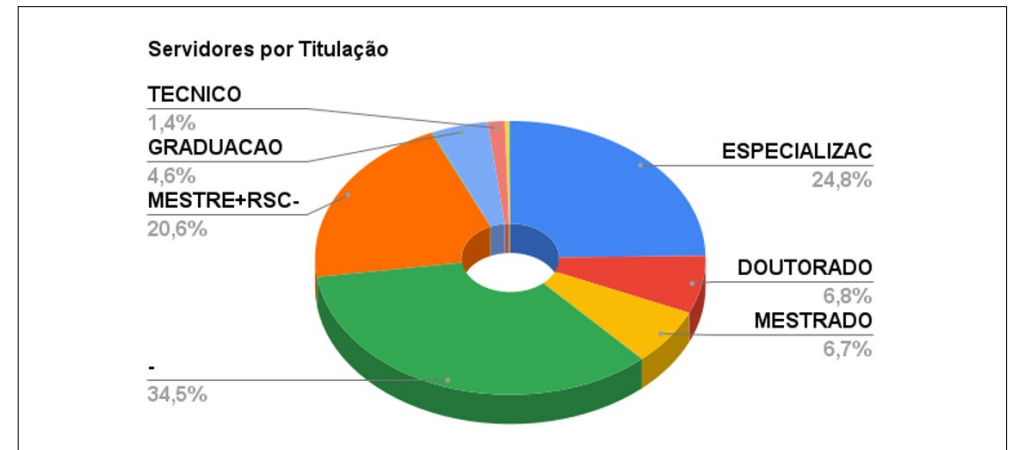
Gráfico 10 - Regime de Trabalho.



Fonte: IFAP, 2022.

Quanto à titulação, o quadro de pessoal encontra-se assim dividido:

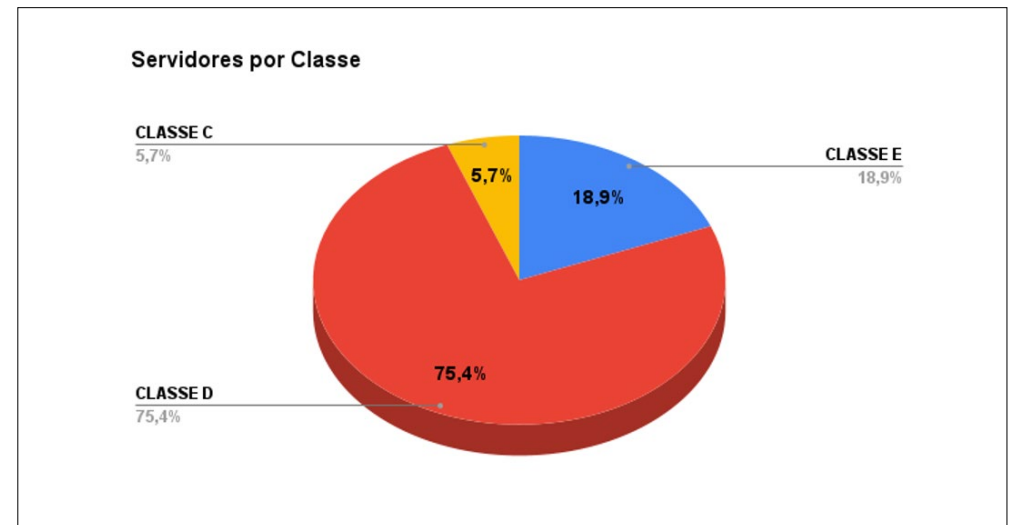
Gráfico 11 - Servidores por Titulação.



Fonte: IFAP, 2022.

Quanto à classe, o quadro de pessoal encontra-se assim dividido:

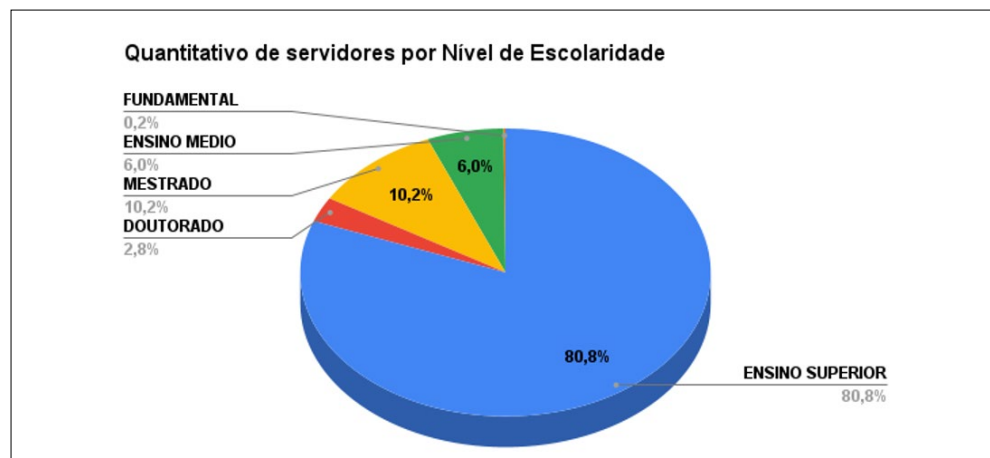
Gráfico 12 - Servidores por Classe.



Fonte: IFAP, 2022.

Quanto ao nível de escolaridade, o quadro de pessoal encontra-se assim dividido:

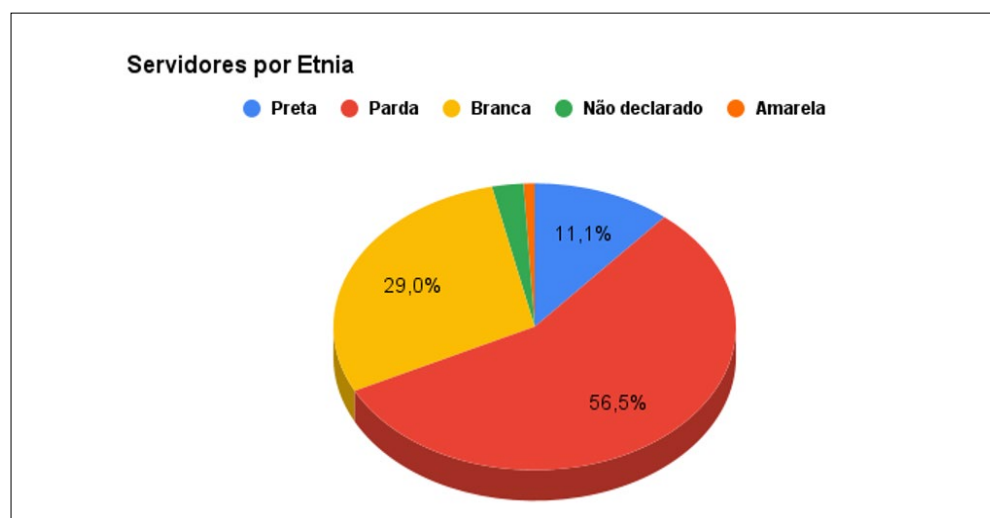
Gráfico 13 - Quantitativo de servidores por nível de escolaridade.



Fonte: IFAP, 2022.

Quanto à etnia, o quadro de pessoal encontra-se assim dividido:

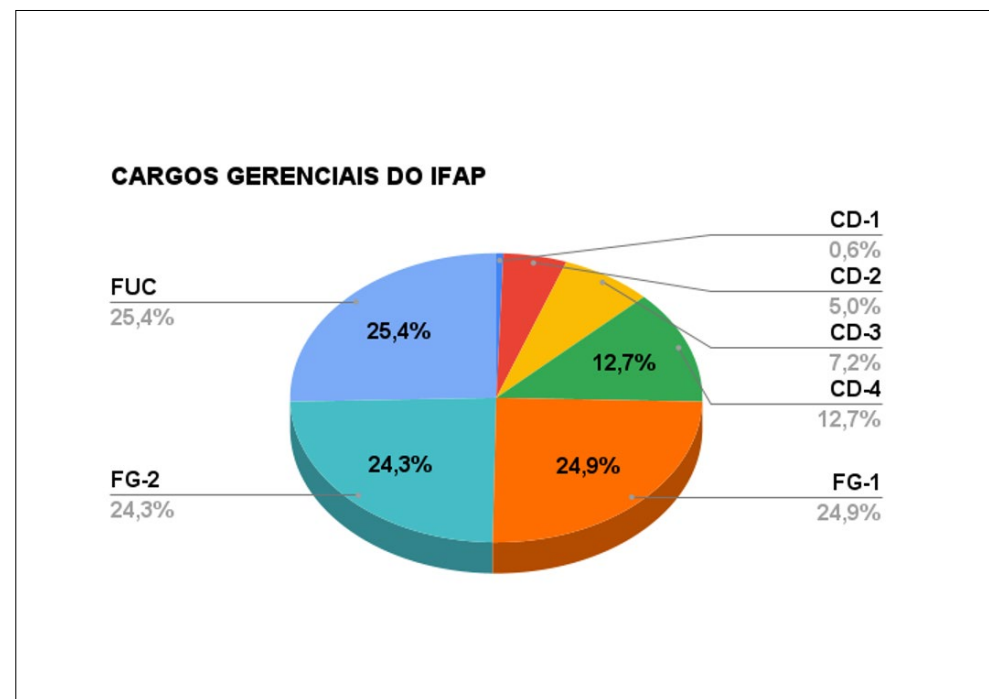
Gráfico 14 - Servidores por Etnia.



Fonte: IFAP, 2022.

Os cargos gerenciais do Ifap, sejam eles em comissão ou funções gratificadas, estão abaixo relacionados, sendo 100% ocupados por servidores efetivos, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 15 - Cargos Gerenciais do Ifap.



Fonte: IFAP, 2022.

3.6.2.3.4 ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

São utilizados, para fins de seleção e recrutamento de pessoal, processos seletivos, para contratação de estagiários e professores substitutos, e concursos públicos, para provimento dos cargos efetivos do Ifap.

Quanto ao provimento dos cargos efetivos, são observadas as leis e normativos referentes ao concurso público. Para a admissão de Professor EBTT Substituto, é utilizada como base a Lei nº 8.745/1993 e, por fim, para a contratação de estagiários, observa-se a Lei nº 11.788/2008.

Por conseguinte, são observados os respectivos regramentos no que tange à reserva de vagas aos candidatos negros e aos candidatos com deficiência, notadamente quanto à Lei nº 12.990/2014 e ao Decreto nº 9.508/2018. Neste sentido, por meio de ampla divulgação, busca-se sempre atingir um maior número de candidatos a fim de selecionar por meio de provas e/ou provas e títulos os melhores profissionais para comporem a força de trabalho do Ifap.

Quando se trata de servidor TAE, é verificado o currículo e experiências profissionais anteriores a fim de direcioná-lo para a unidade que melhor se adeque ao seu perfil; já os Professores EBTT são alocados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, que são inerentes ao cargo, para atuar lecionando conforme a sua área de conhecimento.

Os estagiários, por sua vez, são lotados em unidades para exercerem atividades compatíveis com sua formação, sempre com a supervisão de servidor com formação e/ou experiência na área a fim de fazer o acompanhamento da preparação do estagiário para o mundo do trabalho.

a) Situação de servidores com condições de aposentadoria

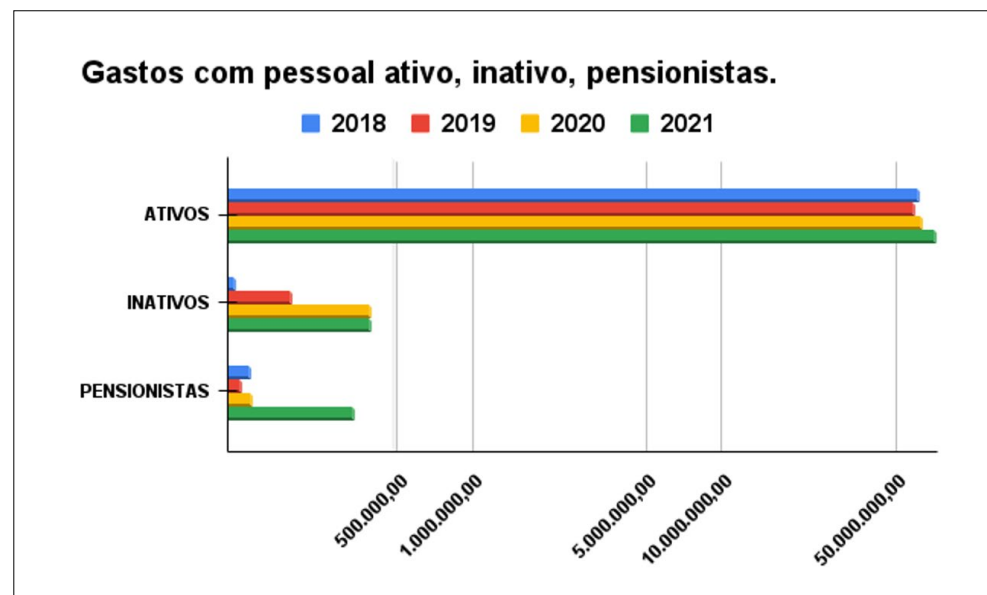
Atualmente o Ifap conta com quatro servidores percebendo abono de permanência, que é benefício devido àqueles servidores que já possuem requisitos mínimos para aposentadoria, entretanto optam por permanecer em atividade.

Portanto, a priori, são os servidores com maior propensão a solicitar a aposentadoria voluntária.

3.6.2.3.5 DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Seguem abaixo gráficos que demonstram a evolução dos gastos com pessoal ativo, inativo e pensionistas do Ifap nos últimos anos, notadamente de 2018 a 2021.

Gráfico 16 - Gastos com pessoal ativo, inativo e pensionista.



Fonte: IFAP, 2022.

A evolução da despesa com pessoal demonstra um aumento nos últimos anos, a qual se justifica inicialmente pela expansão do Ifap, com abertura de novos cursos técnicos, graduações e pós-graduações, além de novos campi, como Porto Grande e Santana, o Campus Avançado Oiapoque e o Centro de Referência EaD Pedra Branca do Amapari, o que determinou a necessidade de ampliação da força de trabalho para atendimento das novas e crescentes demandas. Além disso, há que se considerar a previsão legal de progressão na carreira dos servidores, que resulta em aumento do vencimento básico e por conseguinte dos demais benefícios que têm o vencimento como base de cálculo, bem como sua titulação, a partir da conclusão, pelo servidor, de educação formal superior àquela exigida para adentrar à carreira de seu cargo.

Por outro lado, os gastos com inativos aumentam em razão do avanço da faixa etária dos servidores e o consequente atingimento de tempo de serviço e/ou idade para aposentadoria, podendo ocorrer, também, aposentadoria por invalidez, decorrente de doenças ou acidentes.

3.6.2.3.6 ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO POR DESEMPENHO E TREINAMENTO

A avaliação de desempenho dos servidores é regida pela Lei nº 11.091/2005, quando se trata de servidor pertencente à carreira TAE, e pela Lei nº 12.772/2012, quando se trata de servidor pertencente à carreira de Professor EBTT. A avaliação de desempenho de ambas as carreiras é requisito para a concessão de progressões e, conseqüentemente, evolução na carreira a partir da meritocracia.

Além da aplicação da legislação às progressões por mérito, também são utilizadas, em âmbito interno, a Resolução do Consup nº 19/2011 para TAE e a Resolução do CONSUP nº 16/2014 para Professor EBTT.

a) Progressão por mérito profissional - TAE

Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação, variando do padrão 1 ao padrão 16, conforme consta do Anexo I-C da Lei nº 11.091/2005, com a determinação da respectiva remuneração.

b) Progressão por capacitação profissional - TAE

A Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção, pelo servidor, de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 meses e considerando a classe do cargo efetivo, variando do nível I ao nível IV, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Progressão por capacitação profissional - TAE.

Progressão por capacitação profissional - TAE			
Nível I (exigência mínima do cargo)			
	CLASSE C	CLASSE D	CLASSE E
NÍVEL II	60 horas	90 horas	120 horas
NÍVEL III	90 horas	120 horas	150 horas
NÍVEL IV	120 horas	150 horas	180 horas

A remuneração respectiva a cada classe, nível e padrão está descrita no Anexo I-C da Lei nº 11.091/2005.

c) Progressão e promoção funcional por desempenho acadêmico – Professor EBTT

A Promoção por Desempenho Acadêmico é a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente respeitado o interstício de 24 meses e mediante aprovação em avaliação de desempenho individual, cuja atribuição é dimensionada de acordo com a Resolução Consup nº 16/2014, conforme quadro a seguir:

Quadro 2 - Progressão e promoção funcional por desempenho acadêmico - Professor.

Progressão e promoção funcional por desempenho acadêmico – Professor				
DA CLASSE	NÍVEL	PARA CLASSE	NÍVEL	PONTOS
D IV	3	D IV	4	80
D IV	2	D IV	3	80
D IV	1	D IV	2	80
D III	4	D IV	1	70
D III	3	D III	4	70
D III	2	D III	3	70
D III	1	D III	2	70
D II	2	D III	1	60
D II	1	D II	2	60
D I	2	D II	1	50
D I	1	D I	2	50

d) Aceleração da promoção – Professor EBTT

Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção, conforme a seguir:

Quadro 3 - Aceleração da promoção - Professor EBTT.

Aceleração da promoção – Professor EBTT		
DA CLASSE	PARA A CLASSE	TÍTULO
D I (qualquer nível)	D II 01	Especialista
D I e D II (qualquer nível)	D III 01	Mestre ou Doutor

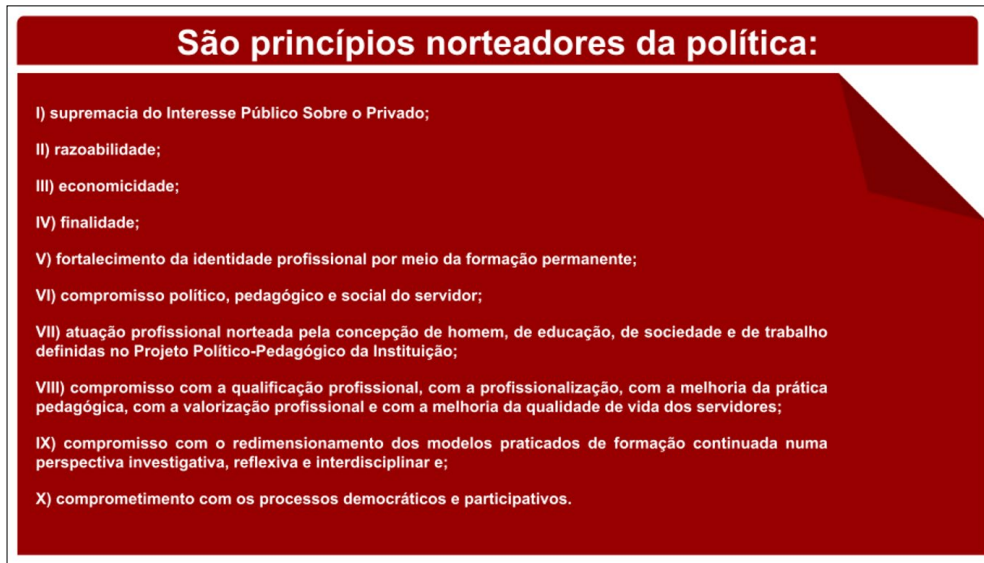
e) Estágio probatório

Além dos ditames da Lei nº 8.112/90, no que concerne ao estágio probatório dos servidores federais, é observado em âmbito interno a Resolução Consup nº 79/2018 para os servidores TAE e a Resolução Consup nº 09/2011 para os Professores EBTT, notadamente quanto aos aspectos a serem avaliados pelas chefias imediatas e ao interstício das avaliações, que é de 10 meses.

f) Capacitação e treinamento

No âmbito do Ifap, tanto a capacitação quanto a qualificação são instrumentalizadas pela Resolução Consup nº 29/2017, que regulamenta a política de capacitação, de qualificação e o programa de formação continuada dos servidores do Ifap.

Quadro 4 - Princípios norteadores da política.



Fonte: IFAP, 2022.

Cumpramos ressaltar que a política de capacitação e qualificação do Ifap engloba tanto as capacitações (*in company* e externas) como os afastamentos para cursar pós-graduação *stricto sensu*, licenças para capacitação, afastamentos para estudos no exterior e bolsas-auxílio para graduação e pós-graduação.

Nesse sentido, norteado pela política de capacitação e qualificação citada, no ano de 2020, o Ifap, visando atingir um maior número de servidores pelas ações de capacitação e diminuir os custos, celebrou contrato para a oferta de cursos *in company*, atingindo servidores de todas as suas unidades (Reitoria, Campus Macapá, Campus Santana, Campus Laranjal do Jari, *Campus* Porto Grande, *Campus* Avançado Oiapoque e Centro de Referência EaD Pedra Branca do Amapari), sem prejuízo das capacitações realizadas externamente.

Para as ações de qualificação, são realizados convênios para a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado e doutorado, além dos cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertados diretamente pelo Ifap, havendo ainda a possibilidade de afastamento aos servidores, por meio de editais específicos para que os servidores possam concorrer em igualdade de condições e com critérios transparentes de seleção.

Frise-se que em razão da pandemia da Covid-19 e a consequente suspensão das atividades presenciais do Ifap e da maioria absoluta dos demais órgãos federais, as ações de qualificação e capacitação foram prejudicadas sobremaneira, notadamente em razão da dificuldade de acesso à internet de qualidade dos servidores, principalmente das unidades localizadas no interior do Amapá, o que impediu a realização dos cursos planejados para a modalidade *on-line*.

3.6.2.3.7 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

O principal desafio da gestão pública como um todo é prestar melhores serviços a partir da racionalização dos gastos.

Considerando isso, o Ifap tem por objetivo capacitar e qualificar o maior número de servidores, vez que o aperfeiçoamento do quadro de pessoal é instrumento facilitador do atingimento de metas institucionais, com o menor custo possível, desde que mantida a qualidade dos cursos contratados e/ou conveniados.

Por conseguinte, é também desafio da gestão promover a valorização dos servidores a partir do estímulo de ações de desenvolvimento, com o reconhecimento das competências individuais e a alocação da força de trabalho em áreas que o servidor possua perfil profissional e afinidade para atuar.

Os desafios e dificuldades enfrentadas no ano de 2021 foram a ausência da reposição imediata, em alguns casos, da força de trabalho proveniente das remoções/desligamentos de servidores; e capacitação de servidores, principalmente em relação à oferta de cursos de ambientação institucional para novos servidores.

Para 2022 o principal desafio será o retorno às atividades presenciais e a retomada das ações que tiveram de ser abruptamente interrompidas em 2020, de forma a acolher os servidores da melhor forma possível para que sejam dirimidas todas as dificuldades que o período da pandemia da Covid-19 causou às atividades de todos os setores, especialmente ao público-alvo do Ifap: os discentes e a comunidade escolar.

3.6.2.3.8 SOBRE O PORTAL DO SERVIDOR

O Portal do Servidor está em processo de construção. Aqui encontraremos informações sobre os assuntos de competência do setor de gestão de pessoas.

Figura 71 - Portal do servidor.



Fonte: IFAP, 2022.

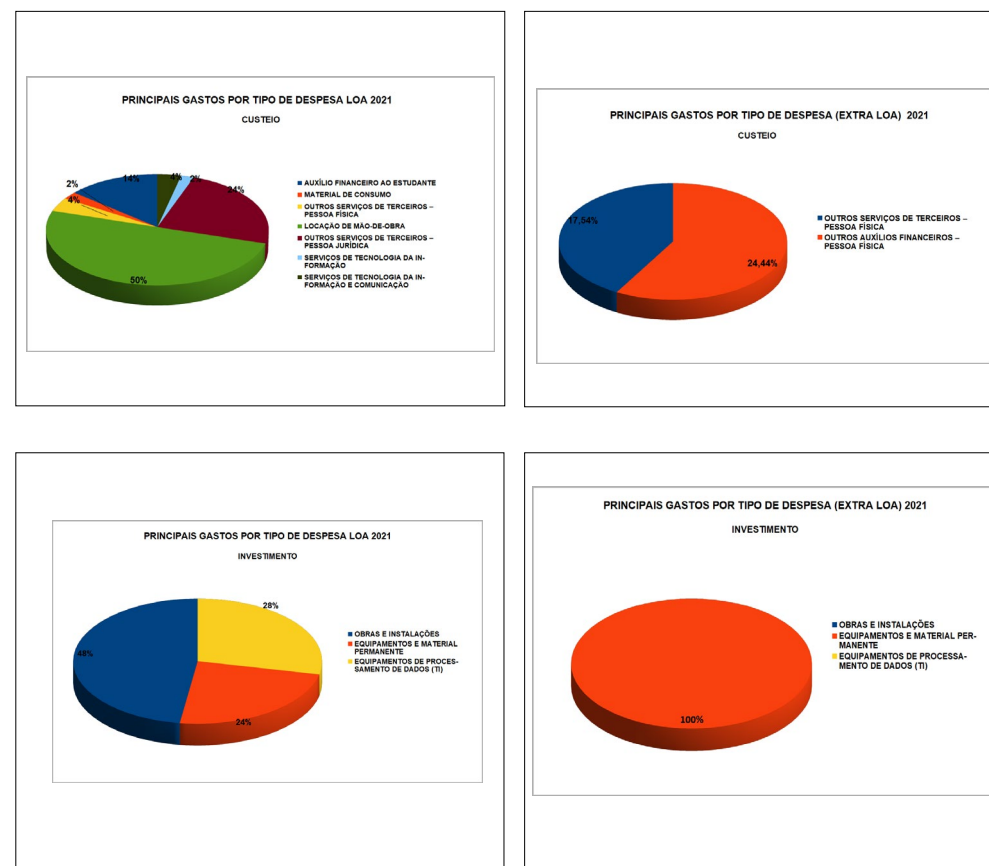
3.6.2.4 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.6.2.4.1 CONFORMIDADE LEGAL

O Ifap atende aos requisitos legais para a execução de suas licitações e contratos, sendo os principais normativos: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 12.462/2011; Lei Complementar nº 123/2006; Decreto nº 7.892/2013, Decreto nº 8.538/2015, Decreto nº 10.024/2019; diversas Instruções Normativas do atual Ministério da Economia, com destaque à IN nº 05/2014, IN nº 03/2017 e IN nº 05/2017; acórdãos do TCU e Portarias da AGU.

3.6.2.4.2 PERFIL DOS GASTOS COM LICITAÇÕES E CONTRATOS

Gráfico 17 - Principais gastos por tipo de despesa LOA 2021.



3.6.2.4.3 PRINCIPAIS CONTRATOS DE FUNCIONAMENTO

A) Principais desafios

I. Licitações

Tabela 37 - Licitações.

FINALIDADE DO CONTRATO	TIPO DE SERVIÇO CONTRATADO	META	GASTO EM 2021
Funcionamento/Unidade Administrativa	Apoio Administrativo	Garantir a manutenção educacional e administrativa das unidades do Ifap	R\$ 1.278.502,71
	Vigilância		R\$ 3.245.812,44
	Limpeza e conservação		R\$ 2.700.532,86
	Energia Elétrica		R\$ 685.265,33
	Manutenção e conservação de bens imóveis		R\$ 1.410.000,00
	Manutenção e conservação de veículos (abastecimento de combustível)		R\$ 93.347,95
	Materiais de consumo	R\$ 320.855,14	
Assistência ao Estudante	Fornecimento de alimentação	Ampliar e fortalecer as ações de assistência social para os alunos	R\$ 849.723,07
Tecnologia da Informação	Comunicação de dados e redes em geral	Melhorar a infraestrutura de TI das unidades	R\$ 805.270,71

Fonte: IFAP, 2022.

- Instrução dos processos licitatórios em tempo hábil para atendimento a todos os campi do Ifap, considerando que desde 2021 a realização da fase externa das licitações foi centralizada na Reitoria, permanecendo a fase interna de planejamento realizada pela Reitoria e pelos campi, em atendimento à Portaria nº 13.623, de 10 de dezembro de 2019, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital.
- Orientar e acompanhar os campi em seus procedimentos licitatórios, no que tange à fase interna de planejamento.
- Atuar em conformidade com as legislações que regem as contratações no governo federal, num cenário de constantes atualizações na legislação pertinente às licitações, observando-se ainda as recomendações dos órgãos de controle interno e externo.
- Publicação no site institucional de informações de fácil acesso referente aos processos licitatórios de todas as unidades do Ifap.

II. Contratos

- Falta de pessoal necessário para atuação mais eficaz nas atividades essenciais de gestão dos contratos da Reitoria e dos campi, ocasionada principal-

mente pela grande rotatividade de servidores nas unidades.

- Fragilidade na fiscalização dos contratos nos aspectos técnicos, administrativos e de pessoal.
- Dificuldades relacionadas à falta de acompanhamento de alguns setores após a formalização da demanda (requisição de materiais e serviços).
- Publicação no site institucional de informações de fácil acesso referente aos contratos de todas as unidades do Ifap.

3.6.2.4.4 AÇÕES FUTURAS

- Ampliar esforços para a realização de capacitação dos servidores atuantes em licitações e contratos em todas as unidades do Ifap.
- Aprimorar a gestão sustentável entre as unidades do Ifap, visando o fortalecimento da atuação de servidores de outras unidades quando da composição de equipes de planejamento de contratação nos processos de compras compartilhadas da Reitoria.
- Elaborar Instrução Normativa de Gestão e Fiscalização de Contratos do Ifap. Aprimorar os fluxos atuais no que tange à gestão e fiscalização dos contratos.
- Incentivar as unidades administrativas à divulgação de atas, contratos e demais informações pertinentes referentes às licitações e contratos no site institucional.

3.6.2.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

3.6.2.5.1 CONFORMIDADE LEGAL

Em relação à gestão do patrimônio institucional, o Ifap segue a legislação vigente, alinhado aos artigos 37, 70 e 75 da Constituição Federal, à Lei nº 4.320/64, Decreto-Lei nº 200/67, Instrução Normativa nº 205/88, Lei Complementar nº 101/2000, Lei 8.429/92 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública, bem como a Lei nº 8.666/93, que rege as aquisições via processo licitatório.

3.6.2.5.2 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

No exercício 2021, o Ifap não realizou locação de imóveis. Em relação a equipamentos, não houve locação.

3.6.2.5.3 MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES E DESFAZIMENTO DE ATIVOS

No exercício 2021, não houve desfazimento de ativos imobilizados.

3.6.2.5.4 PRINCIPAIS DESAFIOS

A) Patrimônio

- Quantidade reduzida de servidores nos campi lotados no setor de patrimônio (em média um servidor por campus), reduzindo com isso a eficiência na realização dos inventários eventuais e anual, ocasionando também na centralização de algumas atividades na Reitoria, como o cadastro de todos os bens permanentes via Suap, e início de implantação do sistema Siads.
 - Falta de aderência de alguns servidores que possuem bens em sua carga patrimonial à realização dos inventários eventuais, dificultando a conclusão em tempo hábil das referidas ações.
 - Movimentações de bens entre setores/unidades sem o devido registro via Suap e Siafi.
- Aumento do número de bens inservíveis.

b) Infraestrutura

- Demora na liberação de recursos de emendas parlamentares, impactando diretamente no início dos procedimentos licitatórios, considerando que o certame licitatório de obras só pode ser realizado com recursos disponíveis.
- Falta de engenheiros no quadro de pessoal dos campi.

3.6.2.5.5 AÇÕES FUTURAS

- Adequação da estrutura administrativa e atribuições da Proad, visando uma atuação sistêmica e coordenada com os departamentos de administração e planejamento dos campi.
- Realização de visitas/reuniões políticas visando a indicação de emendas parlamentares e/ou captação de recursos via Termo de Execução Descentralizada.

Tabela 38 - Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos).

Natureza de Despesa	Valores	Objetivo Estratégico	Meta Alcançada
Máquinas e equipamentos energéticos	R\$ 253.560,71	Desenvolver ações que garantam a sustentabilidade ambiental	Implantar programa de eficiência energética nas unidades
Coleções e materiais bibliográficos	R\$ 93.100,00	Fortalecer a política de expansão e atualização do acervo da biblioteca e ampliar sua atuação junto à comunidade	Aumentar a relação de exemplares por títulos das bibliografias em todos os níveis e modalidades de ensino
Equipamentos de tecnologia da informação e comunicação	R\$ 3.207.062,80	Ampliar e atualizar a infraestrutura material e lógica das TI	Melhorar a infraestrutura de TI das unidades
Aparelhos e equipamentos de laboratórios	R\$ 235.900,00	Buscar a eficiência econômico-financeira do Ifap	Aperfeiçoar o acompanhamento patrimonial e a aquisição de materiais nas unidades
Equipamentos condicionadores de ar (Centrais de Ar)	R\$ 1.908.456,21	Buscar a eficiência econômico-financeira do Ifap	Aperfeiçoar o acompanhamento patrimonial e a aquisição de materiais nas unidades
Obras em geral	R\$ 5.362.876,40	Construir e reformar com o fim de ampliação e manutenção	Aperfeiçoar o planejamento, execução e controle de construções e reformas para a ampliação e manutenção da infraestrutura física

Fonte: IFAP, 2022.

3.6.2.6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

3.6.2.6.1 CONFORMIDADE LEGAL

A fim de manter a conformidade legal, a Diretoria de Tecnologia da Informação do Ifap (Diti) aplica regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério da Economia, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), padrões internacionais para manutenção dos serviços de TI, além de seus normativos internos a fim de evoluir continuamente seus padrões referentes à acessibilidade, governança digital, segurança da informação, identidade visual, interoperabilidade, licitação e fiscalização de contratos. A Diti também atende à Instrução Normativa nº 1/2019, de 4 de abril de 2019, que dispõe sobre os procedimentos de contratação de soluções de TIC, garantindo que seja atendido o planejamento anteriormente definido.

3.6.2.6.2 MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

A governança de TIC do Ifap atende ao Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, mantendo um Comitê de Governança Digital para deliberar sobre os assuntos relativos à implementação das ações de governo digital e ao gerenciamento dos recursos de tecnologia da informação e comunicação, sendo este comitê composto pelo gestor máximo da instituição, um representante de cada unidade finalística e o gestor da unidade de tecnologia da informação.

A Diti também conta em sua estrutura organizacional com um Departamento de Governança de TIC, tendo como objetivo operacionalizar as demandas relacionadas à governança na área de tecnologia da informação.

Para o biênio 2022-2023, foi elaborado e aprovado o Plano Diretor de TIC (PDTIC), contendo metas e ações que norteiam a atuação da Diretoria de Tecnologia da Informação. O PDTIC 2022-2023 abrange todas as unidades/campi do Ifap e está alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

3.6.2.6.3 MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

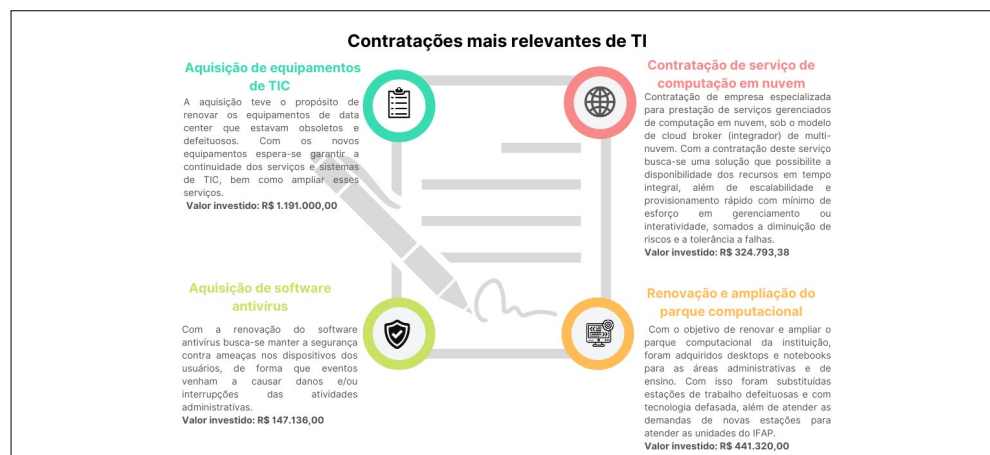
Tabela 39 - Montante de recursos aplicados em TI.

Grupo de Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago em RP
Custeio	R\$ 471.929,38	R\$ 147.136,00	R\$ 324.793,38
Investimento	-	-	-
Reestruturação	R\$ 1.632.320,00	R\$ 1.632.320,00	-

Fonte: Dados fornecidos pela Proad em 31/01/2022.

3.6.2.6.4 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

Figura 72 - Contratações mais relevantes em TI.

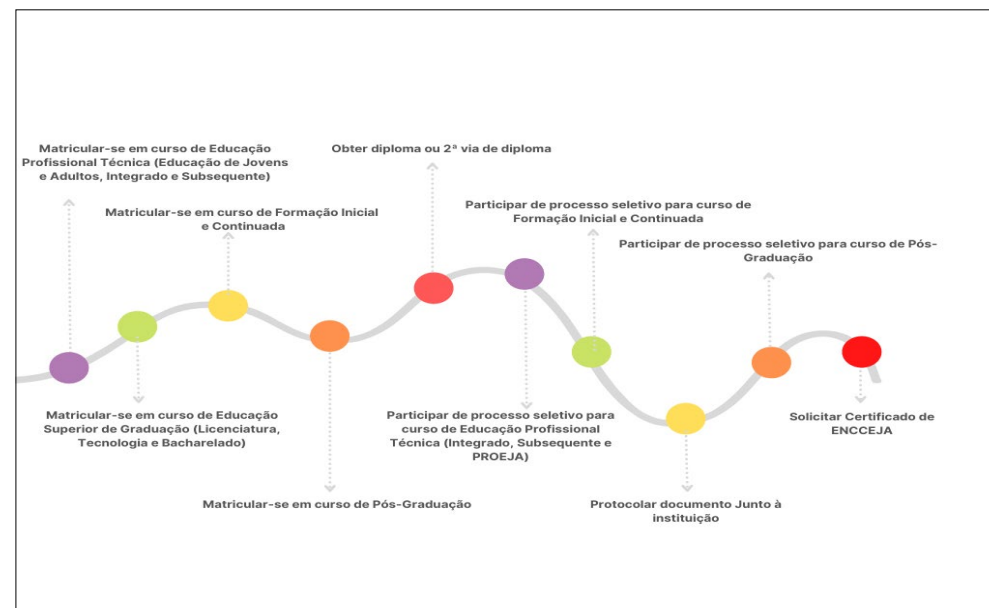


Fonte: IFAP, 2022.

3.6.2.6.5 PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR

A conclusão do Plano de Transformação Digital. Para manter o alinhamento estratégico junto à Estratégia de Governo Digital (EGD), o Ifap homologou junto à Secretaria de Governo Digital (SGD/ME) o seu plano de transformação digital, para que processos completamente presenciais e não automatizados possam ser realizados pelo cidadão por alternativas digitais. O plano de transformação digital do Ifap foi dividido em projetos de integração e projetos de transformação. Com a finalização do plano, foram entregues os seguintes serviços digitais para a comunidade:

Figura 73 - Serviços digitais do Plano de Transformação Digital.



Fonte: IFAP, 2022.

Outro projeto de grande relevância que teve início no ano de 2021 foi a implementação do Diploma Digital. Com ele é possível gerar, registrar, autenticar e preservar a versão digital de diplomas acadêmicos de graduação, em conformidade com as normas do MEC. A solução irá proporcionar uma modernização na emissão de diplomas, tornando o processo mais ágil e econômico, dispensando geração e arquivamento de documentos em papel, além

de reforçar a segurança para os registros, pois sua tecnologia pode coibir fraudes e irregularidades em diplomas e registros acadêmicos.

3.6.2.6.6 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A Diti conta em sua estrutura organizacional com uma Coordenação de Segurança da Informação (Cosegi), tendo como atribuição a elaboração de normas e políticas que visam fornecer diretrizes, responsabilidades, competências e apoio na implementação da Gestão de Segurança da Informação e Comunicações do Ifap. Ela busca assegurar a disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações e ainda normatizar o uso de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, aprimorando a qualidade, a eficiência e a segurança da informação, estipulando regras e orientações que objetivam direcionar um comportamento ético, profissional e seguro no modo de utilização dos recursos computacionais por parte dos usuários internos e externos à instituição. No ano de 2021, foram executadas algumas ações pela Cosegi com o intuito de manter a segurança dos serviços e sistemas de TIC.

Foi realizada uma campanha com a finalidade de conscientizar os usuários quanto ao tema de segurança, sendo divulgado um Guia Prático de Segurança da Informação para todos os usuários da instituição.

Outra ação foi a elaboração e aprovação do Regimento do Comitê de Segurança (CSI), contemplando suas atribuições, composição e funcionamento. Também foram atualizadas as políticas e normativos de TIC.

Demais ações executadas atenderam recomendações de órgãos superiores com o objetivo de prevenir/corrigir falhas de segurança nos sistemas e serviços de TIC.

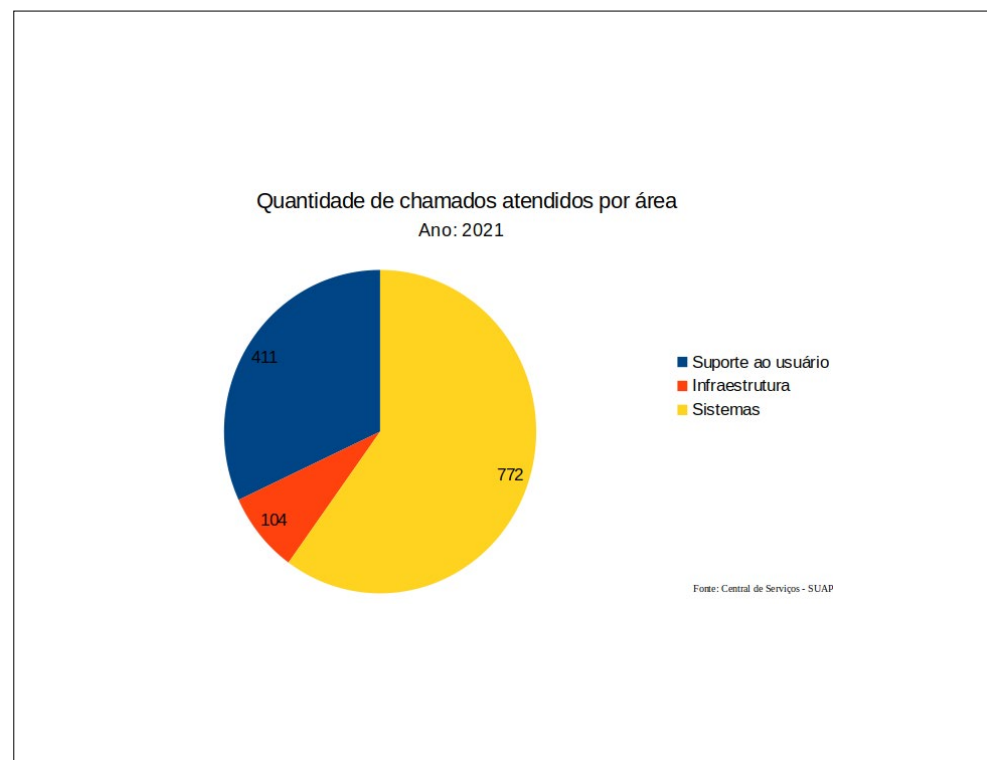
3.6.2.6.7 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Um dos principais desafios do ano de 2021 foi quanto à força de trabalho existente na Diti. Com o aumento das demandas por soluções de TI, o quantitativo de servidores atualmente lotados na Diti tornou-se insuficiente. Há várias exigências de órgãos superiores para implementações de soluções

tecnológicas a fim de cumprir atos normativos e/ou políticas de governo, além de demandas internas da instituição. Todas essas exigências tiveram impacto na rotina de trabalho. Somado a isso, ainda há uma perda de mão de obra por conta de servidores que buscam melhores salários em outros órgãos.

O gráfico abaixo apresenta o número de chamados atendidos pela Diti no ano de 2021, dividido por área:

Gráfico 18 - Quantidade de chamados atendidos por área.



Fonte: IFAP, 2022.

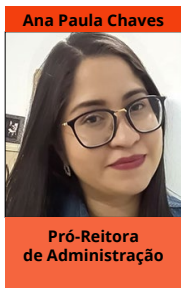
Como ação futura, busca-se aumentar a força de trabalho de TI, bem como promover a capacitação desses servidores para que sejam entregues soluções a contento. Também pretende-se implementar soluções tecnológicas e metodologias de trabalho que venham a facilitar e agilizar a entrega das demandas.

INFORMAÇÕES
ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E
CONTÁBEIS

CAPÍTULO 4

CAPÍTULO 4: INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.1 DECLARAÇÃO DA PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO



A Pró-Reitoria de Administração (Proad) tem como função apoiar as ações de planejamento, coordenação e acompanhamento das atividades e desempenhar políticas de administração e execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Nesse aspecto, é importante ressaltar que a instituição possui uma estrutura multicampi. A Proad atua como apoio e ajuda na integração das unidades gestoras do Ifap. Com isso, objetiva-se atender às metas estratégicas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional, no que tange à capacidade e à sustentabilidade financeira, com o objetivo, dentre outros, de atender à política de contenção de gastos. Contudo, a constante redução do orçamento anual, fenômeno que ocorre desde o exercício financeiro de 2016 e permanecendo no exercício 2021, trouxe uma maior responsabilidade de realizar estratégias administrativas e gerenciais em caráter intenso. A nossa missão enquanto instituição foi definir os critérios para a distribuição orçamentária interna, com atenção especial aos recursos de custeio, garantindo assim o funcionamento pleno de todas as unidades do Instituto Federal do Amapá.

Destarte, quanto aos recursos de investimento, o principal fator de interveniência direta no desempenho orçamentário foi ocasionado pelo estado de emergência de saúde pública de importância internacional de-

corrente do coronavírus (Covid-19), com início em março de 2020 e perdurando até a presente data, impactando diretamente na efetividade da execução do Ifap. Ainda assim, alinhado com as necessidades e prioridades acordadas com os diretores dos campi, foi possível ainda avançar, de modo que quase 100% do valor disponibilizado foi executado.

É importante ressaltar que o exercício de 2021 foi totalmente atípico, uma vez que desde março de 2020 até a presente data o Brasil encontra-se em estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). O estado do Amapá foi um dos estados mais afetados nacionalmente com essa crise de saúde pública, tendo como consequência, no âmbito do Ifap, da manutenção de suas atividades administrativas e de ensino preferencialmente de forma remota, tendo como consequência a diminuição de gastos com despesas referentes a serviços e materiais no exercício 2021, além da realização de algumas atividades que só podem ser realizadas de maneira presencial em tempo mais longo, como o recebimento e ateste de notas fiscais de materiais e serviços, considerando as medidas de distanciamento social e o cuidado para a não ocorrência de aglomerações de servidores e colaboradores nas unidades.

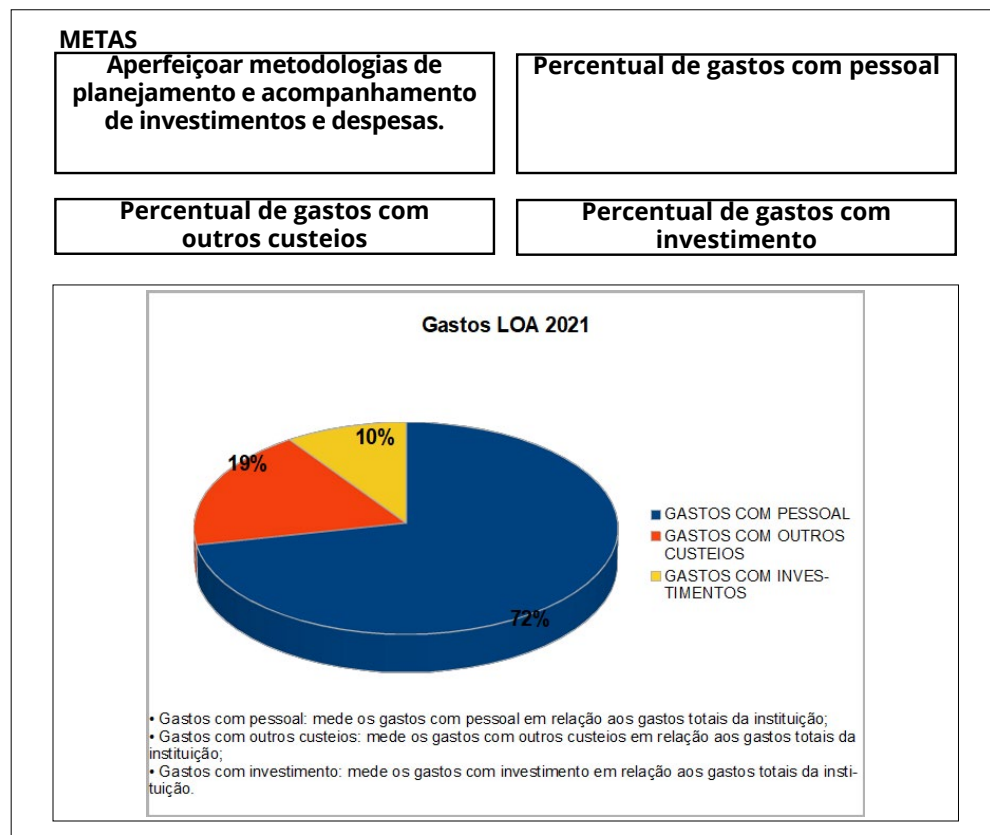
Por fim, o comprometimento com a instituição ocorre mediante a conformidade e a confiabilidade de gestão, fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública, em conjunto com mecanismos de gerenciamento interno.

4.2 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTÁRIAS

4.2.1 MACROPROCESSO: GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Objetivo Estratégico: Buscar a eficiência econômico-financeira do Ifap.

Gráfico 19 - Gastos LOA 2021.



Fonte: IFAP, 2022.

4.2.1.1 ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

4.2.1.1.1 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Manutenção da média de gastos com outros custeios e investimentos, mantendo a qualidade da execução orçamentária, de acordo com o planejado na LOA do Instituto.

4.2.1.1.2 IMPACTO OBSERVADO

Desde março de 2020 até a presente data, o Brasil encontra-se em estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). O Amapá foi um dos estados mais afetados nacionalmente com a pandemia do coronavírus, tendo como consequência, no âmbito do Ifap, a manutenção de suas atividades administrativas e de ensino preferencialmente de forma remota até final do exercício 2021.

Apesar do cenário apresentado, foi possível dar continuidade à execução orçamentária planejada através de mecanismos de planejamento, avaliação e controle das despesas de cada unidade gestora, através da gestão em rede colaborativa, solidária e sustentável entre as unidades.

4.2.1.1.3 CAUSAS OU IMPEDIMENTOS PARA ALCANCE DAS METAS

Apesar do crescimento dos gastos com investimento, este só foi possível através de indicação de emenda de bancada de investimento, uma vez que houve redução significativa de custeio e investimento na LOA 2021, em relação ao exercício anterior, nas ações de funcionamento.

4.2.1.1.4 MEDIDAS TOMADAS PARA ENFRENTAMENTO

Constituição de grupo de trabalho para redefinição de valores de referência a serem buscados.

4.2.1.1.5 RISCOS IDENTIFICADOS

Tendência de crescimento dos gastos com pessoal, não sendo acompanhado de aumento de destinação ao Instituto de recursos de pessoal.

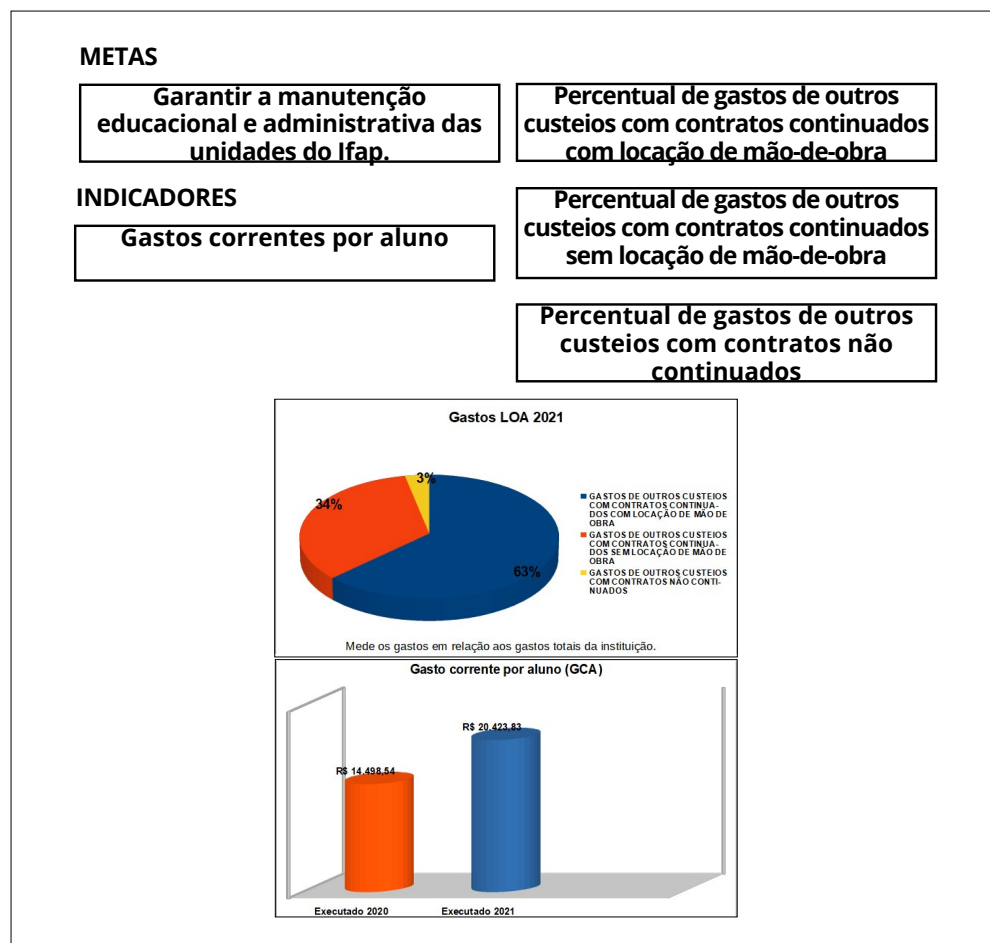
4.2.1.1.6 DESAFIOS FUTUROS

Crescimento do número de alunos matriculados, mantendo-se o quantitativo de profissionais, mantendo proximidade do indicador com sua meta.

4.2.2 MACROPROCESSO: GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Objetivo Estratégico: Buscar a eficiência econômico-financeira do Ifap.

Gráfico 20 - Gastos LOA 2021.



Fonte: IFAP, 2022.

4.2.2.1 ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

4.2.2.1.1 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

- Diminuição dos gastos de outros custeios com contratos continuados com locação de mão de obra.
- Diminuição dos gastos de outros custeios com contratos não continuados.
- Diminuição dos gastos com contratos continuados sem locação de mão de obra.

4.2.2.1.2 IMPACTO OBSERVADO

Alcance das metas previstas para outros custeios.

4.2.2.1.3 CAUSAS OU IMPEDIMENTOS PARA ALCANCE DAS METAS

- Diminuição dos custos com serviços continuados sem locação de mão de obra e serviços não continuados, em decorrência de as atividades estarem predominantemente de forma remota no exercício 2021.
- Diminuição do número de alunos matriculados no exercício 2021.

4.2.2.1.4 MEDIDAS TOMADAS PARA ENFRENTAMENTO

- Busca pelo aumento de alunos matriculados.
- Revisão dos custos dos contratos atuais, buscando a manutenção da diminuição de despesas com o retorno presencial em 2022.

4.2.2.1.5 RISCOS IDENTIFICADOS

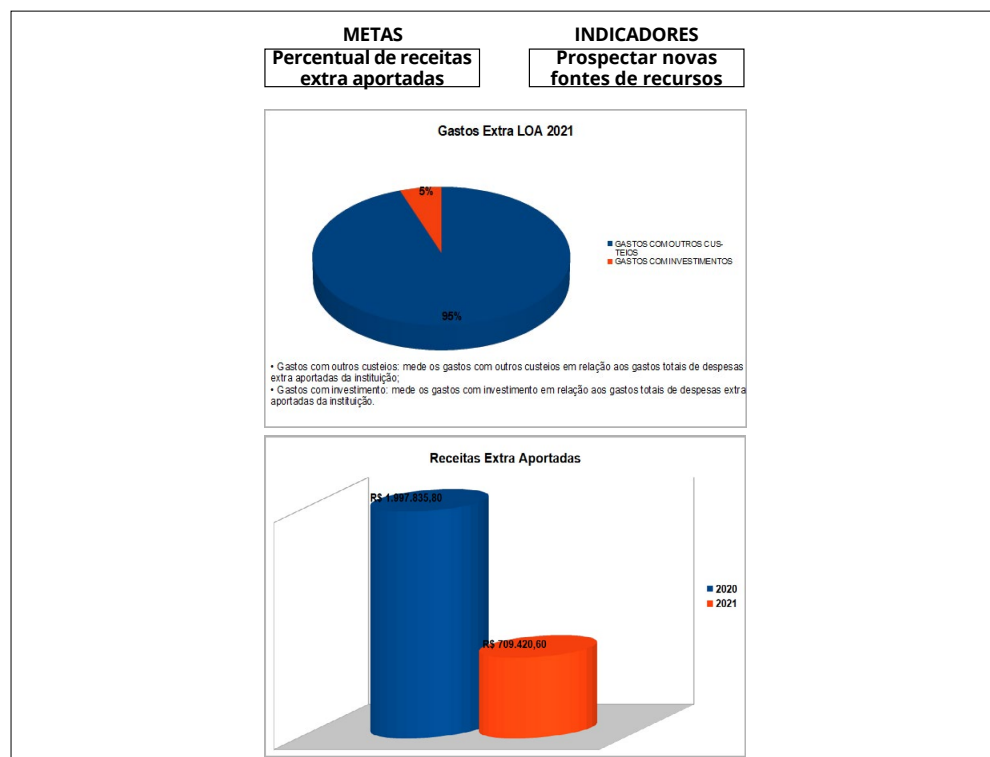
Não alcance da sustentabilidade orçamentária e financeira desejada em função da diminuição de alunos matriculados, impactando no recebimento de recursos no exercício seguinte.

4.2.2.1.6 DESAFIOS FUTUROS

- Crescimento do número de alunos matriculados, mantendo-se o quantitativo de profissionais, garantindo a proximidade do indicador com sua meta.
- Revisão das despesas institucionais, sem perder a qualidade na prestação dos serviços ofertados.
- Planejamento de despesas buscando a sustentabilidade orçamentária e financeira.

4.2.3 MACROPROCESSO: GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA OBJETIVO ESTRATÉGICO: BUSCAR A EFICIÊNCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA DO IFAP.

Gráfico 21 - Gastos extra LOA 2021 e Receitas extra aportadas.



Fonte: IFAP, 2022.

4.2.3.1 ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

4.2.3.1.1 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Recebimento de recursos através de Termo de Execução Descentralizada via Setec, Capes, FNDE (MEC) e através de programas de outros ministérios.

4.2.3.1.2 IMPACTO OBSERVADO

- Aquisição de materiais permanentes planejados no PDI 2019-2023.
- Execução de programas e projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

4.2.3.1.3 CAUSAS OU IMPEDIMENTOS PARA ALCANCE DAS METAS

- Realização, pela Pró-Reitoria de Administração, em conjunto com as unidades administrativas, de planejamento prévio e elaboração de lista de prioridades de materiais permanentes, obras e serviços, com o intuito de solicitar junto à Setec o envio de recursos através de Termo de Execução Descentralizada (TED) para as aquisições e contratações que não puderem ser contempladas apenas com os recursos provenientes da Lei Orçamentária Anual do Instituto.
- Realização, pelas demais pró-reitorias e unidades administrativas, de planejamento prévio e elaboração de projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, com o intuito de solicitar junto à Setec, ao FNDE, à Capes (MEC) e a outros ministérios o envio de recursos através de Termo de Execução Descentralizada (TED) para execução de programas e projetos que não puderem ser executados apenas com recursos provenientes da Lei Orçamentária Anual do Instituto.

4.2.3.1.4 MEDIDAS TOMADAS PARA ENFRENTAMENTO

- Planejamento prévio de futuras aquisições e contratações e elaboração antecipada dos projetos das obras constantes no Plano de Infraestrutura do Instituto.
- Planejamento e elaboração prévia de projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

4.2.3.1.5 RISCOS IDENTIFICADOS

- Prazo curto para a elaboração e inclusão de Plano de Trabalho e demais documentos necessários junto à Plataforma + Brasil (no caso dos TEDs do MEC) e/ou cadastro em programas de outros ministérios.
- Deficiência de pessoal capacitado para operacionalização da Plataforma + Brasil.

4.2.3.1.6 DESAFIOS FUTUROS

- Capacitação de mais servidores para operacionalização da Plataforma + Brasil para um melhor acompanhamento das etapas de execução dos TEDs.
- Realização de visitas/reuniões políticas visando a captação de recursos via Termo de Execução Descentralizada.

4.2.4 MACROPROCESSO: GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS

Objetivo Estratégico: Buscar a eficiência econômico-financeira do Ifap.

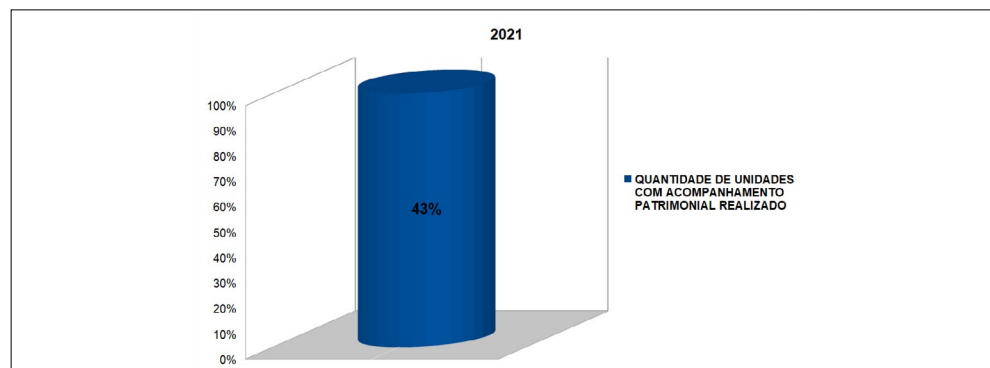
METAS

Aperfeiçoar o acompanhamento patrimonial e a aquisição de materiais das unidades.

INDICADORES

Percentual de unidades com acompanhamento patrimonial realizado.

Gráfico 22 - Quantidade de unidades com acompanhamento patrimonial realizado.



Fonte: IFAP, 2022.

4.2.4.1 ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS

4.2.4.1.1 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Realização de acompanhamento patrimonial em três das sete unidades do Instituto.

4.2.4.1.2 IMPACTO OBSERVADO

Diminuição do controle patrimonial nos ambientes educacionais e administrativos.

4.2.4.1.3 CAUSAS OU IMPEDIMENTOS PARA ALCANCE DAS METAS

Para o cumprimento dos objetivos pelo Instituto, é utilizado o sistema Suap e realizados pelas unidades administrativas os inventários patrimoniais eventuais antes da realização do inventário anual propriamente dito, ação denominada pelo Ifap de “Bem-Contado”, com a colaboração de todos os servidores e dos responsáveis pelos setores de patrimônio de cada unidade administrativa.

No entanto, no exercício 2021, em decorrência da pandemia do coronavírus, houve dificuldade nas unidades de finalização do relatório final de inventário. Das sete unidades do Instituto, três concluíram o relatório final e quatro finalizaram a contagem patrimonial. No entanto, resta a conclusão do relatório final.

Com a pandemia, houve dificuldade de finalização dos processos de inventário em tempo hábil, considerando as medidas de distanciamento social e cuidado para a não ocorrência de aglomeração de pessoas nas unidades pelo risco de contaminação entre servidores e colaboradores.

4.2.4.1.4 MEDIDAS TOMADAS PARA ENFRENTAMENTO

- Os bens patrimoniais do Instituto são, via de regra, tombados e registrados no Suap, garantindo o acompanhamento e a fiscalização da carga patrimonial do Instituto.
- Fluxo interno estabelecido de registro de bens no Suap e Siafi.

4.2.4.1.5 RISCOS IDENTIFICADOS

- Quantidade reduzida de servidores nos campi lotados no setor de patrimônio (em média um servidor por campus), reduzindo com isso a eficiência na realização dos inventários eventuais e anual, ocasionando também na centralização de algumas atividades na Reitoria, como o cadastro de todos os bens permanentes via Suap.
- Falta de aderência de alguns servidores que possuem bens em sua carga patrimonial à realização dos inventários eventuais, dificultando a conclusão em tempo hábil das referidas ações.
- Movimentações de bens entre setores/unidades sem o devido registro via Suap e Siafi.
- Aumento do número de bens inservíveis.

4.2.4.1.6 DESAFIOS FUTUROS

- Necessidade de realocação de novos servidores nos setores de patrimônio com deficiência de pessoal.
- Conscientização de servidores sobre a importância da realização dos inventários eventuais e movimentação de bens via Suap para a eficácia da realização do inventário anual.
- Que cada unidade intensifique os processos de desfazimento de bens, conforme Manual de Desfazimento de Bens do Ifap.

4.3 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá é uma instituição de ensino superior e técnico brasileiro, sediada no estado do Amapá. O instituto foi criado em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892, mediante a transformação da Escola Técnica Federal do Amapá. Esse órgão foi estabelecido na forma de autarquia vinculada ao Ministério da Educação, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparada às universidades federais. Sua missão é oferecer de forma gratuita ensino, pesquisa e extensão no âmbito da educação profissional, superior e pós-graduação para formar pessoas para o trabalho e para o exercício da cidadania. Sua Reitoria está instalada na BR 210 km 03, no bairro Brasil Novo, na cidade de Macapá, estado do Amapá e, atualmente, possui campi nos municípios de Macapá, Santana, Laranjal do Jari, Porto Grande, além de um Campus Avançado em Oiapoque e um Centro EaD em Pedra Branca do Amapari.

4.3.1 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis (DCON) foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP-7ª edição) e o Manual Siafi.

As Demonstrações Contábeis foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e tiveram como escopo as informações consolidadas em nível de órgão,

ou seja, engloba as contas do Instituto Federal do Amapá, a saber: Reitoria e campi Macapá, Laranjal do Jari, Porto Grande e Santana.

A estrutura e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as demonstrações são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP)
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- III. Balanço Orçamentário (BO)
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual Siafi.

• **Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras** – A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

• **Caixa e equivalentes de caixa** – Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

• **Depósitos Restituíveis** – são os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico.

• **Créditos a curto prazo** – Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: transferências concedidas; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original.

• **Estoques** – Compreendem o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

• **Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

• **Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

• **Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis** – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet, e para

os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor que um mês.

• **Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet** – O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

• **Reavaliação, redução ao valor recuperável** – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade.

• **Passivos circulantes e não circulantes** – As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a

pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes; provisões; e demais obrigações.

• **Provisões** – As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo.

• **Benefícios a empregados** – Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.

• **Ativos e Passivos Contingentes** – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controle e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

• **Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

i. **Resultado Patrimonial** na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.

ii. **No Balanço Orçamentário** é apurado o Resultado Orçamentário o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e, caso contrário, um Déficit Orçamentário.

iii. **No Balanço Financeiro** ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro, caso contrário, um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

4.3.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas do Instituto Federal do Amapá. A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada de acordo com os procedimentos descritos no Manual Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira). Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no Siafi, que é o sistema do Governo Federal em que são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do ministério.
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do ministério no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.

- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

Quadro 5 - Declaração do Contador.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Instituto Federal do Amapá (Ifap).			
Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.			
As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:			
a) Saldo alongado em contas do passivo referente a pagamentos de exercícios anteriores que continuam aguardando regularização ou desbloqueio judicial.			
b) Índícios de saldo alongado nas contas de Restos a Pagar não processados, por existir empenhos não executados durante o exercício, não justificados até a presente data.			
c) Falta de registro de conformidade de gestão por meses consecutivos no Campus Porto Grande, não justificado até o momento.			
d) Ausência de conformidade contábil no Campus Macapá.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Macapá-AP	Data	31 de janeiro de 2021
Contador Responsável	Fabírcia Gonçalves Silva	CRC nº	AP-002099/O-9

4.3.3 NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Ativo do IFAP é formado 74,66% pelo imobilizado e 12,92% pelos Créditos a Curto Prazo, enquanto seu Passivo é 27,75% por Demais Obrigações a Curto Prazo e 63,44% pelo Resultado de Exercícios Anteriores acumulados do PL.

Tabela 40 - Nota explicativa do balanço patrimonial.

ATIVO			A.H.	A.V.
ESPECIFICAÇÃO	2020	2021		
ATIVO CIRCULANTE	23.944.162,21	23.204.065,91	-3,09	25,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.709.786,81	10.200.056,12	17,11	10,99
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	14.358.609,76	11.992.200,66	-16,48	12,92
Estoques	875.765,64	1.011.809,13	-16,48	12,92
ATIVO NÃO CIRCULANTE	63.857.520,21	69.618.190,87	9,02	75,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.750,00	6.750,00	0,00	0,01
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	6.750,00	6.750,00	0,00	0,01
Imobilizado	63.667.360,81	69.301.023,07	8,85	74,66
Bens Móveis	27.241.786,61	31.630.828,62	16,11	34,08
Bens Móveis	47.839.717,22	57.967.847,35	21,17	62,45
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-20.597.930,61	-26.337.018,73	27,86	-28,37
Bens Imóveis	36.425.574,20	37.670.194,45	3,42	40,58
Bens Imóveis	36.722.316,44	38.005.332,38	3,49	40,94
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-296.742,24	-335.137,93	12,94	-0,36
Intangível	183.409,40	310.417,80	69,25	0,33
Softwares	183.409,40	310.417,80	69,25	0,33
Softwares	192.975,40	324.575,40	68,19	0,35
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-9.566,00	-14.157,60	48,00	-0,02
TOTAL DO ATIVO	87.801.682,42	92.822.256,78	5,72	100,00
PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	A.H.	A.V.
PASSIVO CIRCULANTE	28.917.761,57	37.804.292,45	30,73	40,73
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4.510.100,39	8.013.304,70	77,67	8,63
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	970.397,40	4.034.588,05	315,77	4,35
Demais Obrigações a Curto Prazo	23.437.263,78	25.756.399,70	9,89	27,75
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	58.883.920,85	55.017.964,33	-6,56	59,27
Resultado do Exercício	6.128.025,25	-3.202.298,19	-152,26	-3,45
Resultados de Exercícios Anteriores	52.757.582,26	58.883.920,85	11,61	63,44
Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.686,66	-663.658,33	39247,49	-0,71
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	87.801.682,42	92.822.256,78	5,72	100,00

Ao compararmos o Ativo de 2021 com o exercício anterior, percebemos um aumento de 69,25% no Intangível devido à aquisição de novos softwares pelo Campus Santana.

No passivo percebemos um aumento de 315,77% no Fornecedores e Contas a Pagar a curto prazo comparando com exercício anterior. Isso ocorreu principalmente por conta do atraso no repasse financeiro de TEDs e emendas, sendo que alguns pagamentos aguardam há mais de um ano o envio de recursos pelo MEC. Também houve uma variação 39.2487,49% em ajustes de Exercícios Anteriores referente ao lançamento de depreciação acumulada do Campus Porto Grande (UG 155941).

4.3.3.1 IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição e construção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição e construção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2021, o Órgão apresentou um saldo de R\$ 69.301.023,07 relacionado a imobilizado. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o exercício atual e anterior.

Tabela 41 - Imobilizado - composição.

Imobilizado – Composição	31/12/2021	31/12/2020	AH%
Bens Móveis	31.630.828,62	27.241.786,61	16,11
(+) Valor Bruto Contábil	57.967.847,35	47.839.717,22	21,17
(-) Depreciação/Amortização Acum. de Bens Móveis	(17.751.883,93)	(20.597.930,61)	(27,86)
Bens Imóveis	37.670.194,45	36.425.574,20	3,42
(+) Valor Bruto Contábil	38.005.332,38	36.722.316,44	3,49
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(335.137,93)	(296.742,24)	(12,94)
Total	69.301.023,07	63.667.360,81	8,85

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

4.3.3.1.1 BENS MÓVEIS

Os Bens Móveis do Órgão 26426 em 31/12/2021 totalizavam R\$ 31.630.828,62 líquidos e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 42 - Bens Móveis - Composição.

Bens Móveis – Composição	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	25.051.214,61	17.121.086,50	46,32
Bens de Informática	14.829.560,42	12.940.097,39	14,60
Móveis e Utensílios	10.564.429,19	10.516.336,34	0,46
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.516.995,04	3.309.884,79	6,26
Veículos	3.745.901,91	3.745.937,46	0,00
Semoventes	27.301,00	27.301,00	0,00
Demais Bens Móveis	232.445,18	179.073,74	29,80
Depreciação / Amortização Acumulada	(26.337.018,73)	(20.597.930,61)	(27,86)
Total	31.630.828,62	27.241.786,61	16,11

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

O aumento expressivo está em máquinas e equipamentos, com aumento de 46,32% por conta do investimento em sistema fotovoltaico de geração de energia. O índice de 29,80% em Demais Bens Móveis ocorreu pelo fato do Campus não ter realizado recebimento dos bens móveis transferidos para ele, ficando em trânsito.

4.3.3.1.2 BENS IMÓVEIS

Os Bens Imóveis do Órgão em 31/12/2021 totalizavam R\$ 37.670.194,45 e estão distribuídos conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 43 - Bens Imóveis.

Bens Imóveis – Composição.	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Bens de Uso Especial	29.884.102,61	29.884.102,61	0,00
Bens Imóveis em Andamento	8.121.229,77	6.838.213,83	18,76
Depreciação / Amortização Acumulada	(335.137,93)	(296.742,24)	12,94
Total	37.670.194,45	36.425.574,20	3,42

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

Em síntese, os bens de uso especial são compostos em sua totalidade por Imóveis de Uso Educacional. Ocorreu aumento em Bens Imóveis em Andamento referente a obras nos campi Porto Grande, Santana e Macapá, executadas quase em sua totalidade com recursos de emenda.

4.3.3.1.3 REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

4.3.3.1.4 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES REALIZADOS EM CONTRAPARTIDA NO IMOBILIZADO

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

O Campus Porto Grande realizou lançamentos de depreciação acu-

mulada de exercícios anteriores que não estavam sendo realizados conforme informado em relatórios anteriores e na conformidade contábil do Órgão.

4.3.3.2 INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis, e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2021, o Órgão 26426 apresentou um saldo de R\$ 310.417,80 relacionado a intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para o exercício atual e anterior.

Tabela 44 - Intangível - composição.

Intangível – Composição	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Software com Vida Útil Indefinida	310.800,80	179.200,40	73,44
Software com Vida Útil Definida	13.775,00	13.775,00	0,00
Amortização Acumulada	(14.157,60)	(9.566,00)	(48,00)
Total	310.417,80	183.409,40	69,25

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

Houve aquisição de novos softwares com vida útil indefinida no valor de R\$ 131.600,00 pelo Campus Santana, aumentando em 73,44% esta conta.

4.3.3.2.1 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – IMPAIRMENT

O Órgão 26426 avalia os ativos do intangível quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

4.3.3.3 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Em 31/12/2021, o Órgão possuía um saldo de R\$ 12.509.623,58 referentes às obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no próximo exercício. Tais obrigações são compostas exclusivamente por contratos da natureza de serviços.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2021.

Tabela 45 - Obrigações Contratuais - Por UG Contratante.

Obrigações Contratuais – Por UG Contratante.	31/12/2021	AV (%)
INSTITUTO FED DO AMAPÁ – SANTANA	1.840.536,33	14,71
INSTITUTO FED DO AP CAMPUS AGRIC PORTO GRANDE	836.419,70	6,69
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA	5.461.694,11	43,66
INST.FED. DO AMAPÁ - CAMPUS MACAPÁ	2.978.431,83	23,81
INST.FED.DO AMAPA - CAMPUS LARANJAL JARI	1.392.541,61	11,13
Total	12.509.623,58	100,00

Fonte: SIAFI, 2021

A Reitoria possui 43,66% dos contratos, pois os serviços continuados estão sendo centralizados nela.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os dez contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2021.

Tabela 46 - Obrigações Contratuais - Por Contratado

Obrigações Contratuais – Por Contratado.	31/12/2021	AV (%)
A) E. S. NUNES COMERCIO E SERVICOS EIRELI	2.530.497,59	20,23
B) ELITE SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	1.532.876,91	12,25
C) VOLUS TECNOLOGIA E GESTAO DE BENEFICIOS LTDA	1.194.597,33	9,55
D) DF TURISMO E EVENTOS LTDA	708.345,55	5,66
E) CONAMA CONSTRUÇÕES AMAPAENSE EIRELI	682.940,63	5,46
F) M C SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA	634.069,24	5,07
G) JOELSON PIMENTEL DOS SANTOS	475.327,29	3,80
H) L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA	436.567,15	3,49
I) GIBSON & REGIO LTDA	392.391,96	3,14
J) SERVICELINE COMERCIO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	356.195,59	2,85
Demais	8.943.809,24	28,50
Total	12.509.623,58	100,00

Fonte: SIAFI, 2021

Em relação aos contratados A, B, C e D, eles representam 47,69% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

Contratado A: manutenção predial nos *campi*;

Contratado B: Serviços de vigilância;

Contratado C: Administradora do cartão de combustível e manutenção de veículos;

Contratado D: Serviço de agenciamentos de passagens aéreas.

4.3.3.4 FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31/12/2021, o Órgão apresentou um saldo em aberto de R\$ 4.034.588,05 relacionado a fornecedores e contas a pagar, sendo o seu total de obrigações a curto prazo de credores nacionais.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2021.

Tabela 47 - Fornecedores e contas a pagar - Por UG Contratante.

Fornecedores e Contas a Pagar – Por UG Contratante.	31/12/2021	AV (%)
155592 INSTITUTO FED DO AMAPÁ – SANTANA	211.956,11	5,25
155941 INSTITUTO FED DO AP CAMPUS AGRIC PORTO GRANDE	93.084,23	2,31
158150 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA	3.431.243,59	85,05
158159 INST.FED. DO AMAPÁ - CAMPUS MACAPÁ	197.856,19	4,90
158160 INST.FED.DO AMAPA - CAMPUS LARANJAL JARI	100.447,93	,49
Total	4.034.588,05	100,00

Fonte: SIAFI, 2021

A unidade gestora 158150 tem maior valor por conta da apropriação de pagamento de fornecedores, que deve ser realizado através de recurso de emenda.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os três fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2021.

Tabela 48 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor.

Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.	31/12/2021	AV (%)
ITP INDÚSTRIA, COMERCIO E SERVICOS DE TUBOS & PERFIS	2.655.971,50	65,83
E. S. NUNES COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI	523.284,04	12,97
CONAMA CONSTRUCOES AMAPAENSE LTDA	257.728,84	6,39
FUNDAÇÃO UNIVERSACONSTRAP EIRELI	238.200,77	5,90
Demais	359.402,90	8,91
Total	4.034.588,05	100,00

Fonte: SIAFI, 2021

Os principais valores do grupo fornecedor e contas a pagar se referem aos fornecedores:

- ITP INDÚSTRIA, COMERCIO E SERVICOS DE TUBOS & PERFIS, da qual realizamos aquisição de salas modulares para o *Campus* Macapá que serão pagas através de emenda parlamentar.
- E. S. NUNES COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, referente à manutenção predial nos *campi* Santana, Macapá e Laranjal do Jari.
- CONAMA CONSTRUCOES AMAPAENSE LTDA, prestadora de serviços de limpeza.
- FUNDAÇÃO UNIVERSACONSTRAP EIRELI, que se encontra parado por determinação judicial.

4.3.4 NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

4.3.4.1 RECEITA

No quarto trimestre de 2021, as receitas realizadas (arrecadadas) atingiram o montante de R\$ 73.730,00, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o total de R\$ 115.886.925,73, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 115.813.195,73. Isso se dá pelo fato de o órgão depender de repasses financeiros do órgão superior.

Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Fi-

nanceiro e identificar nos itens dos Ingressos (Receitas Orçamentárias) + (Transferências Financeiras Recebidas – resultantes da execução orçamentária) que correspondem à contrapartida dos créditos orçamentários recebidos no decorrer do exercício.

Tabela 49 - Receitas.

Receitas	Previsão	Arrecadação	AH%
Receitas Patrimoniais	5.908,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	1.571,00	73.730,00	4693,19
Receita de Capital	55.653.591,00	0,00	0,00
	55.661.070,00	73.730,00	0,13

Fonte: SIAFI, 2021

As receitas arrecadadas são formadas 100% por receitas correntes de serviços de processos seletivos e taxas administrativas, em que sua arrecadação foi subestimada devido à suspensão das atividades presenciais por conta da pandemia. Estava prevista Receita de Capital com operações de crédito interno, porém não foi realizada devido à pandemia.

4.3.4.2 DESPESAS

No conjunto da execução no âmbito do Ifap, o total das despesas empenhadas de R\$ 115.886.925,73 corresponderam a 97,94% do total da Dotação Atualizada, que foi de R\$ 118.327.397,00.

Tabela 50 - Despesas.

Despesas	Dotação Atualizada	Empenhado	A.H.
Pessoal e Encargos Sociais	83.914.111,00	83.069.101,02	98,99
Outras Despesas Correntes	22.881.025,00	21.538.043,25	97,81
Investimentos	11.532.261,00	11.279.781,46	94,13
Total	118.327.397,00	115.886.925,73	97,94

Fonte: SIAFI, 2021

Do total de despesas empenhadas, 71,68% foi com Pessoal e Encargos, seguido por Outras Despesas Correntes com 18,58% e Investimentos com 9,73%.

Parte da execução das despesas é realizada com descentralizações orçamentárias recebidas de outros Órgãos, geralmente através de Termos de Execução Descentralizados.

Tabela 51 - Descentralizações.

Unidade Orçamentária	Descentralizações Recebidas	Descentralização Empenhada
ENAP	5.600,54	5.600,54
FNDE	561.600,00	561.600,00
FUNAI	2.800,26	2.800,26
Ministério da Cidadania	56.619,80	56.619,80
Ministério dos Direitos Humanos	82.800,00	82.800,00
Total	709.420,60	709.420,60

Fonte: SIAFI, 2021

Na planilha acima podemos observar os valores recebidos de outros Órgãos empenhados pelo Ifap. Somada a dotação atualizada com o valor recebido por descentralização temos o total R\$ 119.327.397,00, resultando numa execução orçamentária de 97,35% ao comparar com o total empenhado de R\$ 115.886.925,73. Além disso, realizamos movimentação orçamentária para outras unidades: 10 mil para o Instituto Federal de Brasília e 864 mil para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Tabela 52 - Despesas, Empenhado, Liquidado e Pago.

Despesas	Empenhado	Liquidado	Pago
Pessoal e Encargos Sociais	83.069.101,02	80.891.121,42	74.525.477,63
Outras Despesas Correntes	21.538.043,25	10.942.841,01	9.987.054,06
Investimentos	11.279.781,46	1.506.863,14	1.404.084,59
Total	115.886.925,73	93.340.825,57	85.916.616,28

Fonte: SIAFI, 2021

Do total empenhado, 25,86% (R\$ 29.970.309,45) passou para o exercício seguinte como restos a pagar, sendo 19,46% como Restos a Pagar não Processados (R\$ 22.546.100,16) e 6,41% como Restos a Pagar Processados (R\$ 7.424.209,29). Os restos a pagar processados são em sua maioria correspondentes à folha de pagamento, pois esta é paga no primeiro dia útil do mês seguinte.

4.3.4.3 RESTOS A PAGAR

O Restos a Pagar é composto pelos processados e não processados. Conforme tabela a seguir, houve um aumento de 21,55% comparado aos RP de 2020.

Tabela 53 - Restos a pagar.

Restos a Pagar – Composição	31/12/2021	31/12/2020	AH%
Restos a Pagar Não Processados	52.106.115,23	41.385.597,85	25,90
Restos a Pagar Processados	15.219.031,72	14.001.159,92	8,70
Total	67.325.146,95	55.386.757,77	21,55

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

Os Restos a Pagar Processados a pagar são de exercícios anteriores, existe uma parte que está aguardando autorização judicial para liberar e o restante está pendente de regularização para realizarmos o pagamento ou dar baixa. A parte de RP Processados inscritos no exercício são referentes às despesas liquidadas na última semana de dezembro, quase sua totalidade é da folha de pagamento de dezembro de 2021, pois esta é paga no primeiro dia útil de janeiro do ano seguinte.

Tabela 54 - Execução de restos a pagar processados.

Execução de Restos a Pagar Processados	31/12/2021	31/12/2020	AH%
RP PROCESSADOS A PAGAR	797.649,54	1.553.450,80	-48,65
RP PROCESSADOS PAGOS	6.997.172,89	6.587.452,31	6,22
RP PROCESSADOS CANCELADOS	0	4.163,04	-100
RP PROCESSADOS – INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	7.424.209,29	5.856.093,77	26,78
Total	15.219.031,72	14.001.159,92	8,70

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

O Restos a Pagar Não Processados a Liquidar encontra-se alongado, tendo em vista que existem empenhos que não foram executados durante o exercício por conta da pandemia. Os Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar são referentes a valores que estão aguardando repasses financeiros da EMENDA para realizarmos os pagamentos.

Tabela 55 - Execução de restos a pagar não processados.

Execução de Restos a Pagar Não Processados	31/12/2021	31/12/2020	AH%
RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	10.635.207,34	8.064.613,83	31,87
RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	3.279.924,17	385.277,86	751,31
RP NAO PROCESSADOS PAGO	13.980.712,24	10.490.182,31	33,27
RP NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	1.664.171,32	950.122,61	75,15
RPNP A LIQUIDAR – INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	22.546.100,16	21.495.401,24	4,89
Total	52.106.115,23	41.385.597,85	25,90

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

Ocorreu aumento de 25,90% na inscrição de Restos a Pagar não Processados para o ano de 2021, por conta do aguardo de repasse de emenda e da paralisação de obras e serviços continuados na pandemia.

4.3.5 NOTA EXPLICATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

No 4º trimestre de 2021, o Ifap apresentou um resultado patrimonial negativo de R\$ 3.202.298,19. As variações patrimoniais aumentativas são formadas 96,73% de transferências intragovernamentais e, as diminutivas, com remuneração a pessoal e encargos com 72,37%.

Tabela 56 - Variações patrimoniais quantitativas.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2020	2021	A.H.	A.V.
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	123.329.081,26	120.905.202,89	(1,97)	100,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	7.053,38	73.730,00	945,31	0,06
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	7.053,38	73.730,00	945,31	0,06
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	133,18	0,00	(100,00)	0,00
Juros e Encargos de Mora	133,18	0,00	100,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	120.707.698,58	120.583.531,30	(0,10)	99,73
Transferências Intragovernamentais	118.716.133,69	120.582.397,23	1,57	99,73
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.991.564,89	1.134,07	(99,94)	0,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.598.227,54	239.791,59	(90,77)	0,20
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.598.227,54	239.791,59	(90,77)	0,20
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	15.968,58	8.150,00	(48,96)	0,01
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	15.968,58	8.150,00	(48,96)	0,01
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	117.201.056,01	124.107.501,08	5,89	100,00
Pessoal e Encargos	78.231.790,72	89.818.294,71	14,81	72,37
Remuneração a Pessoal	61.404.532,46	72.817.831,22	18,59	58,67
Encargos Patronais	12.175.708,31	12.629.098,24	3,72	10,18
Benefícios a Pessoal	4.651.549,95	4.371.365,25	(6,02)	3,52
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.188.075,11	605.385,00	(72,33)	0,49
Aposentadorias e Reformas	1.606.088,31	0,00	(100,00)	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	581.986,80	605.385,00	4,02	0,49
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	12.817.821,73	15.784.634,15	23,15	12,72
Uso de Material de Consumo	703.916,12	532.534,40	(24,35)	0,43
Serviços	9.211.185,26	10.035.527,98	8,95	8,09
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.902.720,35	5.216.571,77	79,71	4,20
Transferências e Delegações Concedidas	18.630.141,94	13.064.384,25	(29,88)	10,53
Transferências Intragovernamentais	16.615.934,65	13.043.645,18	(21,50)	10,51
Transferências a Instituições Privadas	23.048,00	19.605,00	(14,94)	0,02
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.991.159,29	1.134,07	(99,94)	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.815.825,72	2.465.824,29	(12,43)	1,99
Perdas Involuntárias	7.605,00	0,00	(100,00)	0,00
Incorporação de Passivos	2.808.220,72	2.465.824,29	(12,19)	1,99
Tributárias	97.468,49	8.486,72	(91,29)	0,01
Contribuições	97.468,49	8.486,72	(91,29)	0,01
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.419.932,30	2.360.491,96	(2,46)	1,90
Premiações	3.933,20	0,00	(100,00)	0,00
Incentivos	2.415.814,10	2.360.301,96	2,30	1,90
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	185,00	190,00	2,70	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	6.128.025,25	(3.202.298,19)	(152,26)	

Na VPA houve aumento de 945,31% na Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos ocorrida pelo retorno dos concursos e processos seletivos realizados no ano de 2021 que não foram realizados no exercício anterior por conta da pandemia. Na VPD ocorreu redução em 72,33% nas despesas com benefícios previdenciários e assistenciais pela baixa de décimo terceiro salário, também podemos destacar o aumento de 79,71% em depreciações, devido ao lançamento de ajustes de valores de exercícios anteriores realizados no Campus Porto Grande que foram observados no Balanço Patrimonial.

4.3.6 NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO FINANCEIRO

O Ifap passou para o exercício seguinte com saldo de R\$ 8.709.786,81, valor 2,92% menor que em 2020. Os ingressos são compostos 75,21% por transferências financeiras recebidas e 18,69% pela inscrição de restos a pagar. Os dispêndios foram executados 69,90% pelas despesas orçamentárias ordinárias e 13,08% pelo pagamento de Restos a Pagar.

Tabela 57 - Nota Explicativa do Balanço financeiro.

INGRESSOS			A.H.	A.V.	
ESPECIFICAÇÃO	2020	2021			
Receitas Orçamentárias	7.186,56	73.730,00	925,94	0,05	
Ordinárias	-	-			
Vinculadas	7.186,56	73.730,00	925,94	0,05	
Outros Recursos Vinc. a Fundos, Órgãos e Progr.	7.186,56	73.730,00	925,94	0,05	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	118.716.133,69	120.582.397,23	1,57	75,21	
Resultantes da Execução Orçamentária	99.566.079,55	95.501.347,02	-4,08	59,57	
Repasso Recebido	91.693.795,65	92.751.115,35	1,15	57,85	
Sub-repasso Recebido	7.872.283,90	2.750.231,67	-65,06	1,72	
Independentes da Execução Orçamentária	19.150.054,14	25.081.050,21	30,97	15,64	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	18.727.556,93	24.274.517,98	29,62	15,14	
Demais Transferências Recebidas	146.894,60	-	-100,00		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	275.602,61	806.532,23	192,64	0,05	
Recebimentos Extraorçamentários	27.596.276,43	30.964.490,36	12,78	19,31	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	5.856.093,77	7.424.209,29	26,78	4,63	

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	228.812,84	228.664,64	-0,06	0,14	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	15.968,58	765.516,27	4693,89	0,48	
Arrecadação de Outra Unidade	15.968,58	8.150,00	-48,96	0,01	
Demais Recebimentos		757.366,27		0,47	
Saldo do Exercício Anterior	9.461.153,91	8.709.786,81	-7,94	5,43	
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.461.153,91	8.709.786,81	-7,94	5,43	
TOTAL	155.780.750,59	160.330.404,40	2,92	100,00	
DISPÊNDIOS			A.H.	A.V.	
ESPECIFICAÇÃO	2020	2021			
Despesas Orçamentárias	113.169.608,42	115.886.925,73	2,40	72,28	
Ordinárias	101.942.410,98	112.065.764,65	9,93	69,90	
Vinculadas	11.227.197,44	3.821.161,08	-65,97	2,38	
Educação	630.508,52	-	-100,00		
Seguridade Social (Exceto Previdência)	472.029,00	1.224.317,00	159,37	0,76	
Previdência Social (RPPS)	234.923,00	-	-100,00		
Dívida Pública	9.665.336,92	-	-100,00		
Outros Recursos Vinc. a Fundos, Órgãos e Progr.	224.400,00	2.596.844,08	1057,24	1,62	
Transferências Financeiras Concedidas	16.615.934,65	13.043.645,18	-21,50	8,14	
Resultantes da Execução Orçamentária	7.872.283,90	2.760.231,67	-64,94	1,72	
Repasso Concedido	-	10.000,00		0,01	
Sub-repasso Concedido	7.872.283,90	2.750.231,67	-65,06	1,72	
Independentes da Execução Orçamentária	8.743.650,75	10.283.413,51	17,61	6,41	
Transf. Concedidas para Pagamento de RP	8.580.787,57	10.283.413,51	19,61	6,40	
Demais Transferências Concedidas	146.894,60	11.850,00	-91,93	0,01	
Movimento de Saldos Patrimoniais	15.968,58	8.150,00	-48,96	0,01	
Pagamentos Extraorçamentários	17.285.420,71	21.199.777,37	22,65	13,22	
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	6.587.452,31	6.997.172,89	6,22	4,36	
Pagamento dos RP Não Processados	10.490.182,31	13.980.712,24	33,27	8,72	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	207.786,09	221.892,24	6,79	0,14	
Saldo para o Exercício Seguinte	8.709.786,81	10.200.056,12	17,11	6,36	
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.709.786,81	10.200.056,12	17,11	6,36	
TOTAL	155.780.750,59	160.330.404,40	2,92	100,00	

Na análise horizontal, destacam-se as Receitas Orçamentárias Vinculadas que possuem um índice positivo de 9.725,94%. Essa grande variação ocorreu por conta do retorno de concursos e processos seletivos realizados durante o ano. O valor delas está diretamente relacionado às Receitas Correntes do Balanço Orçamentário. Também houve aumento significativo de 192,64% na Movimentação de Saldos e de 4.693,89% em Outros Recebimentos Extraorçamentários Recebidos.

Nos dispêndios, observamos uma redução de 65,97% nas despesas Orça-

mentárias Vinculadas à Educação e um aumento de 1.057,24% em Outros Recursos Vinculados. Também ocorreu índice negativo nos dispêndios de Sub-repasse Concedido de 65,06% de Demais Transferências Concedidas com 91,93%.

Uma observação importante a ser feita é quanto às despesas na conta de Dívida Pública no montante de R\$ 9.665.336,92 ocorridas em 2020 e que se encontram zeradas este ano. Essa situação se deu por conta dos gastos com a pandemia realizados no ano passado.

ANEXOS



**INSTITUTO
FEDERAL**
Amapá



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
DIRETORIA DE INTEGRIDADE

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as atividades de Governança, tratando-se sobre as ações da Diretoria de Integridade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-IFAP foram devidamente cumpridas, conforme a legislação vigente, para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União.

Macapá, 22 de Janeiro de 2021.

Documento assinado digitalmente
Patricia Paranhos Barbosa
Data: 22/01/2022 10:50:25-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Patrícia Paranhos Barbosa
Diretora de Integridade
Portaria N.º 299/2020/ IFAP

Reitoria: Rodovia BR 210 KM 3, s/n – Bairro Brasil Novo. CEP: 68909-398. Telefone: (96) 3198-2150



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as atividades de Governança, tratando-se da Diretoria de Tecnologia da Informação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá-IFAP foram devidamente prestadas, conforme a legislação vigente, para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União.

Macapá, 02 de fevereiro de 2022.

Documento assinado digitalmente
Marco Rogério da Silva Pantoja
Data: 02/02/2022 18:15:31-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Marco Rogério da Silva Pantoja
Diretora de Tecnologia da Informação
Portaria 1.063/2016 GR/IFAP

Reitoria: Rodovia BR 210 KM 3, s/n – Bairro Brasil Novo. CEP: 68909-398. Telefone: (96) 3198-2150




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as atividades de governança, tratando-se de ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-IFAP foram devidamente cumpridos, conforme a Lei 11.892 de 2008, para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União.

Macapá, 31 de janeiro de 2022

Documento assinado digitalmente
 VICTOR HUGO GOMES SALES
Data: 31/01/2022 18:47:53 -0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Victor Hugo Gomes Sales
Pró-Reitor de Ensino
Portaria 757/2020/GAB/IFAP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as atividades de Governança, tratando-se sobre as ações da Diretoria de Comunicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-IFAP foram devidamente cumpridas, conforme a legislação vigente, para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União.

Macapá, 3 de fevereiro de 2022.

André Lima Martins
Diretor de Comunicação
Portaria N. 762/2020/ GR/IFAP



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

DECLARAÇÃO 4/2022 - PROEPPI/GAB/RE/IFAP

2 de fevereiro de 2022

Eu, ROMARO ANTONIO SILVA, Pró-Reitor de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, SIAPE 1966946, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo, ser responsável pela integridade das informações referentes às áreas que competem à pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação apresentadas no Relatório de Gestão de 2021, reconhecendo o emprego da construção coletiva na elaboração e apresentação do relatório. Confirmando que as partes que competem a esta Pró-Reitoria atendem ao disposto pela estrutura recomendada pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

Romaro Antonio Silva

Pró-Reitor de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Portaria n. 754/2020/GAB/RE/IFAP

Documento assinado eletronicamente por:

- Romaro Antonio Silva, Pró-reitor de Extensão, Pesquisa, Pós graduação e Inovação - CD0002 - PROEPPI, em 02/02/2022 16:40:04.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 02/02/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 27682

Código de Autenticação: 08b0f697ce



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ -IFAP estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Macapá-AP, 14 de fevereiro de 2022

Diogo Branco Moura

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Portaria 055/2018-IFAP/RE



DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Pró-reitoria para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Declaramos, ainda, que em atenção ao cumprimento das exigências do relatório de gestão entregamos a presente declaração sem alterar o formato, todavia acrescentamos as seguintes informações. O Ifap, por intermédio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, observa o protocolo de entrega de declaração de autorização de acesso à declaração de imposto de renda, a todos os servidores quando do ingresso em cargo efetivo/temporário.

Macapá-AP, 14 de fevereiro de 2022.

Diogo Branco Moura

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Portaria 055/2018-IFAP/RE



DECLARAÇÃO 1/2022 - PROAD/GAB/RE/IFAP

24 de fevereiro de 2022

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2021, exigidas no módulo de acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP- cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP, conforme as orientações do Ministério da Economia.

ANA PAULA ALMEIDA CHAVES

Pró-Reitora de Administração

Portaria nº 1.102/2019/GR/Ifap

Documento assinado eletronicamente por:

- Ana Paula Almeida Chaves, PRO-REITOR - CD0002 - PROAD, em 24/02/2022 14:17:53.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/02/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 29223

Código de Autenticação: 4249820f87





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E FINANÇAS

DECLARAÇÃO 1/2022 - DECOF-PROAD/PROAD/GAB/RE/IFAP

9 de fevereiro de 2022

DECLARAÇÃO COM RESSALVA

Declaração do Contador com ressalvas sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UPC)	Código da UG		
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	26426		
<p>Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Instituto Federal do Amapá – IFAP.</p> <p>Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.</p> <p>As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:</p> <p>a) Saldo alongado em contas do passivo referente pagamentos de exercícios anteriores que continuam aguardando regularização ou desbloqueio judicial.</p> <p>b) Indícios de saldo alongado nas contas de Restos a Pagar não processados, por existir empenhos não executados durante o exercício, não justificados até a presente data.</p> <p>c) Falta de registro de conformidade de gestão por meses consecutivos no Campus Porto Grande, não justificado até o momento.</p> <p>d) Ausência de conformidade contábil no Campus Macapá</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Macapá-AP	Data	31/01/2022
Contador Responsável	Fabrcia Gonçalves Silva	CRC nº	AP-002099/O-9



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DECLARAÇÃO 2/2022 - PROAD/GAB/RE/IFAP

24 de fevereiro de 2022

DECLARAÇÃO

Eu, DIEGO SAMARO BELO BARRIGA, CPF nº 889.125.662-53, Coordenador de Atas e Contratos da Reitoria, em exercício na **Pró-Reitoria de Administração**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2021 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2021 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Diego Samaro Belo Barriga
Coordenador de Atas e Contratos - CAC
Portaria nº 814/2020 - GAB/RE/IFAP

Documento assinado eletronicamente por:

- Diego Samaro Belo Barriga, COORDENADOR - FG0001 - CAC-PROAD, em 24/02/2022 16:45:34.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/02/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 29224
Código de Autenticação: 9a67233fcf





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO 1/2022 - PROPLAN/GAB/RE/IFAP

16 de março de 2022

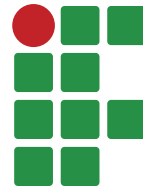
DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as atividades de Governança, tratando-se sobre as ações da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-IFAP foram devidamente cumpridas, conforme a legislação vigente, para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União.

KARINA PINGARILHO PASHOALIN

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Portaria nº 763/2020 - GAB/RE/IFAP



**INSTITUTO
FEDERAL**
Amapá

 www.ifap.edu.br

 /institutofederaldoamapa  @ifap_oficial  Tv Ifap